

INSTITUTO DE FORMAÇÃO PARA ÁFRICA

RELATÓRIO DO COMITÉ DE PILOTAGEM EF23



MENSAGEM DO DIRETOR



Sukhwinder Singh

Diretor

Na década que passou desde a criação do Instituto de Formação para África (ATI), em 2013, a formação ministrada pelo Instituto cresceu rapidamente para servir todos os países da África Subsaariana. O

número de antigos alunos do ATI ultrapassou os 7000 funcionários de todo o continente, que frequentaram mais de 230 cursos acerca de um vasto e crescente leque de temas macroeconómicos e financeiros. Durante esse tempo, o Centro inovou, servindo-se de métodos virtuais e híbridos de realização de formações. É capaz de prestar formação nas três principais línguas do continente e está a começar a prestar também assistência técnica sobre quadros macroeconómicos.

O trabalho do Centro – que reafirmou a sua crucial relevância – desenrolou-se no contexto da situação macroeconómica mais difícil desde há décadas. A ocorrência de choques sucessivos – a COVID-19, a guerra da Rússia na Ucrânia e os choques daí resultantes nos preços da energia e dos alimentos, bem como o agravamento das condições de financiamento – deu origem a uma inflação de dois dígitos, a níveis de endividamento elevados e em subida rápida, à erosão do espaço orçamental e a avultadas depreciações da taxa de câmbio em muitos países. A crise do custo de vida significa que um terço da população da África Subsaariana ficou a viver abaixo do limiar de pobreza e que 132 milhões de pessoas viveram em situação de insegurança alimentar aguda em 2022. O crescimento no EF23 deverá abrandar, pelo segundo ano consecutivo, para 3,6%. Face à grande limitação do financiamento e do espaço para a formulação de políticas, a consolidação das finanças públicas, o reforço da gestão das finanças públicas, a contenção da inflação e a boa gestão das taxas de câmbio – domínios abrangidos pelo desenvolvimento de capacidades do ATI – tornam-se prioridades fulcrais.

No EF23, o Instituto cumpriu os objetivos definidos pelo seu Comité de Pilotagem. Conforme lhe foi solicitado, continuou a intensificar as suas operações, através do recurso intensivo a modalidades virtuais e mistas, que lhe permitiram chegar a públicos mais vastos, proporcionar os conhecimentos especializados solicitados do FMI e de outros intervenientes, e prestar mais serviços face a restrições orçamentais rigorosas. Neste exercício, registou-se um regresso rápido às formações presenciais, tão procuradas pelos países membros. Esta modalidade foi combinada com cursos virtuais, webinários, *workshops* entre pares e conferências de alto nível, que abrangeram também questões importantes relacionadas com políticas, como o combate às desigualdades, a emancipação económica das mulheres e o reforço da governação. O ATI aprofundou o seu empenho em temas prioritários para os países membros e o FMI, sobretudo através da rápida intensificação da formação sobre questões climáticas e sobre digitalização (tanto da gestão das finanças públicas como da tecnologia financeira). Por fim, os esforços do Centro para aumentar a diversidade dos formandos foram bem-sucedidos e coerentes com a melhoria continuada dos ganhos de aprendizagem.

Com a entrada do ATI no último exercício (EF24) da sua Fase II, há que superar vários desafios, face à procura elevada e crescente dos seus serviços. Um aspeto fundamental é a necessidade crucial de financiamento adicional para assegurar a sustentabilidade financeira da Fase III. Entretanto, o Centro tem de conseguir o equilíbrio delicado de dar resposta à crescente procura dos seus membros – inclusive em domínios como as alterações climáticas – dentro dos seus recursos limitados. Esta situação torna decisivas as vantagens e desvantagens da formação presencial e da formação virtual, face às preferências dos países e ao custo. Embora o Centro gostasse de continuar a apoiar os seus países membros neste momento fulcral, as restrições orçamentais podem forçar uma redução das atividades a partir do EF24. Após uma década, e com uma

passagem para a prestação de mais formações virtuais, as instalações do ATI terão também de ser adaptadas para enfrentar o desafio do desenvolvimento de capacidades na próxima fase, na região demográfica em mais rápido crescimento no mundo.

Neste contexto, pede-se ao Comité de Pilotagem que aprove: i) o programa de trabalho dos cursos do ATI para o EF24, que se mantém globalmente ao mesmo nível do EF23, e as contingências para fazer face a insuficiências de financiamento; ii) uma reunião intercalar para debater: a) opções e custos da renovação do edifício e das infraestruturas informáticas, para sanar as insuficiências existentes e modernizar o ATI, b) o documento programático do ATI para a Fase III, e c) as conclusões da avaliação temática externa do ATI, atualmente em curso; iii) trabalhos destinados a regionalizar a realização de alguns cursos e a diminuir custos, através da partilha de instalações com alguns parceiros de formação; iv) a continuação da análise da modalidade de aprendizagem mista, para dar resposta à procura excessiva de certos cursos do ATI.

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AERC	Consórcio Africano de Investigação Económica
AFE	AFRITAC Oriental
AFR	Departamento de África
AFS	AFRITAC Sul
BCEAO	Banco Central dos Estados da África Ocidental
BEAC	Banco dos Estados da África Central
CCDSDS	Estratégia do ATI para o Desenvolvimento de Capacidades em matéria de Alterações Climáticas
CDD	Departamento de Desenvolvimento de Capacidades
CDOT	Gabinete de Desenvolvimento de Capacidades na Tailândia
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEF	Centro de Economia e Finanças do Médio Oriente
CEMAC	Comunidade Económica e Monetária da África Central
C-PIMA	Avaliação da Gestão do Investimento Público Climático
CSF	Departamento de Serviços Institucionais e Instalações
FAD	Departamento de Finanças Públicas
FCDO	Gabinete de Assuntos Externos, da Commonwealth e do Desenvolvimento
FIN	Departamento Financeiro
ICD	Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades
ITD	Departamento de Tecnologia da Informação
INTOSAI	Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria
LEG	Departamento Jurídico
MCM	Departamento de Mercados Monetários e de Capitais
RES	Departamento de Estudos
RTAC	Centros Regionais de Assistência Técnica
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SARTTAC	Centro Regional de Formação e Assistência Técnica do Sul da Ásia
SPR	Departamento de Estratégia, Políticas e Avaliação
UE	União Europeia

ÍNDICE

SECÇÃO I. ATIVIDADES NO EXERCÍCIO FINANCEIRO 2023(EF23)	9
A. VISÃO GERAL DA REALIZAÇÃO DE CURSOS REGIONAIS NO EF23	18
B. CONFERÊNCIAS, WEBINÁRIOS, SEMINÁRIOS DE INVESTIGAÇÃO ENTRE PARES E EVENTOS DE SENSIBILIZAÇÃO	29
EVENTOS DE SENSIBILIZAÇÃO	29
WEBINÁRIOS E CONFERÊNCIAS	31
SEMINÁRIOS DE INVESTIGAÇÃO ENTRE PARES	33
C. ENVOLVIMENTO NAS PRIORIDADES EMERGENTES DO FMI, SINERGIAS ENTRE A FORMAÇÃO E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA, E DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES RELACIONADAS COM A SUPERVISÃO E OS PROGRAMAS DO FMI	34
PRIORIDADES EMERGENTES DO FMI	34
EXPLORAR AS SINERGIAS ENTRE A FORMAÇÃO E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E REFORÇAR A PARTICIPAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES RELACIONADO COM A SUPERVISÃO E OS PROGRAMAS DO FMI	41
D. COLABORAÇÃO COM OS PARCEIROS DE FORMAÇÃO E USO DAS INSTALAÇÕES	44
E. ATIVIDADES DE ANGARIAÇÃO DE FUNDOS NO EF23	46
SECÇÃO II. PROGRAMA PARA O EF24	49
A. CURSOS DE FORMAÇÃO	54
B. WEBINÁRIOS E APRENDIZAGEM ENTRE PARES	59
C. COLABORAÇÃO COM OS AFRITAC E OUTROS PARCEIROS DE FORMAÇÃO	61
SECÇÃO III. ANGARIAÇÃO DE FUNDOS E ORÇAMENTO	64
APÊNDICE I: EQUIPA DO ATI	69
APÊNDICE II: QUADRO DE PROGRESSÃO: PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO ICD	70
APÊNDICE III: DESCRIÇÃO DOS CURSOS PROJETADOS PARA O EF24	71

CAIXAS

Caixa 1. Primeiras lições das aprendizagens mistas no ATI _____	17
Caixa 2. Estudo econométrico dos ganhos de aprendizagem em cursos do ATI _____	27
Caixa 3. Estratégia do ATI para o desenvolvimento de capacidades em matéria de alterações climáticas (CCCDs) _____	38
Caixa 4. Integração das questões de género: Estratégia do FMI para a igualdade de género 2022 e iniciativas do ATI _____	39
Caixa 5. Inovações de moedas digitais na África Subsariana: Equilibrar oportunidades e riscos através do reforço de capacidades _____	40
Caixa 6. Intensificação das operações do ATI: quais são as restrições? _____	52

FIGURAS

Figura 1: Procura e oferta de serviços do ATI _____	11
Figura 2: Número de cursos do ATI _____	11
Figura 3: Número médio de candidatos e participantes nos cursos do ATI _____	11
Figura 4(a): Participação de mulheres em cursos do ATI _____	14
Figura 4(b). Participantes de Estados frágeis em cursos do ATI (%) _____	15
Figura 4(c). Distribuição de participantes por língua _____	15
Figura 5: Cursos por vertente de trabalho e departamento _____	21
Figura 6: Indicadores de desempenho da formação do ATI, EF15 _____	24
Figura 7: Simulações da utilização da capacidade administrativa do ATI em situação de capacidade administrativa plena e contrafactual, EF19–24 _____	52
Figura 8: Rácio entre os candidatos e os participantes em cursos do ATI, EF20–EF23 _____	55

QUADROS

Quadro 1(a) do texto. Indicadores de diversidade no ATI _____	15
Quadro 1(b) do texto. Percentagem de candidatos e participantes não anglófonos nos cursos do ATI, EF21–EF23 _____	15
Quadro 2 do texto. Línguas dos cursos do ATI, EF23 _____	16
Quadro 3 do texto. Cursos do ATI no EF23 por departamento de DC _____	18
Quadro 4 do texto. Cobertura dos cursos do ICD pelo ATI _____	19
Quadro 1. ATI – Cursos ministrados no EF23 _____	22
Quadro 2. ATI – Cursos ministrados no EF23: participantes por país e por género _____	26
Quadro 5 do texto. Webinários, aprendizagem entre pares e eventos de sensibilização do ATI no EF23 _____	29
Quadro 3. ATI – Webinários, conferências virtuais, <i>workshops</i> e séries de investigação entre pares no EF23 _____	30
Quadro 4. ATI – Uso das instalações de formação do ati pelos parceiros, EF23 _____	45
Quadro 6 do texto. Cursos do ATI, EF21–EF24 _____	54
Quadro 5. ATI – Programa preliminar de cursos para o EF24 _____	57
Quadro 7 do texto. Webinários, aprendizagem entre pares e eventos de sensibilização do ATI no EF21–EF24, por departamento de desenvolvimento das capacidades _____	59
Quadro 6. ATI – Conferências e <i>workshops</i> virtuais no EF24 _____	60
Quadro 7. Utilização das instalações de formação (virtual) do ATI pelos parceiros, EF24 _____	62
Quadro 8 do texto. Situação financeira do ATI e programa de trabalho para o EF24 _____	66
Quadro 8. ATI – Fase II (EF2020 - EF2024): Situação de angariação de fundos, em 30 de abril de 2023 _____	67
Quadro 9. ATI – Fase II (EF2020 - EF2024): Projeções orçamentais, em 30 de abril de 2023 _____	68

PÁGINA DEIXADA INTENCIONALMENTE EM BRANCO

SECÇÃO I

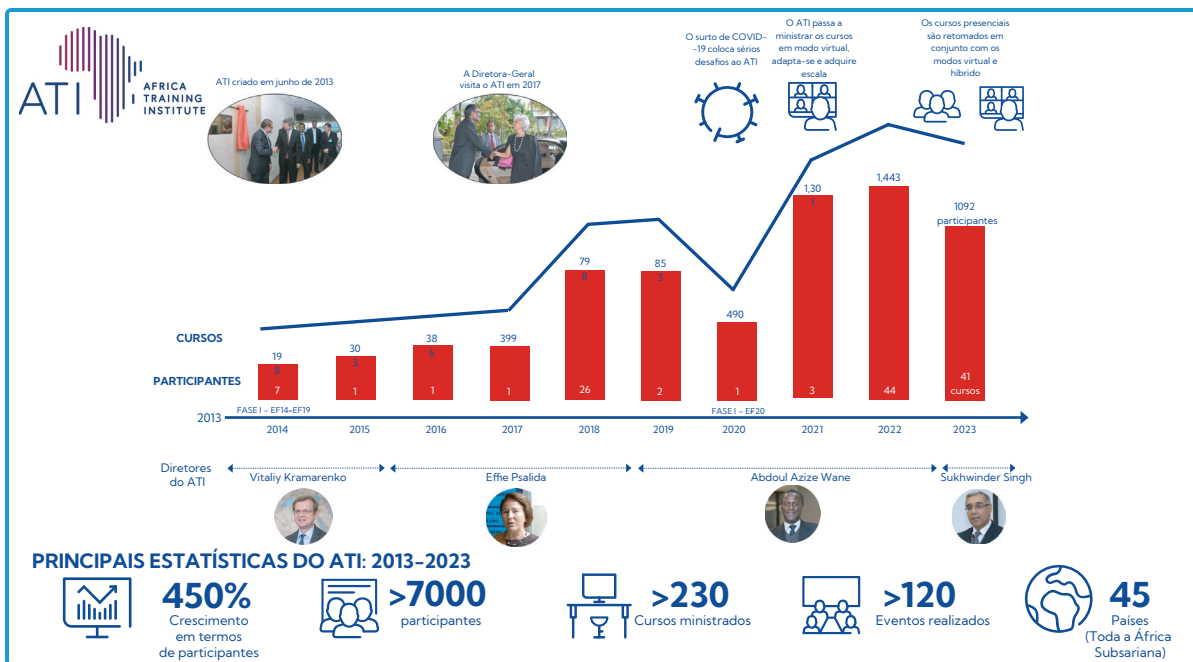
**ATIVIDADES
NO EXERCÍCIO
FINANCEIRO 2023
(EF23)¹**

¹ Refere-se ao período de 1 de maio de 2022 a 30 de abril de 2023

SECÇÃO I. Atividades no exercício financeiro 2023 (EF23)

O EF23 marcou o nono ano de funcionamento do ATI, bem como o regresso dos cursos de formação presenciais, após suma interrupção de dois anos imposta pela pandemia. Desde a sua criação, o ATI passou por várias transformações, adaptou-se às mudanças e continua a inovar – com o apoio de todo o FMI, dos países membros e dos parceiros para o desenvolvimento – para ajudar a suprir as necessidades de desenvolvimento de capacidades dos membros do FMI na África Subsaariana.

10 ANOS do ATI

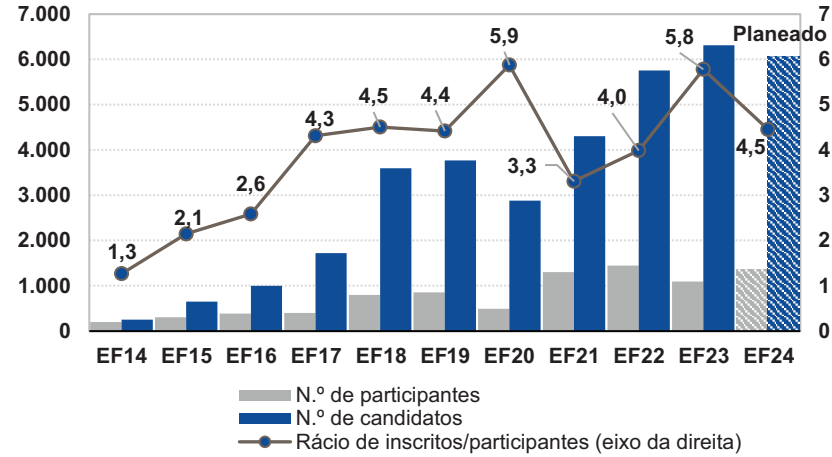


No EF23, o ATI aprofundou os esforços de alargamento das modalidades de prestação de formações e, pela primeira vez na sua história, ofereceu uma combinação de eventos virtuais, presenciais e híbridos. A realização de formações em formato virtual, que teve início no EF21, em reação às restrições às viagens e sanitárias impostas pela pandemia, tornou-se agora parte integrante da estratégia do ATI para intensificar as suas operações, em conformidade com as recomendações do Comité de Pilotagem. No exercício financeiro em causa, quase metade dos cursos do ATI (18 de um total de 41) e todos os eventos não relacionados com cursos foram prestados em formato virtual. Isso permitiu ao ATI reagir às crescentes necessidades de desenvolvimento de capacidades da África Subsaariana, proporcionando serviços de elevada qualidade com um custo financeiro relativamente baixo. Além disso, o ATI alavancou a tecnologia e experimentou a realização de cursos híbridos para equilibrar, por um lado, a capacidade de chegar a mais funcionários e, por outro, os objetivos de assegurar uma participação ativa e uma aprendizagem entre pares.

A capacidade do ATI de manter níveis de atividade mais elevados e de alargar as modalidades de prestação por forma a dar resposta à procura de formação depende essencialmente da mobilização de recursos financeiros adequados, nomeadamente para garantir importantes renovações das infraestruturas. As atuais instalações do ATI, que foram escolhidas para alojar o número crescente de participantes em formações presenciais durante os primeiros anos da Fase I, estão cada vez mais a tornar-se

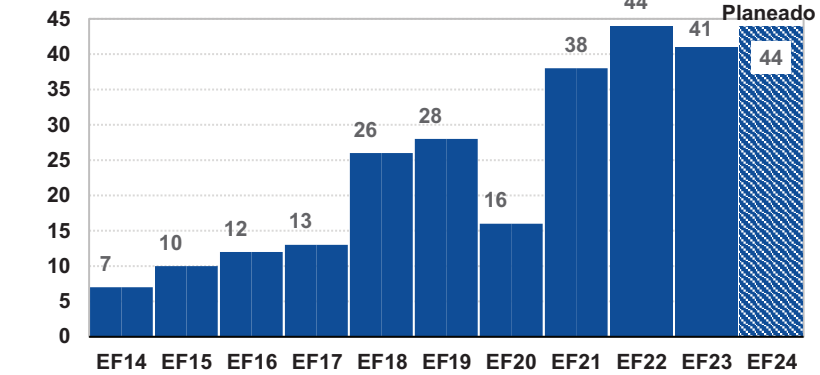
inadequados e insuficientes para apoiar a estratégia de contínua intensificação das atividades. A qualidade inferior da construção – que reflete não só falhas na conceção, mas também uma manutenção inadequada ao longo dos anos – coloca riscos à saúde, bem-estar e segurança (devido a uma ventilação insuficiente, má ergonomia e inundações), bem como ao equipamento (devido a fugas de água e apagões frequentes). Além disso, a maioria da infraestrutura informática está a chegar ao fim da sua vida útil – com alguns elementos já obsoletos e impossíveis de reparar – e existem problemas recorrentes de conectividade da rede, que impedem o devido funcionamento dos cursos. Assim sendo, colmatar as falhas do edifício e da infraestrutura informática é uma prioridade essencial antes do início da Fase III, para evitar o risco de que ocorram perturbações prolongadas das atividades. A equipa de gestão do ATI está atualmente em conversações com os Departamentos de Serviços Institucionais e Instalações (CSF) e de Tecnologia da Informação (ITD) do FMI para ajudar a identificar diferentes opções. Propõe-se que essas opções e os custos delas decorrentes sejam debatidos numa reunião intercalar (a meio do exercício) do Comité de Pilotagem, a realizar em janeiro de 2024.

Figura 1: Procura e oferta de serviços do ATI



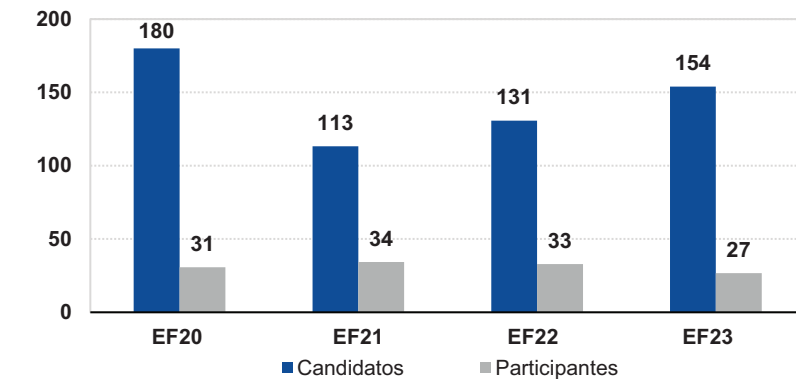
Fonte: Equipa do ATI

Figura 2: Número de cursos do ATI



Fonte: Equipa do ATI

Figura 3: Número médio de candidatos e participantes nos cursos do ATI



Fonte: Equipa do ATI

Ao longo do último ano, as atividades de desenvolvimento de capacidades do ATI continuaram a focar-se sobretudo em temas macroeconómicos e do setor financeiro (as principais áreas de competência do FMI), que adquiriram ainda mais importância durante a pandemia. No entanto, envidaram-se esforços permanentes para alinhar o programa de trabalho com as novas solicitações dos países membros e com novas prioridades institucionais. O ATI intensificou muito o trabalho sobre a sustentabilidade da dívida e a gestão da dívida, bem como domínios emergentes para o reforço de capacidades, como a desigualdade de género, a tecnologia financeira (*FinTech*) e a digitalização, assim como as alterações climáticas. Continuou também a servir outras prioridades, como os aspetos macroeconómicos da pandemia, a governação e as previsões imediatas. No EF23, o ATI realizou 18 eventos de formação acerca destes domínios emergentes.

No EF23, o número de cursos, candidatos e participantes aumentou, em comparação com os níveis anteriores à pandemia. O ATI recebeu mais candidaturas (6311), selecionou mais participantes (1092) e ofereceu muito mais cursos (41) do que no auge da pandemia (27), tendo realizado mais 4 cursos do que os que tinha planeado para o exercício financeiro (Figuras 1-3, Quadro do texto 3). Houve uma ligeira redução em comparação com os 44 cursos oferecidos no EF22, devido a restrições orçamentais e à subida dos custos (e maior intensidade de consumo de recursos) das formações presenciais. O Quadro 1 apresenta a lista completa dos cursos ministrados pelo ATI no EF23.

O ATI continuou a promover uma maior personalização das formações em aula e uma maior integração com a assistência técnica. São usadas avaliações quantitativas e qualitativas das formações após os cursos, efetuadas pelos participantes, para adaptar continuamente os materiais dos cursos – que são elaborados com um núcleo comum a todas as regiões – ao contexto da África Subsariana. Isso passa por usar exemplos da região e acrescentar palestras de oradores convidados. Para promover uma melhor integração da formação do ATI com a assistência técnica do FMI, o ATI dialoga ativamente com os Centros Regionais de Assistência Técnica (RTAC) em toda a África Subsariana para garantir que a formação do ATI é coordenada com as atividades de desenvolvimento de capacidades destes e que apoia a formação conjunta.

No EF23, a formação da ATI continuou a aumentar a sua inclusividade em várias dimensões. As taxas de participação relativa das mulheres no EF23 foram semelhantes às do EF22, mas muito acima dos níveis anteriores à pandemia (Figura 4(a)). A proporção de participantes de Estados frágeis e em conflito aumentou no EF23, com o reatamento das formações presenciais, ao passo que a conectividade e a capacidade esgotada poderão ter impedido a sua participação em cursos virtuais (Figura 4(b)). Além disso, a atual estratégia de chegar a mais participantes não anglófonos está a dar resultados, com um aumento significativo na percentagem de pessoas deste grupo, que chegou a mais de metade do total de participantes (Figura 4(c)). Continuarão a ser envidados esforços para melhorar a diversidade dos participantes do ATI, nomeadamente através da tradução dos materiais dos cursos, da interpretação simultânea das aulas para francês e português, da adaptação dos materiais dos cursos aos contextos dos Estados frágeis e afetados por conflitos, bem como através de esforços adicionais para assegurar que os objetivos do ATI de diversificação em termos de género, língua e participação dos Estados frágeis e em conflito ocupam uma posição importante nas decisões sobre a seleção dos cursos.

Globalmente, os indicadores de desempenho da formação do ATI melhoraram no EF23, em grande parte devido ao reatamento das atividades presenciais que, normalmente, geram maiores ganhos de aprendizagem e mais satisfação global dos participantes do que os cursos virtuais. Inicialmente, com a eclosão da pandemia de COVID-19, a passagem do ATI a formações virtuais gerou uma certa deterioração destas duas dimensões. Graças aos esforços de adaptação dos materiais e métodos de ensino à prestação virtual, esta tendência inverteu-se no EF22, em que se verificou um aumento tanto dos ganhos médios de aprendizagem como da satisfação global nos cursos do ATI. No EF23, a redução (estatisticamente não significativa) dos valores indicativos do desempenho das formações virtuais foi compensada pelos maiores ganhos de aprendizagem e maior satisfação observados nas formações presenciais, que explicam o aumento global (Figura 6).

No EF23, o ATI manteve a realização de eventos de desenvolvimento de capacidades não relacionados com cursos. A realização em formato virtual tornou estas atividades – webinários, conferências, eventos entre pares – mais fáceis de organizar, permitindo ao FMI reunir académicos de destaque, decisores de políticas da África Subsariana e de outras regiões e especialistas do FMI, incluindo quadros superiores. Estes eventos permitem também que o ATI exponha um número mais elevado de funcionários nacionais a debates oportunos sobre políticas, à partilha de experiências e às fronteiras do conhecimento em vários tópicos relevantes para a região da África Subsariana. Por exemplo, o ATI continuou a sua parceria com o AFR com vista a organizar a Série de Seminários de Investigação entre Pares, tendo sido apresentados três artigos por investigadores do BCEAO (Banco Central dos Estados da África Ocidental), do Banco Central de Cabo Verde e do Ministério das Finanças do Senegal sobre temas de grande pertinência para os países da África Subsariana (Quadro 3).

A capacidade administrativa foi reforçada no EF23 para apoiar a expansão das atividades. O Comité de Pilotagem aprovou a contratação de responsáveis de programas adicionais no EF23, a fim de alinhar melhor a capacidade administrativa com a carga de trabalho decorrente, à medida que o ATI continuou a intensificar as operações. As contratações recentes, aliadas a ganhos de produtividade decorrentes da maior familiarização dos funcionários com as várias modalidades de formação, permitirão ao ATI ganhar margem de manobra para alargar as suas atividades essenciais ou para dar resposta a pedidos de novas atividades feitos durante o exercício.

Reduzir o défice da procura de formação do ATI

O processo de seleção altamente competitivo dos cursos do ATI visa participantes que darão uso efetivo às capacidades adquiridas para aumentar as capacidades nos seus países. Existe muita procura para todos os cursos do ATI, o que indica a expectativa de obter daí uma experiência de aprendizagem muito valiosa. Para assegurar a melhor correspondência possível, os critérios de seleção incluem a experiência académica e profissional dos candidatos, o seu historial de trabalho, a pertinência dos conteúdos do curso para os cargos que ocupam atualmente, a sua importância para o envolvimento com a supervisão, concessão de crédito e assistência técnica do FMI, bem como o desempenho dos participantes e a qualidade da sua participação em formações anteriores do FMI. Um segundo conjunto de considerações passa pelo empenho do ATI em prol da diversidade de género, de línguas e de países – sempre sem perder de vista a preservação da qualidade dos participantes, para alcançar resultados efetivos.

A procura de formações do ATI continua muito elevada e a aumentar. Essa elevada procura reflete, antes de mais, a qualidade dos cursos oferecidos no centro, enraizada i) no facto de o Fundo ser um fornecedor especialista de elevada reputação; ii) nas crescentes necessidades de recrutamento e na elevada rotatividade do pessoal verificadas nas organizações servidas pelo ATI; iii) no retorno positivo e nas recomendações aos novos membros do pessoal feitas por funcionários dos governos em cargos mais elevados que, em tempos, participaram em cursos do ATI (consultar os testemunhos de antigos alunos mais adiante); e iv) na cobertura de novos domínios de interesse.

A procura excessiva de formações do ATI – medida pelo rácio entre candidatos e participantes nos cursos do ATI – teve um aumento pronunciado no EF23, apesar da subida da oferta. O aumento continuado de candidaturas a cursos do ATI ultrapassou o acentuado crescimento do número de participantes no EF23 (em comparação com os níveis anteriores à pandemia), aumentando os rácios de excesso de candidaturas, de 4,0 no EF22 para 5,8. Esta procura não satisfeita de formações do ATI é particularmente elevada para cursos presenciais (este rácio era de 3,7 para cursos virtuais e de 7,5 para cursos presenciais). Isso reflete também o facto de, com o regresso às formações presenciais, o número de pessoas que o ATI consegue formar ter diminuído devido aos protocolos sanitários criados no âmbito da COVID-19, em comparação com o ambiente totalmente virtual dos últimos dois anos. Espera-se que, no EF24, o número de candidatos e o rácio de excesso de candidaturas regressem à tendência histórica que registavam antes da pandemia (Figura 1).

O ATI está a prosseguir os seus esforços no sentido de alavancar a tecnologia para reduzir os custos da prestação e melhorar a qualidade e eficiência das formações, através de diferentes modalidades. Por exemplo, no EF23, o ATI experimentou a realização de um curso misto de duas semanas sobre Desenvolvimento Financeiro e Inclusão Financeira, organizado pelo ICD, e que tinha uma componente virtual e uma componente presencial mais curta (uma semana) do que o curso típico de duas semanas. O curso, ministrado em janeiro de 2023, era composto por aprendizagens virtuais assíncronas, seguidas de uma participação síncrona presencial. Esta experiência-piloto com uma aprendizagem mista teve excelentes resultados e é consonante com a estratégia de desenvolvimento de capacidades do ICD, que dá ênfase à necessidade de inovar e modernizar as atividades de desenvolvimento de capacidades a fim de melhorar a sua agilidade, flexibilidade e eficiência, como potencial forma de chegar a públicos mais amplos e de satisfazer a procura não satisfeita de formação (Caixa 1). O ATI está também a desenvolver, com o apoio do ICD, um projeto-piloto de curso misto sobre Política Monetária a ser ministrado virtualmente para um público mais vasto na África Subsariana, através de uma combinação de aprendizagem síncrona e assíncrona. O ATI solicita a aprovação do Comité de Pilotagem para explorar o recurso à aprendizagem mista, a fim de reduzir o excesso de procura para alguns dos seus cursos.

Diversificação dos participantes do ATI

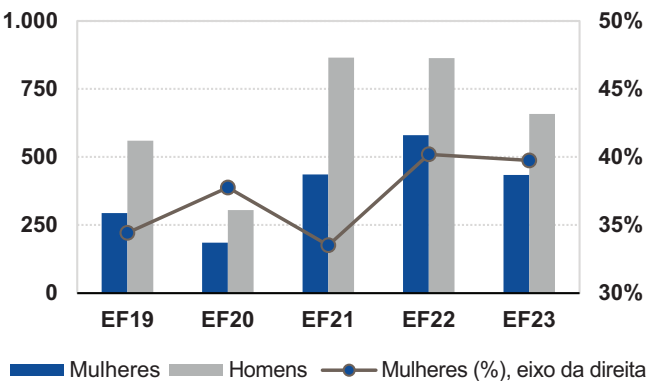
Os ganhos no rácio de participação das mulheres em cursos do ATI foram mantidos no EF23, com o reatamento dos cursos presenciais. Após uma redução no EF21 e de uma forte retoma no EF22, esta maior taxa de participação das mulheres manteve-se no EF23, chegando a quase 40% dos participantes. Além disso, o número de mulheres, em termos absolutos, no EF23 foi superior ao do período anterior à pandemia (Figura 4(a)).

Diversidade no ATI – EF23



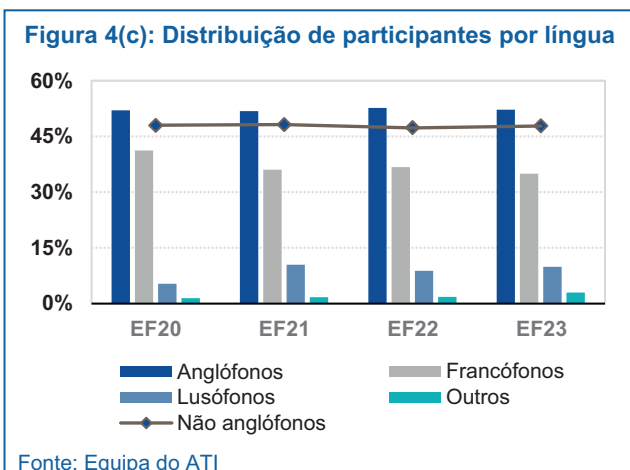
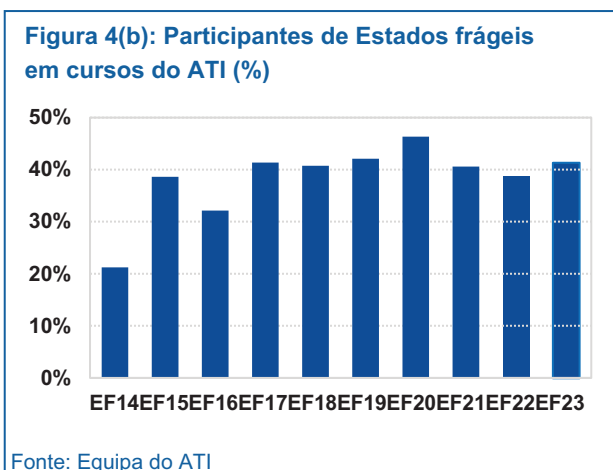
Continua a haver desigualdades na participação por género em cursos do ATI, dependendo do país. No caso de alguns países as mulheres representam, em geral, mais de 50% dos participantes (p. ex. Bostuana, Cabo Verde, Lesoto, Madagáscar, Maurícia, Namíbia, São Tomé e Príncipe, Seicheles, África do Sul, Gâmbia e Zimbabué), ao passo que a participação de mulheres de alguns dos membros francófonos é especialmente baixa. Os países com a representação feminina mais baixa foram o Benim, o Burundi, a República Centro-Africana, o Mali e o Togo. No EF23, o Benim, o Burquina Faso, a República Centro-Africana, a República do Congo, a Guiné Equatorial, o Mali, o Níger e o Togo tiveram uma representação particularmente baixa, ao passo que a Namíbia, a Maurícia e as Seicheles posicionaram-se no extremo oposto (Quadro 2).

Figura 4(a): Participação de mulheres em cursos do ATI



Fonte: Equipa do ATI

No EF23, o número absoluto de participantes de Estados frágeis e em conflito aumentou, em comparação com os níveis anteriores à pandemia. A percentagem do total de participantes destes Estados foi também ligeiramente maior no EF23 e está a estabilizar-se em torno dos 40%. O reatamento das formações presenciais deverá apoiar as taxas de participação dos Estados frágeis e em conflito. A redução observada durante a pandemia pode ter sido causada por má conectividade à Internet e por outros limites à capacidade, que entravaram especialmente a participação dos Estados frágeis e em conflito em cursos virtuais (Figura 4(b)).



No EF23, cerca de 50% dos participantes eram não anglófonos. Este nível está geralmente em conformidade com a população não anglófona dos países membros (Quadros de texto 1(a)-(b) e Figura 4(c)), e salienta os esforços do ATI em publicitar todos os cursos nas três línguas – inglês, francês e português – e em facultar traduções dos materiais dos cursos, bem como interpretação simultânea (Quadro do texto 2).

Globalmente, a diversidade dos participantes do ATI está a melhorar e é justificada pela análise do ATI acerca dos ganhos de aprendizagem (Caixa 2), mas há que prosseguir os esforços. Os indicadores de referência definidos são a distribuição igual por género e por distribuição da população dos países da África Subsariana no que toca à língua e aos Estados frágeis e em conflito, ajustada à luz do peso do setor público no PIB. À luz destes indicadores, a diversidade dos participantes está a evoluir bem, especialmente no que diz respeito aos participantes não anglófonos, o que reflete os esforços de publicitar e ministrar formação nas três línguas (Figuras 4(a)-(c) e Quadro do texto 1(b)). No EF23, apenas uma percentagem reduzida do total de eventos de desenvolvimento de capacidades foi ministrada apenas em inglês (Quadro do texto 2). O progresso mais lento quanto à inclusão das mulheres e de participantes de Estados frágeis e em conflito reflete em grande medida as proporções destes grupos no total de candidatos.

Quadro 1(a) do texto. Indicadores de diversidade no ATI

Indicador	ATI (% de participantes)
Mulheres	39,6%
Não anglófonos	
% da população	47,8%
% de países	47,8%
Estados frágeis	
% da população	41,7%
% de países	41,7%

Fonte: Equipa do ATI

¹ Enquanto percentagem da população ajustada pela despesa do governo face ao PIB.

² Enquanto percentagem de países na África Subsariana.

Quadro 1(b) do texto. Percentagem de candidatos e participantes não anglófonos nos cursos do ATI, EF21–EF23

Período	Não anglófonos	
	Candidatos	Participantes
EF21	49,6%	48,2%
EF22	52,7%	47,3%
EF23	50,9%	47,8%

Fonte: Equipa do ATI

A participação nos cursos do ATI por país evoluiu de forma assimétrica.

Para a maioria dos países, o número de participantes diminuiu em comparação com o EF22, dada a redução global de participantes decorrente do reatamento dos cursos presenciais. No entanto, os maiores aumentos de participação – tanto relativa como absoluta – vieram do Maláui, da Gâmbia, da Guiné Equatorial, da Tanzânia e da República Centro-Africana. Em comparação com a situação anterior à pandemia (EF19), e refletindo os objetivos de diversidade,

os maiores aumentos proporcionais e absolutos vieram de Angola, Madagáscar e Cabo Verde. O Essuatini, o Maláui e o Uganda registaram as maiores diminuições de participantes, tanto em termos relativos como em termos absolutos (Quadro 2).

Quadro 2 do texto. Línguas dos cursos do ATI, EF23

Língua	Cursos	Outros eventos	Total
Somente em inglês	4	2	6
Noutras línguas que não o inglês	37	18	55
Somente em francês	3	0	3
Inglês/francês	3	0	3
Inglês/português	2	0	2
Francês/português	0	0	0
Inglês/francês/português	29	18	47
Total	41	20	61

Fonte: Equipa do ATI

Testemunhos de antigos alunos



Nyemadi Delphine Pearson
Vice-Governadora
Banco Central da Libéria

Algumas pessoas podem pensar que estas ações de formação se destinam a quadros inferiores e juniores, mas, pessoalmente, considero que estas formações são necessárias mesmo para os quadros superiores. Estabelecem a base e a compreensão da estrutura de governação institucional, a essência da integridade dos dados para a salvaguarda dos bancos centrais em todo o mundo. Considero que os quadros júnior e superiores, e mesmo os membros de conselhos de administração, devem ter esse entendimento. **Pessoalmente, foi uma excelente experiência, e desejo expressar o meu profundo agradecimento e apreço ao ATI pelo programa bem concebido.**

Curso: Avaliações das Salvaguardas dos Bancos Centrais



Sipwe Ntombi Mudenda
Diretora-Adjunta
Banco Central da Zâmbia

A participação no curso sobre CBDC no ATI foi extremamente valiosa. A formação proporcionou-me uma compreensão profunda das complexidades envolvidas na implementação de moedas digitais. As sessões foram informativas, motivadoras e facilitaram a compreensão de conceitos complexos. Iremos explorar com confiança a potencial implementação da CBDC na Zâmbia.

Curso: Moedas Digitais de Bancos Centrais



Bikai Jacques Landry
Investigador
BEAC

Foi uma grande oportunidade para aprofundar os meus conhecimentos sobre as ligações entre as operações de mercado aberto e o quadro e objetivos da política monetária. O curso foi extremamente relevante para o meu trabalho e forneceu-me novos conhecimentos e instrumentos para a tomada de decisões de políticas. As diferentes experiências partilhadas pelos participantes e formadores permitiram-me compreender melhor os desafios neste domínio.

Curso: Quadros e Operações de Política Monetária



Ashwin Moheeput
Diretor-Adjunto
Banco das Maurícias

Gostaria de felicitar o ATI pela organização de um curso sobre previsões imediatas, bem concebido e orientado de forma analítica, que equilibrou erudição com pragmatismo. Posso confirmar a sua relevância para o nosso trabalho de análise e previsão. **Parabéns aos oradores que conseguiram conciliar conteúdo técnico e experiência prática com entusiasmo, clareza e confiança.**

Curso: Previsões Imediatas



Bett Julius Kipkoskey
Economista
Banco Central do Quênia

O curso foi uma experiência de aprendizagem extraordinária, prática e colaborativa. Os participantes de diferentes países partilharam as suas experiências e consultores altamente experientes partilharam a aplicação prática dos conceitos de política monetária. Tem sido extremamente relevante para o meu trabalho, uma vez que me dotou das ferramentas e técnicas para prestar um aconselhamento de política sólido aos decisores de política.

Curso: Quadros e Operações de Política Monetária

Caixa 1. Primeiras lições das aprendizagens mistas no ATI

O ATI continuou a explorar a utilização de novas tecnologias para melhorar os resultados dos cursos de forma eficiente em termos de custos. As poupanças de custos dos cursos podem possibilitar a realização de cursos adicionais e ajudar a reduzir o excesso de procura de formações. Como parte destes esforços, o curso sobre Desenvolvimento Financeiro e Inclusão Financeira foi ministrado pela primeira vez como um curso-piloto misto, em janeiro de 2023. O formato misto combina uma aprendizagem assíncrona, feita ao ritmo do participante, com sessões lideradas por um instrutor.

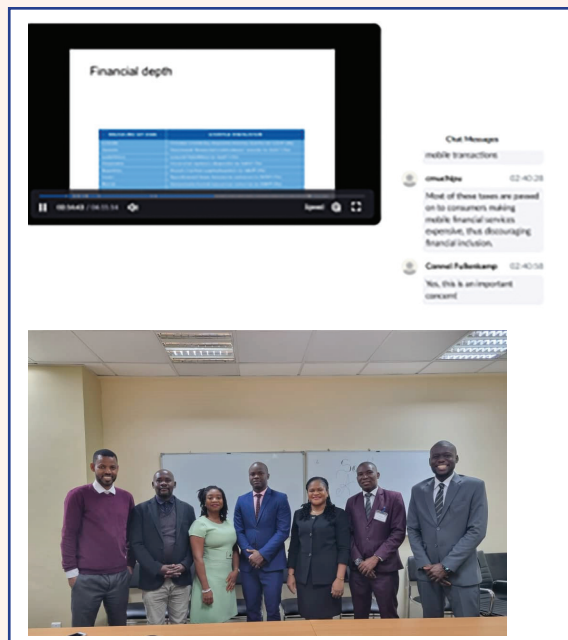
A primeira semana do curso consistiu numa formação virtual síncrona e assíncrona,

que se focou na teoria, nos aspetos conceptuais e nos debates decorrentes das perguntas dos participantes, que deram origem a diálogos valiosos sobre questões enfrentadas pelos seus respetivos países. Cada dia tinha dois ciclos de participação assíncrona e síncrona. Na parte assíncrona, os participantes aprendiam sozinhos durante um período máximo de uma hora de cada vez, a que se seguia um período de participação síncrona de duração semelhante. Esta configuração permitiu aos participantes manterem o foco e participarem ativamente. Os 23 participantes que concluíram devidamente todos os requisitos foram convidados para a segunda parte do curso, de uma semana de duração, que foi ministrada presencialmente nas instalações do ATI. A componente presencial do curso incidiu sobre estudos de caso e apresentações de grupo pelos participantes acerca de determinados temas, aplicados aos respetivos países.

O curso foi muito bem recebido. Com uma satisfação global de 4,5 de um total de 5, o curso demonstrou também ganhos de aprendizagem significativos (25 pontos percentuais). Além disso, os participantes acharam os materiais do curso relevantes e elogiaram os palestrantes pelos seus conhecimentos e pelos debates encorajadores. Os participantes salientaram também que o ritmo do curso virtual foi mais conducente à aprendizagem, porque reduziu o cansaço. A participação melhorou muito em comparação com a prestação do curso em modo totalmente virtual ou presencial. Na opinião do corpo docente, incluindo palestrantes que participaram em anteriores versões dos cursos virtuais e presenciais, a prestação mista gerou um envolvimento significativamente maior dos participantes do que as versões virtuais tradicionais.

A componente presencial do curso misto foi também caracterizada por um envolvimento mais profundo e mais generalizado dos participantes, que parecem ter-se sentido à vontade com os palestrantes e os colegas quando chegou a altura de se encontrarem em pessoa, graças às interações que tinham tido durante a semana de participação virtual. Esta configuração gerou uma participação mais ativa, informada e oportuna. A partilha das experiências dos países e as trocas de pontos de vista entre participantes e palestrantes foram muito mais ricas, mais frequentes e mais generalizadas em comparação com versões anteriores do curso.

A experiência provou que este formato é útil e constitui uma alternativa viável para prestar formação de qualidade a um público mais amplo na África Subariana. O formato permitiu gerar flexibilidade e mais oportunidades para tratar questões da atualidade e dar resposta às preocupações dos participantes.



A. Visão geral da realização de cursos regionais no EF23

O ATI retomou a formação presencial no EF23, assim que as restrições de viagem impostas pela pandemia de COVID-19 foram aligeiradas.

Em preparação da revisão de 2023 da Estratégia de Desenvolvimento de Capacidades do FMI, o programa de trabalho das formações continuou a nortear-se pelas recomendações da [Revisão de 2018](#) e pela Estratégia Regional de Desenvolvimento de Capacidades do AFR para a África Subsariana.² Nesse contexto, a formação do ATI abrangeu temas macroeconómicos e financeiros tradicionais, estatísticas e questões decorrentes da pandemia. Continuou também a alargar-se a novas prioridades, como as alterações climáticas, a digitalização e os aspetos macroeconómicos da desigualdade de género, bem como a pedidos da África Subsariana relacionados com a conjuntura, como a sustentabilidade da dívida.

O ATI ministrou 41 cursos no EF23, mais do que originalmente previsto. O ICD continuou a ser

o departamento de desenvolvimento de capacidades

mais ativo no ATI, seguido pelo STA e pelo MCM (Quadro do texto 3). O Quadro 1 apresenta a lista completa dos cursos ministrados pelo ATI no EF23, juntamente com informação pertinente sobre os cursos.

A formação do ATI incluiu 19 cursos do programa de formações do ICD. Cinco cursos incidiram sobre temas de Política Financeira, dois sobre Política Orçamental, quatro sobre Análise Macroeconómica Geral, seis sobre Crescimento Inclusivo e Políticas Estruturais e dois sobre políticas Monetária, de Taxa de Câmbio e de Balança de Capitais (ver Quadro do texto 4). Os cursos sobre Análise Macroeconómica Geral incluíram cursos muito procurados sobre Programação e Políticas Financeiras, Diagnóstico Macroeconómico, Análises e Previsões Macroeconómicas, bem como um curso mais avançado sobre Análise de Política Monetária e Orçamental usando Modelos DSGE, ministrado pela primeira vez no ATI. Relativamente a temas do setor financeiro, o ATI realizou duas sessões do curso sobre Políticas do Setor Financeiro e uma do curso sobre Desenvolvimento Financeiro e Inclusão Financeira, ambos muito procurados, e

Quadro 3 do texto. Cursos do ATI no EF23 por departamento de DC

Departamento de DC	EF22	EF23 planeado	EF23 ministrado
ICD ¹	22	16	19
AFR	1	1	1
FAD	3	3	3
LEG ²	3	2	2
STA	6	7	8
MCM	6	6	6
FIN	1	1	1
SPR	2	0	1
RES	0	1	0
Total	44	37	41

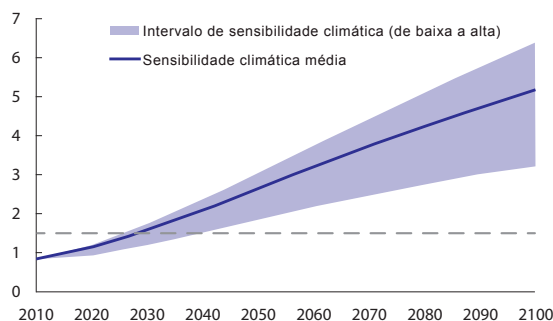
Fonte: Equipa do ATI

¹ Inclui o curso sobre Políticas do Setor Financeiro, de uma semana, ministrado duas vezes.

² O LEG colaborou com o FAD no curso “Construir Instituições para Combater a Corrupção na África”.

Com as políticas atuais, as temperaturas podem aumentar para níveis nunca vistos em milhões de anos

Variação das temperaturas globais da superfície terrestre face a 1850–1900 (°C). Fonte: FMI (2020).



² As revisões da Estratégia de Desenvolvimento de Capacidades do FMI são efetuadas quinquenalmente, estando a próxima prevista para finais de 2023. O foco da revisão de 2023 da Estratégia de Desenvolvimento de Capacidades do Fundo está articulado numa [nota conceitual](#) publicada em dezembro de 2022.

ministrados novos cursos sobre o Desenvolvimento do Mercado *FinTech* e Implicações Políticas e sobre Moedas Digitais de Bancos Centrais, ambos inseridos na vertente de trabalho prioritária sobre digitalização. A política orçamental foi coberta pelos cursos sobre Quadros Orçamentais e Sustentabilidade Orçamental. Os temas relacionados com políticas Monetária, de Taxa de Câmbio e de Balança de Capitais foram cobertos nos cursos Política Monetária e Previsões Imediatas, o último dos quais constitui uma nova prioridade para os países da África Subsariana. Os cursos no domínio do Crescimento Inclusivo e Políticas Estruturais abrangeram também várias prioridades emergentes do Fundo, incluindo a Desigualdade de Género e a Macroeconomia, o Crescimento Inclusivo, a Macroeconomia das Pandemias, a Gestão Macroeconómica em Países Ricos em Recursos Naturais e a prestação, pela primeira vez, de um curso sobre Macroeconomia das Alterações Climáticas.



Masalila Kealeboga, Vice-Governador do Banco do Botsuana, numa palestra realizada no âmbito do Curso de Previsão e Análise Macroeconómica.

Até ao EF23, o ATI cobriu todo o programa de formações do ICD. Com a primeira sessão do curso sobre Análise de Política Monetária e Orçamental usando Modelos DSGE, que se seguiu à recente prestação, pela primeira vez, de determinados cursos mais técnicos – como o das Previsões Imediatas e o da Análise e Previsão de Política Monetária com base em Modelos, no EF21, e o de Análises e Previsões Macroeconómicas, no EF22 – bem como com os novos cursos sobre Moedas Digitais de Bancos Centrais e *FinTech*, ministrados desde o EF22, todos os cursos do programa do ICD foram agora ministrados pelo menos uma vez no ATI (Quadro do texto 4). Estes cursos deram resposta a uma procura clara, na região, de cursos sobre temas mais técnicos e receberam um retorno positivo dos participantes e do corpo docente.

Quadro 4 do texto. Cobertura dos cursos do ICD pelo ATI

Programa de formação do ICD: Cursos	EF20	EF21	EF22	EF23
Políticas do Setor Financeiro				
Instrumentos e Mercados Financeiros (FMI)	X		X	X
Desenvolvimento Financeiro e Inclusão Financeira (FDI)		X	X	
Supervisão do Setor Financeiro (FSS)	X	X	X	X
Políticas do Setor Financeiro (FSP)			X	X
Desenvolvimento do Mercado Fintech e Implicações Regulamentares			X	X
Reflexão sobre as Implicações das Moedas Digitais de Bancos Centrais (CBDC)				
Política Orçamental				
Análise da Política Orçamental (FPA)		X	X	
Quadros Orçamentais (FF)	X	X	X	X
Sustentabilidade Orçamental (FS)		X	X	X
Análise Macroeconómica Geral				
Programação e Políticas Financeiras (PPF)	X	X	X	X
Diagnóstico Macroeconómico (MDS)	X	X	X	X
Análise de Política Monetária e Orçamental com Modelos DSGE (DSGE)				X
Previsão e Análise Macroeconómica (MFA)			X	X
Crescimento Inclusivo e Políticas Estruturais				
Crescimento Inclusivo (IG)	X	X	X	X
Questões Económicas na Integração Regional (ERI)	X	X	X	X
Desigualdade de Género e Macroeconomia (GM)			X	X
Gestão Macroeconómica em Países Ricos em Recursos (MRC)	X	X	X	X
Macroeconomia das Pandemias nos Países de Baixo Rendimento e nos Mercados Emergentes (MPAN)			X	X
Macroeconomia das Alterações Climáticas (MCC)			X	X
Políticas Monetária, Cambial e da Conta de Capital				
Política Monetária (MP)		X	X	X
Política Cambial (ERP)		X	X	
Gestão dos Fluxos de Capital: Análise e Políticas Macroeconómicas (MCF)		X	X	
Previsões Imediatas		X	X	X
Análise e Previsão de Política Monetária com base em Modelos (MPAF)		X		

Fonte: Equipa do ATI

Trabalhando em colaboração com outros departamentos de desenvolvimento de capacidades do FMI, para além da formação do ICD, o ATI ministrou 22 cursos sobre temas mais especializados. A oferta de cursos norteou-se pela avaliação, pelo ATI, da procura existente e da necessidade de reforçar sinergias com projetos de assistência técnica que apoiem a supervisão do FMI e os programas apoiados pelo FMI. Alguns destes cursos, bem como webinários (a que se refere a Secção I.B), foram ministrados em colaboração com parceiros externos, como o Banco Mundial e académicos de renome. O Quadro 1 e a Figura 5 mostram a distribuição de cursos do ATI por departamento e vertente de trabalho do FMI.

O MCM ministrou cursos sobre regulamentação e supervisão, incluindo no domínio das FinTech, de Moedas Digitais de Bancos Centrais e de operações de política monetária, ao passo que o SPR e o LEG ministraram cursos sobre temas relacionados com a dívida e sobre os fundamentos jurídicos do FMI e de outras instituições financeiras internacionais. Os cursos do FAD abrangeram questões como os riscos orçamentais, a governação e a luta contra a corrupção. O FIN ministrou um curso sobre Avaliações das Salvaguardas dos Bancos Centrais (com a participação do LEG). O STA continuou a desenvolver muita atividade no ATI, organizando oito cursos no EF23, que abrangeram questões como Estatísticas da Dívida Externa e Estatísticas das Contas Nacionais, Estatísticas Monetárias e Financeiras (nível introdutório e avançado), bem como cursos sobre Indicadores de Robustez Financeira e Indicadores de Alta Frequência da Atividade Económica – cursos com muita procura nos países membros devido à conjuntura, e que têm um rácio de excesso de candidaturas muito elevado (8,0, sendo que a média para todos os cursos do EF22 foi de 4,0) – usando uma abordagem mista inovadora.



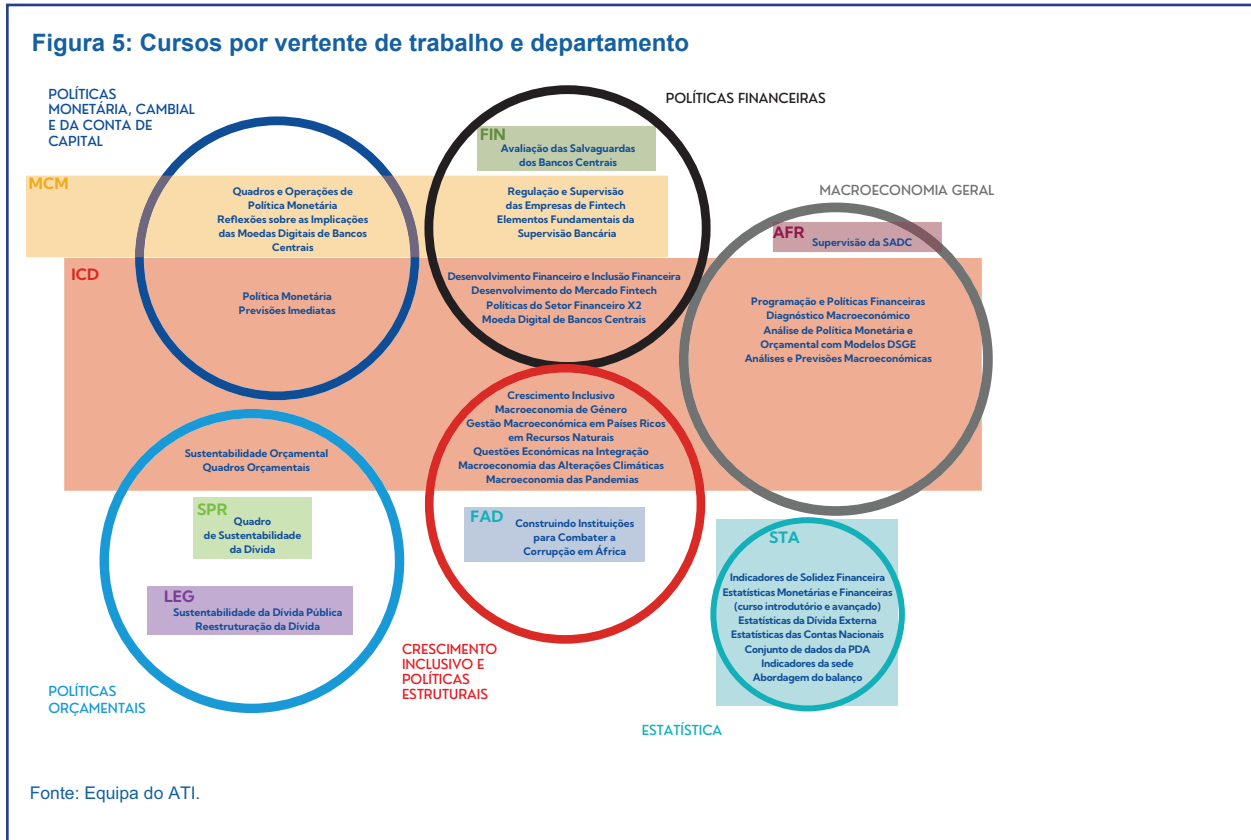
Fotografia de grupo do curso *Política Monetária e Orçamental com modelos DSGE*.



Fotografia de grupo do curso *Questões selecionadas na Regulação e Supervisão das Empresas de Fintech*

O ATI prosseguiu os seus esforços no sentido de personalizar os cursos para os públicos da África Subsariana. Os materiais são constantemente adaptados, na sequência de avaliações, inquéritos e prioridades. Especificamente, os participantes são encorajados a partilhar as suas experiências, e as palestras incluem normalmente exemplos dos países. Durante o curso sobre Previsões Imediatas, por exemplo, o Banco Nacional do Botswana – que recebeu assistência técnica do FMI sobre este assunto – partilhou a sua experiência numa

palestra dada por um vice-governador, enquanto convidado. De forma semelhante, os cursos sobre Sustentabilidade Orçamental, Programação e Políticas Financeiras e Política Monetária, entre outros, incluíram estudos de caso e ferramentas provenientes da região, para aumentar a sua pertinência. Além disso, foram adicionadas várias palestras especiais ao curso sobre Crescimento Inclusivo e o curso sobre Sustentabilidade Orçamental incluiu conselheiros de assistência técnica que trabalham na região e que referiram exemplos de gestão da dívida dos países.



QUADRO 1. ATI – CURSOS MINISTRADOS NO EF23

Curso	Datas	Língua ¹	Número de participantes	d/q mulheres (em %)	Número de participantes de Estados frágeis	Satisfação global ²	Ganhos de aprendizagem ³
Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades (ICD)							
Quadros Orçamentais (V)	13–24 de jun. de 2022	I/F/P	28	43%	15	4,7	21,0
Macroeconomia das Pandemias nos Países de Baixos Rendimentos e nos Mercados Emergentes (V)	27 de jun.–5 de jul. de 2022	I/F/P	20	45%	0	4,6	ND
Programação e Políticas Financeiras	4–15 de jul. de 2022	I/F/P	21	62%	10	4,7	21,7
Diagnóstico Macroeconómico	25 de jul.–5 de ago. de 2022	I/F/P	22	46%	13	4,7	13,1
Análises e Previsões Macroeconómicas	5–16 de set. de 2022	I/F/P	25	48%	9	4,8	24,0
Políticas do Setor Financeiro I (V)	3–7 de out. de 2022	I/P	17	53%	0	ND	27,5
Políticas do Setor Financeiro II (V)	10–14 de out. de 2022	I/F	14	14%	7	4,6	-8,4
Questões Económicas na Integração Regional (V)	31 de out.–11 de nov. 2022	I/F/P	34	35%	12	4,5	11,5
Política Monetária	7–18 de nov. de 2022	I/F/P	24	50%	10	4,8	22,3
Análise de Política Monetária e Orçamental com Modelos DSGE	14–25 de nov. de 2022	I/F/P	23	22%	12	4,7	45,8
Macroeconomia das Alterações Climáticas (V)	28 de nov.–9 de dez. de 2022	I/F/P	24	46%	12	4,7	23,2
Desenvolvimento Financeiro e Inclusão Financeira	09–27 de jan. de 2023	I/F	24	33%	11	4,5	ND
Previsões Imediatas	23–27 de jan. de 2023	I/F/P	33	49%	19	4,5	20,3
Desigualdade de Género e Macroeconomia	30 de jan.–3 de fev. de 2023	I/F/P	26	50%	15	4,7	13,3
Crescimento Inclusivo	6–17 de fev. de 2023	I/F/P	23	44%	7	ND	24,2
Desenvolvimento do Mercado Fintech e Implicações Políticas (V)	27 de fev.–03 de mar. de 2023	I/F/P	27	59%	8	4,8	19,3
Gestão Macroeconómica em Países Ricos em Recursos	27 de fev.–10 de mar. de 2023	I/F/P	24	58%	11	4,5	17,1
Moeda Digital do Banco Central	17–21 de abr. de 2023	I/F/P	21	19%	9	4,7	12,7
Sustentabilidade Orçamental	24 de abr.–5 de mai. de 2023	I/F/P	26	31%	12	4,7	15,6
Departamento Jurídico (LEG)							
Sustentabilidade da Dívida Pública e Reestruturação da Dívida (V)	17–20 de jan. de 2023	I/F/P	36	33%	12	4,5	12,1
Aspetos Jurídicos das Instituições Financeiras Internacionais (V) – Novo	10–14 de abr. de 2023	I/F/P	23	65%	9	4,7	ND

QUADRO 1. Continuação

Curso	Datas	Língua ¹	Número de participantes	d/q mulheres (em %)	Número de participantes de Estados frágeis	Satisfação global ²	Ganhos de aprendizagem ³
Departamento de Mercados Monetários e de Capitais (MCM)							
Questões Seleccionadas na Regulação e Supervisão das Empresas de <i>Fintech</i>	5–9 de dez. de 2022	I/F/P	22	41%	7	4,8	ND
Elementos Fundamentais da Supervisão Bancária	9–20 de jan. de 2023	I/F/P	41	46%	18	4,8	15,4
Quadro de Política Monetária e Operações (V)	30 de jan.–3 de fev. de 2023; 13–17 de fev. de 2023	I/F/P	67	28%	24	4,5	11,6
Reflexões sobre as Implicações das Moedas Digitais de Bancos Centrais (V)	21–23 de fev. de 2023	I/F/P	35	40%	11	4,4	12,7
Infraestruturas do Mercado Financeiro: Princípios e Práticas (V)	20–24 de mar. de 2023	I/F/P	17	18%	7	4,6	27,7
Reestruturação e Resolução Bancárias	27–31 de mar. de 2023	I/F/P	24	38%	11	4,7	15,7
Departamento de Estatística (STA)							
Estatísticas da Dívida Externa (V)	23–27 de mar. de 2022	I/F/P	40	30%	26	4,7	10,0
Estatísticas das Contas Nacionais (V)	11–22 de jul. de 2022	I	16	31%	5	4,5	15,0
<i>Workshop</i> sobre Conjuntos de Dados da PDA em Países Africanos	31 de out.–4 de nov. de 2022	F	17	12%	7	4,9	14,8
Estatísticas Monetárias e Financeiras – Curso introdutório	5–16 de dez. de 2022	F	20	20%	14	4,8	28,2
Estatísticas Monetárias e Financeiras – Curso avançado (V)	13–17 de fev. de 2023	I/P	40	38%	12	4,8	8,4
Indicadores de Solidez Financeira	20–24 de fev. de 2023	I/F/P	26	58%	9	4,8	21,8
Abordagem do Balanço (V)	24–28 de abr. de 2023	I/F	23	22%	8	4,5	4,3
Curso misto introdutório sobre Indicadores de Alta Frequência/Contas Nacionais Trimestrais	24–28 de abr. de 2023	I/F/P	23	22%	9	4,9	22,7
Departamento de Finanças Públicas (FAD)							
Sustentabilidade Orçamental a Longo Prazo e Riscos Orçamentais relacionados com o Clima	17–21 de out. de 2022	I	29	45%	10	4,8	20,0
Gestão dos Riscos Orçamentais de Garantias Soberanas	14–18 de nov. de 2022	I	25	56%	11	ND	ND
Construindo Instituições para Combater a Corrupção em África (V)	13–20 de mar. 2023	I/F/P	31	42%	16	4,7	ND
Departamento Financeiro, Departamento de Estratégia, Políticas e Avaliação (SPR) e Departamento de África (AFR)							
Avaliação das Salvaguardas dos Bancos Centrais (FIN)	20–24 de fev. de 2023	I/F/P	26	54%	8	4,8	13,3
Quadro de Sustentabilidade da Dívida para Países de Baixos Rendimentos (V) – SPR	26–30 de set. de 2022	F	29	38%	20	4,6	ND
Avaliações Económicas pelos Pares da SADC (AFR)	14–18 de nov. de 2022	I/F/P	26	39%	6	ND	ND

Fonte: Equipa do ATI.

¹ I/F indica cursos ministrados em inglês e francês; I/P indica cursos ministrados em inglês com interpretação para português; I indica um curso ministrado apenas em inglês; e F indica um curso realizado apenas em francês.

² Os resultados são medidos numa escala de 0 a 5.

³ Melhoria (em pontos percentuais) do resultado médio de um teste de conhecimentos antes e depois do curso.

⁴ V refere-se a cursos virtuais ministrados no EF23

O AFR apoiou a prestação de um curso e de sete eventos não relacionados com cursos (ver a Secção I.B). Pelo quinto ano consecutivo, com o apoio do gabinete do Representante Residente do FMI na África do Sul, o corpo técnico do ATI participou num curso de atualização sobre diagnósticos macroeconómicos e supervisão para funcionários dos países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), como parte do Curso de Atualização sobre Revisões Económicas da SADC.

Indicadores de desempenho dos cursos do ATI: Satisfação e ganhos de aprendizagem



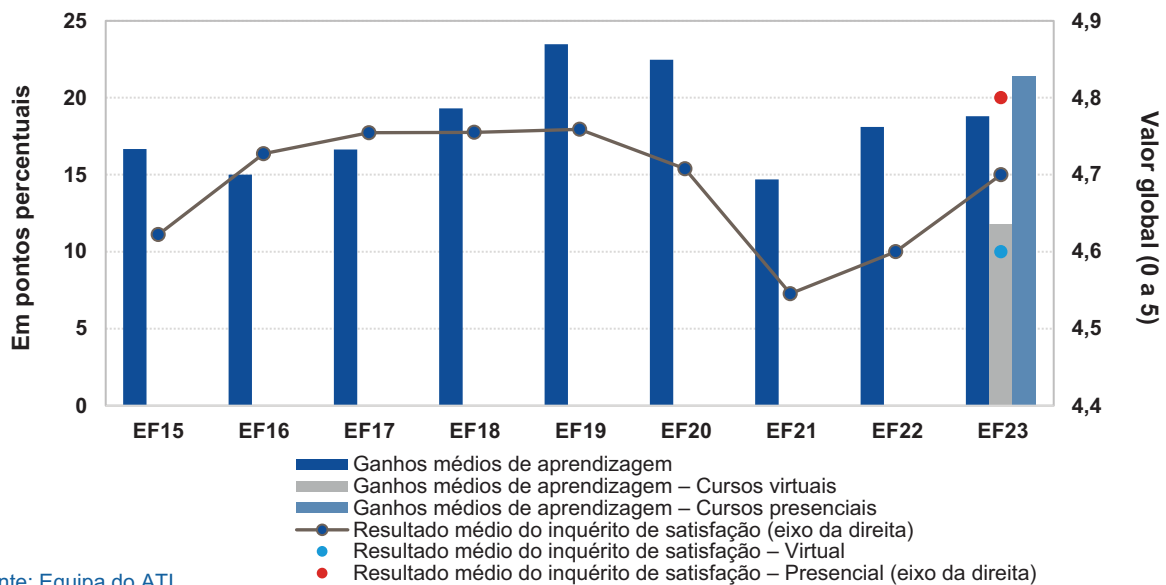
Palestra prestada por uma funcionária do ATI na SADC.

A satisfação com os cursos, medida através da pontuação global obtida nos inquéritos pós-curso, caiu durante a pandemia, recuperou no EF22 e continuou a aumentar no EF23.³

A satisfação global está a recuperar os níveis médios atingidos antes da pandemia. Isso é observável apesar da elevada percentagem de cursos do ATI (44%) que ainda foram ministrados virtualmente no EF23. É notório que a satisfação global com os cursos presenciais tenha atingido no EF23 o seu nível mais elevado desde que o ATI começou as suas atividades, e o nível de satisfação com os cursos virtuais manteve-se.

Os ganhos de aprendizagem médios aumentaram no EF23. A Figura 6 demonstra que os ganhos de aprendizagem e o nível global de satisfação aferidos através dos inquéritos no final do curso tinham aumentado consistentemente entre o EF15 e o EF19. A pandemia e, conseqüentemente, a passagem às formações virtuais, tiveram um importante impacto negativo em ambos os indicadores. No EF22, esta deterioração já tinha sido parcialmente revertida (Figura 6) e os valores dos indicadores continuaram a melhorar no EF23. A Figura 6 parece sugerir grandes diferenças nos ganhos de aprendizagem entre os cursos virtuais e presenciais no EF23 e, também, que os ganhos de aprendizagem

Figura 6: Indicadores de desempenho da formação do ATI, EF15



Fonte: Equipa do ATI

³ Os ganhos de aprendizagem nos testes do curso são apenas uma das medidas das aprendizagens do curso. A aprendizagem presencial gera amplos benefícios, devido à aprendizagem entre pares e à criação de redes, aspetos que não são fáceis de captar num indicador quantitativo.

dos cursos virtuais do EF23 são menores do que no EF21 e no EF22. No entanto, uma análise de regressão multivariada (Caixa 2) indica que os ganhos de aprendizagem nos cursos virtuais durante o EF23 se mantiveram, se forem considerados os aspetos demográficos, o que sugere que a perda de ganhos de aprendizagem nos cursos virtuais no exercício financeiro em causa pode explicar-se, pelo menos parcialmente, pelas mudanças na composição dos participantes, reforçando assim a importância dos critérios de seleção. Além disso, as pontuações obtidas nos testes pós-curso no EF23 para os cursos presenciais foram mais elevadas do que antes da pandemia, o que sustenta a hipótese de que a seleção de alunos mais bem preparados (e que também têm melhor pontuação no teste pré-curso) poderá estar a impulsionar os menores ganhos de aprendizagem observados.

A análise de regressão contida na Caixa 2 corrobora também as recentes decisões estratégicas do ATI relativamente à melhoria da diversidade. A estratégia do ATI para aumentar a diversidade pode contribuir para aumentar os ganhos de aprendizagem, uma vez que as mulheres, os participantes de Estados frágeis e em conflito, e os países não anglófonos tendem a obter ganhos de aprendizagem mais elevados ou semelhantes, em comparação com os grupos não sub-representados. Estes resultados apoiam a estratégia do ATI de ministrar todos os cursos nas três línguas, com interpretação simultânea.⁴ Por fim, os resultados indicam que oferecer cursos virtuais como parte do leque de formações do ATI é uma forma eficiente em termos de custos de assegurar a capacidade sem sofrer perdas significativas nos ganhos de aprendizagem. Analisemos a estimativa que se segue do custo dos ganhos de aprendizagem adicionais. Um curso presencial de duas semanas custa 135 000 dólares dos Estados Unidos mais do que a sua contraparte virtual. Em média, os ganhos de aprendizagem dos cursos presenciais foram 5,7 pontos percentuais (pp) mais elevados do que nos cursos virtuais, nos EF21–23. Isso implica que cada pp adicional obtido nos ganhos de aprendizagem associados aos cursos presenciais custa cerca de 23 700 dólares dos Estados Unidos por curso (ou 790 dólares por participante, considerando 30 participantes por curso). Este cálculo deve ser visto como o limite inferior dos custos de redução da formação presencial, uma vez que há aspetos intangíveis da aprendizagem – como a criação de redes e a aprendizagem com os pares – que provavelmente subestimam os benefícios das prestações presenciais. Como já se referiu, pode explorar-se também modos mistos de realização de cursos, a fim de melhorar os ganhos de aprendizagem e a satisfação global (Caixa 1).

⁴ Uma estratégia de cursos regionalizados poderia permitir a realização de cursos específicos em francês e português e reduzir significativamente os custos associados às viagens de avião, à tradução dos materiais do curso em várias línguas e aos serviços de interpretação. Poderá, todavia, implicar uma redução da amplitude dos conteúdos do curso e das aprendizagens entre pares. O ATI irá explorar essa opção no contexto da formação regionalizada, para a qual solicita a aprovação do Comité de Pilotagem.

QUADRO 2. ATI – CURSOS MINISTRADOS NO EF23: PARTICIPANTES POR PAÍS E POR GÉNERO

País	EF19 (pré-pandemia)		EF22		EF23	
	Número de participantes	Dos quais: mulheres	Número de participantes	Dos quais: mulheres	Número de participantes (d/q: presencial)	Dos quais: mulheres
Angola	8	2	59	22	44 (17)	13
Benim	12	0	26	3	12 (4)	0
Botsuana	24	19	41	20	37 (19)	23
Burquina Faso	14	0	55	8	25 (10)	3
Burundi	11	3	33	4	29 (17)	9
Camarões	31	11	49	16	47 (27)	17
Cabo Verde	2	1	19	9	25 (8)	14
República Centro-Africana	8	2	6	0	9 (4)	1
Chade	26	6	32	7	32 (18)	15
Comores	10	2	21	5	22 (13)	8
Rep. Dem. do Congo	22	2	39	7	34 (16)	6
Rep. do Congo	17	2	16	1	14 (7)	3
Côte d'Ivoire	21	6	33	7	25 (12)	5
Guiné Equatorial	4	0	3	1	7 (4)	1
Eritreia	5	0	0	0	0 (0)	0
Etiópia	30	9	25	6	28 (15)	6
Gabão	8	0	28	12	9 (5)	3
Gana	49	14	60	34	49 (19)	18
Guiné	22	4	36	2	24 (13)	2
Guiné-Bissau	5	1	11	5	6 (5)	2
Quênia	14	9	23	11	19 (10)	9
Lesoto	17	7	18	15	24 (18)	13
Libéria	25	4	52	13	28 (17)	7
Madagáscar	16	7	42	25	44 (20)	28
Maláui	39	18	8	6	28 (20)	13
Mali	9	2	19	4	4 (2)	0
Maurícias	38	23	94	60	37 (13)	25
Moçambique	26	8	29	13	24 (13)	5
Namíbia	12	6	20	12	14 (7)	10
Níger	18	1	20	1	13 (8)	0
Nigéria	16	10	78	41	42 (23)	20
Ruanda	12	1	9	2	14 (7)	5
São Tomé e Príncipe	3	3	9	6	9 (8)	6
Senegal	19	4	44	25	22 (12)	4
Seicheles	24	14	45	31	20 (10)	15
Serra Leoa	17	4	38	20	26 (15)	10
África do Sul	22	14	50	30	24 (16)	13
Sudão do Sul	13	1	20	5	15 (8)	3
Essuatíni	23	13	32	12	10 (6)	4
Tanzânia	8	1	8	2	19 (13)	11
Gâmbia	23	10	16	5	29 (19)	14
Togo	14	1	28	3	10 (3)	0
Uganda	47	25	34	15	39 (26)	21
Zâmbia	28	7	44	24	29 (15)	14
Zimbabué	42	17	45	25	39 (21)	20
Outros			26	5	32 (8)	15
Total	854	294	1,443	580	1092 (571)	434

Fonte: Equipa do ATI

Caixa 2. Estudo econométrico dos ganhos de aprendizagem em cursos do ATI

Nesta caixa, são explorados os fatores condicionantes dos ganhos de aprendizagem em cursos do ATI, usando dados sobre a demografia dos participantes e sobre a modalidade de prestação. Recorre-se à seguinte especificação,

$$y_{it} = \alpha_1 + \alpha_2 \text{Gender}_{it} + \alpha_3 \text{Education}_{it} + \alpha_4 \text{Language}_{it} + \alpha_7 \text{Fragile}_{it} + \alpha_8 (\text{Fragile}_{it} \times \text{Virtual}_{it}) + \alpha_9 \text{ICD}_{it} + \alpha_{10} \text{VirtualFY21} + \alpha_{11} \text{VirtualFY22} + \alpha_{12} \text{VirtualFY23} + \alpha_{13} \text{FY23} + \epsilon_{it},$$

em que y_{it} é a variável dependente, que representa os ganhos de aprendizagem, as pontuações no questionário pré-curso ou as pontuações no questionário pós-curso. O género e a escolaridade são variáveis binárias que tomam o valor 1 se o participante for mulher e tiver um diploma de ensino superior (mestrado ou doutoramento), respetivamente, ou 0 em caso contrário. “Língua” é uma série de variáveis categóricas, expressas como “francófono”, “lusófono” ou “outros” – sendo a categoria de referência “anglófono”. “Virtual” é uma série de variáveis binárias para os cursos virtuais em cada um dos exercícios financeiros em que o ATI ministrou formações virtuais. “Frágil” é uma variável binária que toma o valor 1 se o participante vier de um Estado frágil e em conflito, ou 0, caso contrário. É também incluída uma interação entre Frágil e Virtual (1 se o participante for de um Estado frágil e em conflito e o curso for virtual). Este termo permite-nos explorar se os ganhos de aprendizagem dos participantes de Estados frágeis e em conflito são mais afetados pelos cursos virtuais (p. ex., devido a má conectividade). É também incluído um indicador do departamento do ICD, dadas as diferenças existentes na abordagem da preparação dos testes.

VARIÁVEIS	Ganhos de aprendizagem	Questionário pré-curso	Questionário pós-curso
Género	3,99*** (0,91)	-0,16 (0,16)	0,14 (0,17)
Educação	0,014 (0,94)	0,67*** (0,17)	0,52*** (0,18)
Francófonos	3,69*** (0,94)	-0,68*** (0,17)	-0,24 (0,18)
Lusófonos	5,61*** (1,67)	-0,99*** (0,31)	-0,44 (0,32)
Outra língua	2,61 (24,30)	-0,64 (4,71)	-0,64 (4,85)
Estado frágil	0,51 (1,29)	-0,22 (0,25)	-0,29 (0,24)
Frágil x Virtual	-3,67** (1,86)	-0,041 (0,34)	-0,47 (0,35)
ICD	2,15** (1,00)	-2,07*** (0,18)	-1,52*** (0,18)
Virtual EF21	-4,54*** (1,39)	-0,39 (0,25)	-0,67** (0,26)
Virtual EF22	8,22*** (1,31)	3,47*** (0,24)	4,37*** (0,25)
Virtual EF23	-2,19 (2,46)	0,6 (0,45)	0,12 (0,46)
EF 23	0,75 (1,88)	-0,95*** (0,36)	-0,38 (0,35)
Constante	13,17*** (1,36)	6,44*** (0,25)	7,51*** (0,26)
Observações	3168	3517	3483
R ²	0,04	0,15	0,16

*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. Erros padrão entre parênteses

As mulheres começam o curso menos bem preparadas, mas alcançam o nível dos homens,

conseguindo assim maiores ganhos de aprendizagem. Os resultados indicam que as mulheres têm estatisticamente ganhos de aprendizagem médios superiores aos dos homens.¹ As mulheres têm uma pontuação média mais baixa do que os homens no teste pré-curso, mas têm resultados ligeiramente melhores no teste pós-curso (embora não de forma estatisticamente significativa).

Os ganhos de aprendizagem mantêm-se independentemente do nível de escolaridade. Os participantes com mestrado ou doutoramento têm os mesmos ganhos de aprendizagem, em média, do que os participantes com escolaridade ao nível do bacharelato ou inferior. Isto porque os participantes com maior nível de

¹ Por exemplo, ao considerar as variáveis da escolaridade, língua e variáveis específicas a cada país, as estimativas de regressão indicam que as mulheres obtêm ganhos de aprendizagem 4 pontos percentuais superiores aos dos homens, em média. Além disso, observe-se que a média amostral de ganhos de aprendizagem é de 18 pontos percentuais.

Caixa 2, continuação

escolaridade, apesar de terminarem o curso com pontuações mais elevadas do que os participantes menos escolarizados, começam também com uma pontuação mais elevada no teste pré-curso, pelo que o ganho de aprendizagem é semelhante nos dois grupos.

A interpretação simultânea e a tradução dos materiais dos cursos não parecem interferir com os ganhos de aprendizagem. Tanto os francófonos como os lusófonos têm ganhos de aprendizagem estatisticamente mais elevados do que os anglófonos. Ambos iniciam e terminam os cursos com pontuações mais baixas do que os anglófonos, mas demonstram um maior aumento na pontuação entre o teste pré-curso e o teste pós-curso, o que reduz a diferença de conhecimentos entre os grupos, no final dos cursos.

Os participantes de Estados frágeis e em conflito demonstram os mesmos ganhos de aprendizagem do que os de outros países, mas começam com uma pontuação no teste pré-curso mais baixa. Além disso, os participantes destes Estados demonstram ganhos de aprendizagem ainda mais baixos do que os outros nos cursos virtuais, conforme indicado pelo coeficiente negativo do termo de interação relativo aos participantes de Estados frágeis e em conflito em cursos virtuais. Este resultado sugere que, no futuro, o ATI deverá preferencialmente orientar as inscrições de participantes destes Estados para cursos presenciais.

A modalidade virtual diminuiu os ganhos de aprendizagem no EF21, mas houve uma melhoria no EF22 e esses ganhos não são estatisticamente diferentes dos cursos presenciais no EF23. A passagem repentina à prestação virtual no EF23 reflete-se nos ganhos de aprendizagem mais baixos, a um nível estatisticamente relevante, de todos os participantes. Essa evolução foi revertida no EF22, à medida que o ATI e os participantes se adaptaram à utilização das novas tecnologias. No EF23, os ganhos de aprendizagem em cursos virtuais não são estatisticamente diferentes dos ganhos de aprendizagem dos cursos presenciais, mesmo após os efeitos do cansaço com os ecrãs. Isso pode dever-se a uma mistura de cansaço com os ecrãs e de fatores de seleção, quer a seleção dos cursos pelos participantes ou a seleção, pelo ATI, de alunos mais motivados para cursos presenciais.

B. Conferências, webinários, seminários de investigação entre pares e eventos de sensibilização

O ATI fez parcerias com os departamentos de desenvolvimento de capacidades do FMI para realizar 11 webinários, três seminários de investigação entre pares e seis eventos de sensibilização no

EF23 (Quadro do texto 5). Alguns destes eventos não relacionados com cursos foram organizados em conjunto com outros centros regionais de desenvolvimento das capacidades e contaram com a presença de académicos de renome, decisores de políticas antigos e em funções, e membros de parceiros externos, como as Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial. O Quadro 3 enumera todos os eventos de desenvolvimento de capacidades não relacionados com cursos organizados pelo ATI no EF23.

Eventos de sensibilização

O AFR organizou dois eventos de sensibilização – uma apresentação e uma conferência de imprensa acerca do Relatório sobre as Consultas ao abrigo do Artigo IV relativo à Maurícia e sobre as Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana. O Relatório sobre as Consultas ao abrigo do Artigo IV relativo à Maurícia foi apresentado em formato híbrido em maio de 2022. Em dezembro de 2022, o Relatório do AFR sobre as Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana, intitulado “Viver no Limiar”, foi apresentado a 250 antigos alunos do ATI e mais de 120 outras pessoas participaram nas sessões em formato de webinário. O Relatório sobre as Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana destacou quatro desafios relacionados com políticas que esta região enfrenta: i) combater a insegurança alimentar, ii) gerir a alteração das políticas monetárias, iii) consolidar as finanças públicas num contexto de condições financeiras mais restritivas e iv) lançar as bases para um crescimento sustentável e mais ecológico.

Em setembro de 2022, o ATI colaborou com o AFRITAC Sul e com o ICD para apresentar a sua Estratégia Climática.

Representantes da UE, França, Japão, EUA e Reino Unido, reunidos na Maurícia, compareceram nos trabalhos abrangentes e oportunos que estão a ser levados a cabo no âmbito dos planos do FMI e do ATI para implementar este desenvolvimento de capacidades climáticas na região, e apreciaram esses trabalhos.

Quadro 5 do texto. Webinários, aprendizagem entre pares e eventos de sensibilização do ATI no EF23, por departamento de desenvolvimento das capacidades

Departamento de DC	EF21	EF22	EF23
ICD	5	7 ¹	4
AFR	14	10	7
FAD	1	1	2
LEG	1	0	3
STA	3	2	0
MCM	0	3 ¹	1
FIN	0	0	0
SPR	0	0	1
RES	0	2	2
Total	24	25	20
<i>D/q:</i>			
Webinários	11	14	8
Cursos entre pares	10	6	6
Sensibilização	3	5	4

Fonte: Equipa do ATI



Apresentação da Estratégia Climática do FMI no ATI

QUADRO 3. ATI – WEBINÁRIOS, CONFERÊNCIAS VIRTUAIS, WORKSHOPS E SÉRIES DE INVESTIGAÇÃO ENTRE PARES, E ATIVIDADES DE SENSIBILIZAÇÃO NO EF23

Departamento	Evento	Datas
Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades (ICD)	Comité de Pilotagem do ATI – Gana	6 de jun. de 2022
	Conferência Virtual sobre Macroeconomia das Pandemias	6 de jul. de 2022
	Reunião de Sensibilização com Embaixadores para discutir o trabalho do ATI/AFS sobre alterações climáticas	26 de set. de 2022
	Webinário conjunto – Fintech e Inclusão Financeira e o Caso do Bangladesh	28 de set. de 2022
Departamento de África (AFR)	Sensibilização: Artigo IV (Maurícias) – Apresentação e conferência de imprensa	10 de abr. de 2022
	Conferência de Alto Nível sobre a Promoção da Boa Governança – Botsuana	13–14 de jun. de 2022
	“FMI – AFR Diálogo Político de Alto Nível sobre a Desigualdade: Desenvolvimentos e Desafios de Políticas num Contexto Pós-COVID-19 “	20–21 de set. de 2022
Departamento de Finanças Públicas (FAD)	Desenvolvimentos e Desafios de Políticas num Contexto Pós-COVID-19 “	9 de dez. de 2022
	Sensibilização: Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana	22 de jun. de 2022
Departamento Jurídico (LEG)	Como Alcançar o Crescimento Inclusivo – Lançamento do livro	26 de jan. de 2023
	Respostas de Políticas aos Preços Elevados da Energia e dos Produtos Alimentares	13–14 de jul. de 2022
	Workshop sobre os Beneficiários Efetivos – Evento do FMI/EUGF	12–15 de dez. de 2022
Departamento de Mercados Monetários e de Capitais (MCM)	Seminário de Formação de CBC/FT em Ativos Virtuais e Prestadores de Serviços de Criptoativos	22 de mar. de 2023
	Abordar as Desigualdades de Género através da Conceção de Legislação Orçamental	28–30 de mar. de 2023
Departamento de Estudos (RES)	Webinário sobre Gestão do Risco das Reservas Cambiais	11 de mai. de 2022
	Sensibilização: WEO da Primavera de 2022 – Capítulo 2 – A dívida do setor privado e a recuperação global	1 de dez. de 2022
Departamento de Estratégia, Políticas e Avaliação (SPR)	Sensibilização: WEO do Outono de 2022 – Capítulos Analíticos	30 de jan. de 2023
País	Evento das Séries de Investigação entre Pares	Datas
BEAC	Introdução de um modelo macroeconómico para uma pequena união monetária aberta de países em desenvolvimento exportadores de petróleo (orador – Essiane Nelson; moderador/presidente – Carlos De Resende; painelistas – Valeriu Nalban, Diego Rodríguez Guzmán; número de participantes – 617)	19 de out. de 2022
Cabo Verde	Uma Moeda Única para a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (orador – Ari Aisen; moderador/presidente – Carlos De Resende; painelistas – Priscilla Muthoora, Evaldo Baptista; número de participantes – 454)	2i de fev. de 2023
UEMOA e CEDEAO	Governança e Crescimento Económico (orador – Idrissa Diagne, Mariama Cisse; moderador/presidente – Sukhwinder Singh; painelistas – Arsene Kaho, Marcel Nshimiyimana; número de participantes – 228)	31 de mar. de 2023

Fonte: Equipa do ATI

O Departamento de Estudos (RES) do FMI colaborou com o ATI em dois eventos de sensibilização: a apresentação dos relatórios de primavera e de outono sobre as Perspetivas da Economia Mundial (World Economic Outlook). O relatório de outono atraiu quase 200 participantes e incluiu apresentações do corpo técnico do RES acerca do capítulo 2 (dinâmicas salariais após a COVID-19, com especial ênfase em evitar riscos de espiral salários-preços) e o capítulo 3 (implicações para o mercado de trabalho da transição para a economia verde). A apresentação sobre o relatório da primavera de 2022 também foi muito procurada, contando com 345 participantes. A apresentação focou-se no capítulo analítico sobre o nexo entre a dívida do setor privado, especialmente após a COVID-19, e a recuperação mundial.

O ATI colaborou com a Unidade de Inclusão e Género do SPR numa apresentação da Estratégia de Igualdade de Género do FMI 2022. A apresentação deu início a um curso sobre Desigualdade de Género e Macroeconomia e focou os principais objetivos da estratégia, inclusive debatendo exemplos de como a questão de género está a ser integrada na supervisão, concessão de crédito e atividades de desenvolvimento de capacidades do FMI.



Apresentação da Estratégia de Igualdade de Género do FMI no ATI

Webinários e conferências

O ATI organizou 11 webinários e conferências, com o apoio do ICD, do AFR, do FAD e do LEG. Estes eventos abordaram não só temas de políticas conjunturais (por exemplo, reações à pandemia e à subida dos preços da alimentação e dos combustíveis), mas também temas prioritários emergentes do trabalho do FMI, como a digitalização, o género e a inclusão e governação. Todos os eventos relativos a essas prioridades, bem como os organizados em colaboração com outros centros de desenvolvimento de capacidades, são descritos com mais pormenor na Secção I.C.

Foram organizados três eventos sob a alçada do ICD. O primeiro tratou-se de um webinar sobre *FinTech* e a *Inclusão Financeira: O caso do Bangladesh*, organizado em conjunto com o Instituto de Formação para Singapura (STI) do FMI e com o Centro Regional de Formação e Assistência Técnica do Sul da Ásia (SARTTAC). A Secção I.D dá mais pormenores. Um segundo evento foi a conferência *online* sobre a Macroeconomia das Pandemias, altamente pertinente para a era posterior à COVID-19 e que teve 403 participantes.



Comité de Pilotagem do EF22, em Acra, no Gana

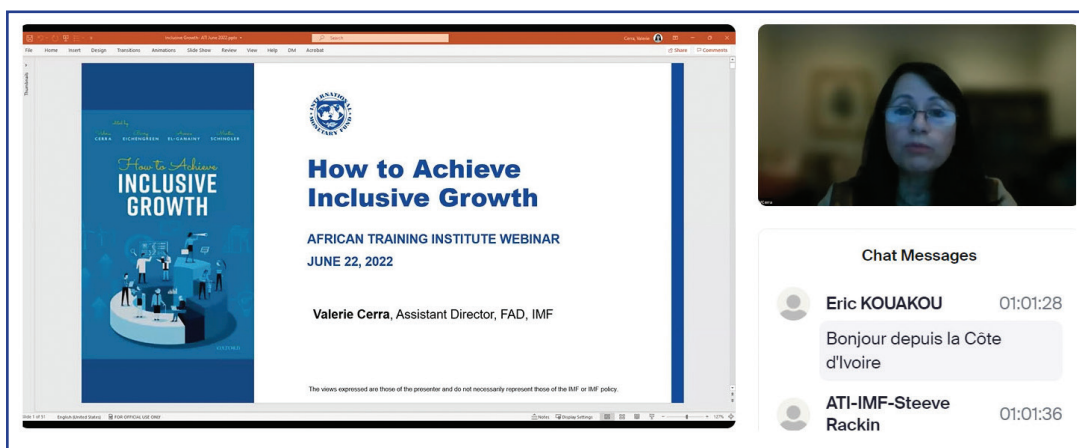
No EF23, o ICD também organizou conjuntamente a Reunião do Comité de Pilotagem do EF22, em Acra, no Gana, a qual foi presidida pela vice-ministra das Finanças da República da Serra Leoa. Na reunião compareceram 78 funcionários de 12 países membros, bem como representantes de parceiros doadores, como o Banco Europeu de Investimento, o Banco Popular da China, o Banco da Reserva da África do Sul e o Ministério Federal das Finanças da Alemanha. Os membros e observadores do Comité de Pilotagem elogiaram o ATI pela sua rápida reação à pandemia de COVID-19 e adaptação ao ambiente virtual. O Comité recomendou que se continuasse a

implementar as medidas aprovadas na reunião do Comité de Pilotagem de 2019, nomeadamente a intensificação das operações, o aumento do trabalho relativo às novas prioridades e a adoção de novas modalidades de prestação de cursos que permitam avançar para chegar a um público mais amplo, com um custo marginal mais baixo. Globalmente, a participação do ICD na reunião ajudou a reforçar a importância da missão do ATI de apoio à reação dos países membros a múltiplos choques económicos.

O AFR colaborou em dois webinários e conferências. Uma Conferência de Alto Nível sobre Governança e Combate à Corrupção, organizada em conjunto com o AFR, o Governo do Botsuana e a União Africana, teve lugar em junho de 2022. Em setembro de 2022, o ATI e o AFR colaboraram também no âmbito de um webinário intitulado “Desigualdade: Evolução e Desafios de Política no Contexto posterior à COVID-19”, que constituiu uma plataforma para os decisores de políticas, académicos, organizações da sociedade civil, o Banco Mundial e os corpos gerentes do FMI trocarem pontos de vista sobre a desigualdade na África Subsaariana e na América Latina.

O Departamento de Finanças Públicas do FMI também aproveitou o potencial do ATI para organizar dois eventos altamente pertinentes para a África Subsaariana. O primeiro webinário teve que ver com o lançamento do livro *How to Achieve Inclusive Growth*, em junho de 2022, dado por Valerie Cerra, uma das editoras do livro. A participação

de mais de 200 pessoas refletiu o elevado interesse nesta questão (que se reflete na procura do curso sobre Crescimento Inclusivo



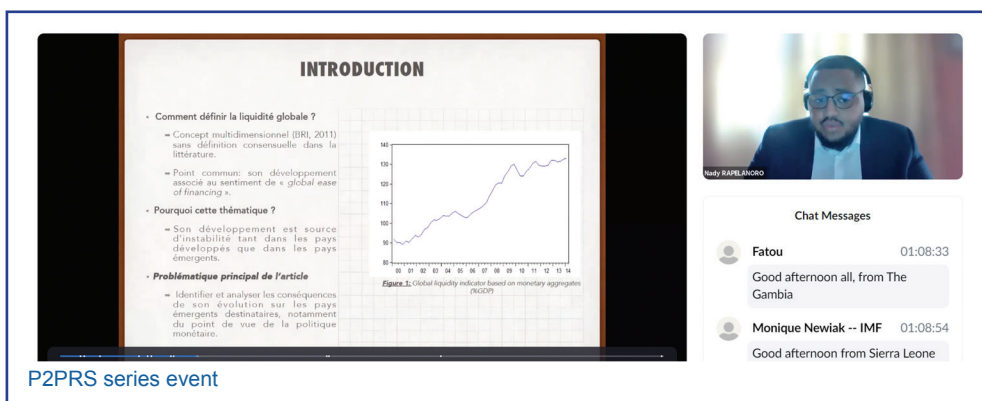
do ATI). A apresentação debateu um quadro de conceção de políticas de crescimento inclusivo, que serve de estrutura ao livro, e salientou algumas conclusões, como o papel da política orçamental e da estabilidade macroeconómica no crescimento inclusivo, os fatores de produção do setor privado, o impacto da globalização, as alterações climáticas e a gestão da riqueza baseada em recursos naturais. O segundo webinário teve que ver com o impacto e com as respostas das políticas aos elevados preços da energia na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia.

No EF23, assistiu-se também a uma colaboração forte com o Departamento Jurídico do FMI. Num trabalho conjunto com o mecanismo mundial de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, financiado pela UE, o LEG organizou um webinário regional sobre Transparência dos Beneficiários Efetivos, que contou com muitos participantes. Os temas debatidos incluíram os requisitos técnicos sobre beneficiários efetivos, as fontes de informação sobre os mesmos, a criação de um sistema de divulgação de beneficiários efetivos e a execução prática de registos centralizados de beneficiários efetivos. O LEG colaborou também num webinário de quatro dias intitulado “Ativos Virtuais e Prestadores de Serviços de Ativos Virtuais e Moedas Digitais de Bancos Centrais”, em dezembro de 2022, que teve, em determinados momentos, mais de 500 participantes. Por fim, como parte dos trabalhos do FMI sobre as questões de género, o LEG apresentou o seu trabalho ao ATI no que toca a combater as desigualdades de género através da conceção da legislação fiscal.

Numa demonstração da capacidade do FMI de reunir pessoas de todo o planeta, o MCM colaborou com o ATI num webinar de três dias sobre **Gestão do Risco das Reservas Cambiais**. Este webinar reuniu profissionais de gestão das reservas cambiais do Banco de Israel e do Banco do Brasil, juntamente com peritos do MCM (Secção I.C).

Seminários de investigação entre pares

Desde 2021, o AFR e o ATI têm trabalhado em parceria no âmbito da série de **Seminários de Investigação entre Pares**, que visa contribuir para alargar as redes de investigação regionais e promover discussões e aprendizagens sobre questões de políticas relevantes na África Subsariana. Os funcionários dos governos podem usar esta plataforma para partilhar o seu trabalho analítico debater e recolher opiniões dos pares de diferentes países,



P2PRS series event

bem como de académicos, do corpo técnico do FMI e de outras partes relevantes. Os artigos são nomeados por um comité de seleção, traduzidos para inglês, francês e português e apresentados em modo virtual, com interpretação simultânea nas três línguas. Desde a sua criação, foram organizados 16 seminários, três dos quais no EF23.

Funcionários do Banco dos Estados da África Central (BEAC) apresentaram um artigo sobre a introdução de um modelo macroeconómico para uma pequena união monetária aberta de países em desenvolvimento exportadores de petróleo. O artigo propunha um modelo nekeynesiano semiestruturado e multinacional para os países da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC). Esse modelo, que integra vários aspetos principais da configuração institucional e económica da CEMAC – como a importância do setor petrolífero para os países da união monetária, as ligações macrofinanceiras, a estabilização da dívida como um objetivo de política orçamental, as injeções de liquidez do banco central e um regime de taxa de câmbio fixa –, deu pistas sobre a forma como o banco central pode reagir a vários choques, ao mesmo tempo que tem em conta os efeitos assimétricos nos vários países da união monetária. A participação foi extraordinária, tanto no que toca ao número de participantes (617) como aos diálogos dinâmicos sobre as implicações desse modelo. Participando na discussão, membros do corpo técnico do FMI deram sugestões e destacaram o potencial do modelo para efetuar previsões de análise de políticas para a região da CEMAC.

Um economista do Banco Central de Cabo Verde apresentou o seu artigo intitulado “Uma Moeda Única para a Comunidade Económica da África Ocidental”. Participaram também na discussão o Representante Residente do FMI para a Nigéria e membros da equipa do ATI. O artigo recorreu à literatura sobre zonas monetárias ótimas para avaliar o nível de sincronização dos ciclos económicos e a convergência das taxas de inflação nos países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, bem como a potencial inclusão de mais países na zona económica. O seminário contou com mais de 400 participantes, que contribuíram com perguntas e observações.

Dois funcionários do Ministério da Economia, Cooperação e Planeamento e da Direção-Geral de Planeamento e Políticas Económicas do Senegal apresentaram um estudo sobre a governação e o crescimento económico, focado na União Económica e Monetária da África Ocidental e na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental. Os oradores avaliaram o impacto de determinadas variáveis de governação no crescimento, usando

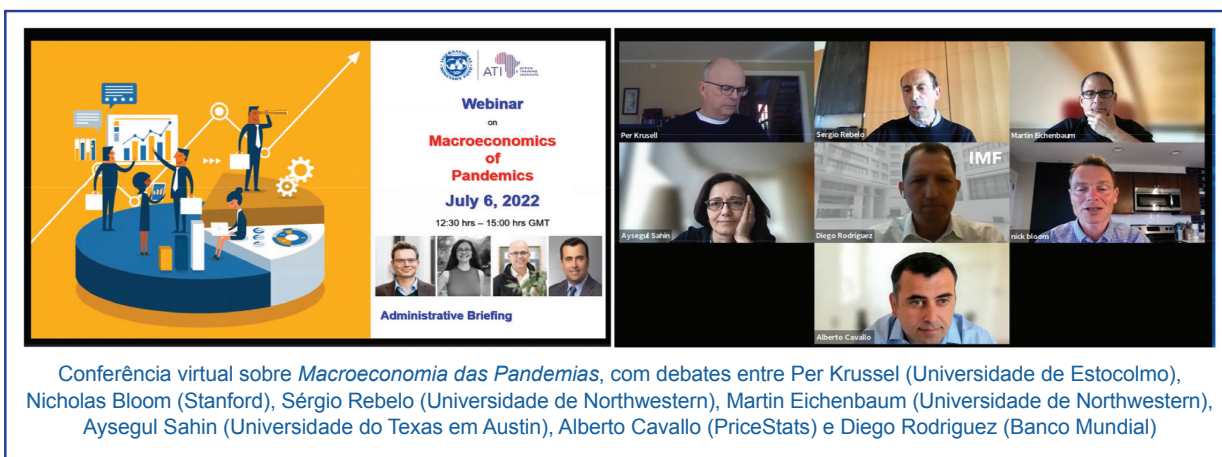
e a direção do FMI geraram imenso interesse (mais de 6000 seguidores nas redes sociais) e destacaram duas principais conclusões. A primeira é que é fulcral atuar agora para prevenir o agravamento das desigualdades dentro de países e continentes e entre eles. As desigualdades prolongadas podem ter consequências negativas duradouras para a estabilidade económica, social e política. A segunda é que os choques recentes deram ênfase à importância de reforçar os sistemas de proteção social dos países. O apoio direcionado aos grupos mais vulneráveis é o modo mais eficaz de reduzir as desigualdades.

Durante o webinar, vários países da África Subsariana, incluindo o Senegal, o Ruanda, Moçambique e o Togo, deram mostras dos avanços que fizeram no que toca a reforçar os sistemas de proteção social, aproveitando a tecnologia e a digitalização para facilitar a sua implementação. O evento contou com a presença de altos funcionários do FMI (incluindo a diretora-geral adjunta Antoinette Sayeh), os professores Francisco H.G. Ferreira (London School of Economics), Robert Darko Osei (Instituto de Investigação Estatística, Social e Económica da Universidade do Gana), e Merike Blofield (German Institute for Global Area Studies), bem como representantes do Banco Mundial e da Oxfam International.

Por fim, o ATI continuou a organizar o curso muito procurado sobre *Macroeconomia das Pandemias*, seguido de uma conferência virtual sobre o mesmo assunto. O curso abrangia conceitos e modelos de epidemiologia e instrumentos que podem ser integrados nos quadros macroeconómicos, para ajudar a compreender os mecanismos de transmissão de um choque pandémico, bem como as respostas de política adequadas. O curso teve 23 participantes de 11 países da África Subsariana e as palestras foram apresentadas por académicos de renome – os professores Mathias Trabandt (Universidade de Goethe), Sérgio Rebelo e Martin Eichenbaum (da Universidade Northwestern) – juntamente com o corpo técnico do ICD e o vice-diretor do ATI. A conferência contou com a presença de mais de 400 participantes, incluindo académicos de renome como Per Krussel (Universidade de Estocolmo) e Nicholas Bloom (Stanford).



Conferência de Alto Nível – Diálogo sobre Políticas de Desigualdade. Abebe Selassie (diretor do AFR), Antoinette Sayeh (diretora-geral adjunta do FMI) e Gabriela Inchauste (Banco Mundial).



Conferência virtual sobre *Macroeconomia das Pandemias*, com debates entre Per Krussel (Universidade de Estocolmo), Nicholas Bloom (Stanford), Sérgio Rebelo (Universidade de Northwestern), Martin Eichenbaum (Universidade de Northwestern), Aysegül Sahin (Universidade do Texas em Austin), Alberto Cavallo (PriceStats) e Diego Rodriguez (Banco Mundial)

Governança e combate à corrupção

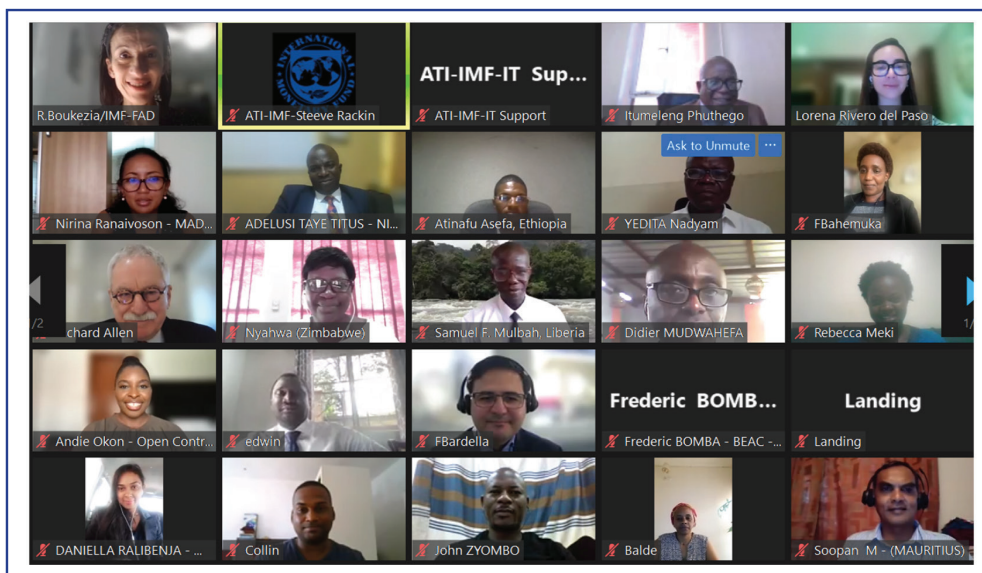
O ATI realizou uma conferência de alto nível e um curso sobre governança e responsabilização.

Em junho de 2022, a Conferência de Alto Nível sobre a Promoção da Boa Governança e o webinar sobre o combate à corrupção foram organizados conjuntamente pelo ATI, o AFR e o Departamento de Desenvolvimento Económico, Comércio, Indústria e Mineração da Comissão da União Africana, em Gaborone, no Botsuana. Este evento de alto nível, com duração de dois dias, sobre um dos temas prioritários do FMI para a região da África Subariana constituiu uma plataforma para que funcionários

do FMI, da Comissão da União Africana, das agências de governança e combate à corrupção de países africanos, bem como decisores de políticas e representantes de outras organizações internacionais – como a Transparency International e a Organização Internacional das Instituições Superiores de Controlo (INTOSAI) –, assim como intervenientes do setor privado e do mundo académico, debatessem os impactos macrocríticos da má governança e da corrupção. Na conferência, debateram-se também os benefícios gerados pela boa governança e a melhoria dos quadros de combate à corrupção, a fim de promover o crescimento económico, a criação de empregos e a redução da pobreza, em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e a Agenda 2063 da Comissão da União Africana. Além disso, debateram-se as necessidades de desenvolvimento das capacidades na região da África Subariana, a respeito de questões de governança e corrupção, bem como o recém-publicado livro do FMI intitulado *Good Governance in Sub-Saharan Africa: Opportunities and Lessons*, coeditado pelo antigo diretor do ATI, Abdoul Wane. O evento contou com a participação do secretário para o Desenvolvimento e o Orçamento do Botsuana, Olesitse Masimega, com a diretora-geral adjunta do FMI, Antoinette Sayeh, e com o governador do Banco do Botsuana, Moses Pelaelo. A sessão teve mais de 200 participantes, que compareceram presencial e virtualmente.



Conferência de Alto Nível – Diálogo sobre Políticas de Desigualdade. Abebe Selassie (diretor do AFR), Antoinette Sayeh (diretora-geral adjunta do FMI) e Gabriela Inchauste (Banco Mundial).



O curso de formação intitulado “Construir Instituições para Combater a Corrupção na África Subariana” focou-se na governação orçamental e foi prestado pelo FAD a 40 funcionários de 20 países da África Subariana, em março de 2023. O curso é articulado em torno do Quadro de Governação Reforçado do FMI, de 2018, e abordou a gestão das receitas e despesas, as empresas públicas, as indústrias extrativas e as questões orçamentais relativas ao financiamento de emergência. A sessão foi encerrada com um módulo sobre o papel da digitalização no combate à corrupção, que despertou grande interesse, dados os desafios que a maioria dos países enfrenta no que toca à digitalização das finanças públicas. O curso incluiu contributos especializados de 17 funcionários e peritos do FAD, do LEG e do FIN. O *workshop* acolheu sete oradores externos, incluindo um representante da Iniciativa Mundial para a Transparência Fiscal, o diretor da Open Contract Partnership em África, o vice auditor geral do Mali, membros da Iniciativa da INTOSAI para o Desenvolvimento e o diretor em funções do Tesouro da África do Sul. O evento deu origem a longos debates e confirmou a importância do curso e o interesse crescente no combate à corrupção e nas reforças da governação na África Subariana.

Caixa 3. Estratégia do ATI para o desenvolvimento de capacidades em matéria de alterações climáticas (CCCDS)

Os países da África Subsariana estão entre os mais vulneráveis às alterações climáticas. As vulnerabilidades refletem um elevado grau de dependência da agricultura pluvial, o acesso limitado a seguros e outras limitações financeiras, níveis elevados de pobreza e capacidade de adaptação limitada.

Após a nomeação de um perito em missão de longo prazo responsável pelo nexo entre macroeconomia e clima, o ATI elaborou a sua Estratégia de desenvolvimento de capacidades em matéria alterações climáticas (CCCDS).

A estratégia visa ajudar os países a integrar considerações climáticas nos seus quadros de políticas e a implementar políticas que apoiem o reforço da resiliência. É apoiada pela Estratégia Climática do FMI, elaborada em consulta estreita com o ICD, e reflete os contributos fulcrais de autoridades nacionais e parceiros externos, nomeadamente a UE e o Gabinete de Assuntos Externos, da Commonwealth e do Desenvolvimento (Foreign, Commonwealth and Development Office, FCDO) do Reino Unido. Funcionários do ATI e do AFRITAC Sul têm colaborado com colegas da sede do FMI para apoiar a implementação da CCCDS.

A estratégia inclui uma combinação de formações, ministradas em conjunto com a sede do FMI, seminários/webinários e eventos entre pares. É composta por cinco pilares:

- (1) **Formação:** coordenados pelos Centros de Desenvolvimento das Capacidades, os cursos abrangem aspetos macroeconómicos gerais das questões climáticas, assim como temas mais especializados (por exemplo, os riscos orçamentais).
- (2) **Workshops:** combinam alguns dos materiais da formação com uma introdução prática a modelos e ferramentas climáticas que estão a ser desenvolvidos no FMI, como a Avaliação da Gestão do Investimento Público Climático (C-PIMA) e a gestão ecológica das finanças públicas.
- (3) **Eventos entre pares:** eventos na sua maioria virtuais que reúnem funcionários do FMI e representantes nacionais para trocarem pontos de vista sobre questões de relevância prática, promoverem a partilha de conhecimentos e debaterem a investigação levada a cabo por funcionários da África Subsariana.
- (4) **Série de seminários sobre o clima:** a série introduzirá temas fulcrais relativos ao clima a um público amplo, através de apresentações de académicos e profissionais.
- (5) **Assistência técnica:** a assistência técnica assenta em missões do ICD nos países, a fim de promover o desenvolvimento de capacidades e a utilização de ferramentas que permitam às autoridades nacionais desenvolverem conhecimentos relacionados com a integração do clima nos quadros macroeconómicos e melhorarem a sua interação com as equipas do FMI em questões relacionadas com o clima.

Com o apoio do perito do ATI sobre clima em missão de longo prazo, foram realizados no EF23 vários cursos sobre este tema no ATI, no AFS e em outros locais na África Subsariana. Entre estes, contam-se os cursos sobre *Macroeconomia das Alterações Climáticas (ATI)*, *Riscos Orçamentais e Alterações Climáticas (AFS)* e um *workshop* inovador organizado pelo ATI e pelo AFRITAC Oriental realizado em sete países do AFRITAC Oriental sobre *Alterações Climáticas e Políticas Macrofinanceiras*, que reuniu funcionários do ICD, do RES, do MCM e do FAD, bem como doadores (UE e FCDO). Foram organizados webinários em toda a região, em conjunto com o MCM, acerca de *Alterações Climáticas e Riscos do Setor Financeiro*, bem como um webinário nacional, organizado para funcionários do Banco da Reserva da África do Sul.

O ATI continuará a reforçar a sua estratégia CCCDS no EF24. As implicações da CCCDS para o programa de trabalho para o EF24 são analisadas na Secção II.A.

Caixa 4. Integração das questões de género: Estratégia do FMI para a igualdade de género 2022 e iniciativas do ATI

O Conselho de Administração do FMI aprovou a primeira estratégia do FMI para a igualdade de género em julho de 2022, a qual visa integrar as questões do género nas atividades básicas do FMI, incluindo a supervisão, concessão de crédito e desenvolvimento de capacidades do FMI. Ela assenta em quatro pilares: i) dados e ferramentas de modelização para análise de políticas; ii) um quadro de governação propício, que inclua uma estrutura interna de apoio, para uma implementação equitativa; iii) colaboração externa e iv) utilização eficiente dos recursos e oportunidades para explorar economias de escala.

Existe muito potencial para integrar as questões de género no desenvolvimento de capacidades. A visão é i) integrar o desenvolvimento de capacidades em matéria de género com a supervisão e a concessão de crédito, como acontece com todas as vertentes de desenvolvimento de capacidades; ii) prestar mais assistência técnica e formação específicas ao país em causa; iii) adicionar uma análise desagregada por género aos produtos de desenvolvimento de capacidades existentes (p. ex., a assistência técnica sobre gestão de finanças públicas ou a análise da supervisão do setor financeiro).

O ATI foi um dos primeiros a integrar as questões de género no desenvolvimento de capacidades. Mesmo antes da aprovação da estratégia do FMI, dada a crescente procura por parte dos seus membros por formações sobre macroeconomia e género e sobre orçamentos sensíveis ao género, o ATI elaborou proativamente formações e proporcionou oportunidades de aprendizagem entre pares, nomeadamente:

- **Workshops de aprendizagem entre pares, organizados em conjunto com a ONU Mulheres**, com participantes francófonos e lusófonos, a fim de debater soluções de políticas sensíveis ao género no início da pandemia (fevereiro de 2020).
- Colaboração com o AFR e o FAD para pilotar uma formação de cinco dias sobre a **orçamentação sensível ao género** (janeiro de 2021).
- Colaboração com a ONU Mulheres, o AFR e o ICD com vista a ministrar a primeira formação do FMI **sobre Género e Macroeconomia** (fevereiro de 2022).
- Primeira realização em formato presencial do novo curso do ICD com currículo externo, **“Desigualdade de Género e Macroeconomia”**, cuja elaboração teve por base o curso “Género e Macroeconomia” realizado como projeto-piloto no ATI (janeiro de 2023).
- Colaboração com o LEG no âmbito de um webinar sobre o **Combate às Desigualdades de Género através da Conceção da Legislação Fiscal** (março de 2023).

Existe muito interesse pelas questões de género na África Subsariana. As atividades de sensibilização relativas à estratégia do FMI para o género, no contexto da mais recente sessão do curso sobre *Desigualdade de Género e Macroeconomia*, confirmaram o elevado interesse por este tema na África Subsariana. Os futuros programas de trabalho do ATI, sob a orientação do seu Comité de Pilotagem e com o apoio financeiro e a colaboração de parceiros externos para o desenvolvimento, continuarão a oferecer vários eventos de desenvolvimento de capacidades, a fim de transmitir conhecimentos e proporcionar ferramentas para a análise das questões de género de um ponto de vista macroeconómico, permitindo aprender com a experiência dos países da África Subsariana.

Caixa 5. Inovações de moedas digitais na África Subariana: Equilibrar oportunidades e riscos através do reforço de capacidades

As moedas digitais estão rapidamente a ganhar terreno na África Subariana. As transações de dinheiro móvel nesta região atingiram os 698 mil milhões de dólares dos Estados Unidos; o banco central da Nigéria introduziu a e-naira e 11 bancos centrais nacionais estão a ponderar a adoção de moedas digitais de bancos centrais. Além disso, a Nigéria e o Quênia estavam, em 2021, entre os vinte países do mundo em que há maior adesão às criptomoeadas (Perspetivas Económicas Regionais para a África Subariana de outubro de 2022).

As inovações no domínio das moedas digitais prometem melhorar a inclusão financeira com custos relativamente baixos, mas também acarretam riscos. A moeda eletrónica (dinheiro móvel, moedas digitais de bancos centrais e criptomoeadas) elimina a necessidade de transferências físicas de numerário. Assim, pode ajudar os países a cumprirem os seus objetivos de inclusão financeira, especialmente em locais em que o número de detentores de contas bancárias seja reduzido. Além disso, ao permitir transações mais rápidas e baratas, pode reduzir significativamente o custo do envio de remessas, que constitui uma fonte de rendimento importante para muitas famílias na África Subariana. No entanto, a moeda eletrónica acarreta riscos para a estabilidade macroeconómica e financeira, uma vez que pode ser usada para fins especulativos e para contornar controlos sobre operações de capital. Além disso, no caso das criptomoeadas, a pouca capacidade de rastrear as transações gera oportunidades para atividades ilegais.

A Estratégia de 2021 do FMI para o Dinheiro Digital reconhece o papel fulcral do FMI no que toca a ajudar os seus membros a tirarem o máximo benefício das moedas digitais, gerindo ao mesmo tempo os riscos. A adoção generalizada de dinheiro digital levanta uma série de questões relacionadas com políticas, nos domínios da defesa dos consumidores, integridade financeira, interações com políticas macroeconómicas e financeiras, bem como implicações para o Sistema Monetário Internacional, que o a insituição é responsável por supervisionar. A Estratégia para o Dinheiro Digital destaca a importância do desenvolvimento de capacidades prestado pelo FMI, especialmente em países de baixo rendimento, para ajudar a gerir estes desafios complexos através do reforço dos quadros regulamentares e de supervisão e da promoção das capacidades técnicas dos bancos centrais.

Em conformidade com essa estratégia, o ATI organizou uma quantidade crescente de eventos de desenvolvimento de capacidades sobre tecnologia financeira (*FinTech*) e moedas digitais de bancos centrais, com vista a reforçar as capacidades na África Subariana. A vertente de trabalho do ICD relativa às políticas do setor financeiro abrange a tecnologia financeira (*FinTech*) em vários cursos, incluindo “Desenvolvimento Financeiro e Inclusão Financeira”, “Moedas Digitais dos Bancos Centrais” e “Desenvolvimento do Mercado *FinTech* e Implicações Regulamentares”. A formação do MCM tem dado ênfase às moedas digitais dos bancos centrais e à regulamentação e supervisão da tecnologia financeira (*FinTech*). O ATI também colaborou com o LEG no EF23 para proporcionar um webinar sobre *Ativos Virtuais e Prestadores de Serviço de Ativos Virtuais* e sobre *Moedas Digitais dos Bancos Centrais*. Esse webinar faz parte de um projeto mais amplo do LEG que também inclui uma colaboração específica com os Institutos de Formação do FMI, a fim de prestar assistência na redação da legislação e na compreensão dos riscos de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, bem como na vigilância eficaz deste fenómeno.

O plano de trabalho do ATI para o EF24 prevê uma continuação do diálogo com os membros sobre a tecnologia financeira (*FinTech*). O ICD proporcionará cursos sobre o Desenvolvimento do Mercado *FinTech* e Implicações Regulamentares e sobre Moedas Digitais dos Bancos Centrais, ao passo que o MCM proporcionará cursos sobre Reflexões sobre as *Implicações das Moedas Digitais de Bancos Centrais* e *Questões Específicas da Regulamentação e Supervisão da FinTech*. Além disso, por ocasião de eventos de desenvolvimento de capacidades não relacionados com cursos, serão analisadas as interações entre a *FinTech* e outras grandes tendências/domínios prioritários do FMI, como a tecnologia governamental (GovTech), a governação e o género.

Explorar as Sinergias entre a Formação e a Assistência Técnica e Reforçar a Participação no Desenvolvimento de Capacidades Relacionado com a Supervisão e os Programas do FMI

Para reforçar as sinergias entre a assistência técnica e a formação, a prioridade dos cursos foi determinada em função da procura dos países membros e em coordenação com os centros regionais de desenvolvimento das capacidades e com representantes dos países. Esta secção destaca eventos específicos que deram um impulso especial a essas sinergias. Para além desses, o ATI deu início a debates com as autoridades nacionais e/ou os centros de desenvolvimento de capacidades do FMI para explorar as necessidades e âmbito da assistência técnica acerca de quadros macroeconómicos para Angola e o Zimbabué.

Com base na Estratégia Climática do ATI (Caixa 3), o Instituto colaborou com o AFRITAC Oriental e com o ICD para organizar um *workshop* sobre Alterações Climáticas e Políticas Macrofinanceiras na Kenya School of Monetary Studies, em Nairobi (março de 2023). Após o curso sobre Macroeconomia das Alterações Climáticas, este foi o primeiro *workshop* a reunir funcionários do ICD, do FAD, do MCM e do RES para mostrar as análises e ferramentas do FMI em matéria de alterações climáticas. As atividades deste tipo, que fazem parte da CCCDS do ATI, visam apoiar futuras colaborações dos países da região com o FMI no contexto do financiamento ao abrigo do novo Fundo Fiduciário para a Resiliência e a Sustentabilidade. Vinte e cinco participantes da Etiópia, do Quênia, do Maláui, do Ruanda, do Sudão do Sul, da Tanzânia e do Uganda foram expostos a uma série de temas, incluindo os riscos e vulnerabilidades climáticos, as políticas de mitigação, o reforço da resiliência através de políticas de adaptação e a gestão dos riscos orçamentais e para o setor financeiro. Foi também apresentada aos participantes uma série de instrumentos que o FMI tem vindo a elaborar para integrar as alterações climáticas e as catástrofes naturais nos quadros de políticas, nomeadamente: o Instrumento de Avaliação da Fixação do Preço do Carbono; a Ferramenta relativa à Dívida, Investimentos, Crescimento e Catástrofes Naturais; a Ferramenta relativa a Catástrofes Naturais e Dinâmica da Dívida; o Conjunto de Instrumentos sobre Riscos Orçamentais; e a Avaliação da Gestão do Investimento Público Climático. Vários doadores participaram virtualmente no *workshop*, e funcionários do *Foreign, Commonwealth & Development Office* do Reino Unido apresentaram uma síntese do trabalho da Equipa do Reino Unido sobre Financiamento da Ação Climática. Este foco amplo permitiu aos participantes identificarem melhor as várias ligações macrofinanceiras associadas às alterações climáticas, ajustarem as prioridades das suas políticas e compreenderem de que forma o FMI pode ajudar os países membros a reagirem às alterações climáticas. Os participantes aplicaram os instrumentos e conceitos e fizeram apresentações que estabeleceram ligações entre as vulnerabilidades da região face às alterações climáticas, as políticas de adaptação e mitigação, as prioridades e as opções de financiamento. Os participantes apreciaram também a vertente de aprendizagem com os pares do *workshop*, assinalando que isso lhes permitirá integrar melhor as considerações relativas às alterações



climáticas nos seus documentos sobre políticas. Vários participantes referiram que aquela fora a primeira vez que tinham ouvido falar das dimensões macroeconómica e financeira das questões climáticas de forma tão estruturada, e manifestaram-se entusiasmados com a ideia de formações de seguimento e assistência técnica prestados a nível do país, para promover a disseminação de conhecimentos sobre questões climáticas.

Teve lugar, de 12 a 15 de dezembro de 2022, um webinar de quatro dias sobre Ativos Virtuais e Prestadores de Serviços de Ativos Virtuais e sobre Moedas Digitais de Bancos Centrais, organizado com a colaboração do LEG e com a participação do conselho regional do LEG para África em questões de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo. Este webinar atraiu um público atento de mais de 500 participantes, muitos dos quais oriundos de países em que estas questões ainda estão numa fase incipiente. O *workshop* analisou os principais conceitos referentes a ativos virtuais e prestadores de serviços de ativos virtuais, bem como as formas de avaliar os riscos relacionados com os ativos virtuais, a par dos elementos necessários para a formulação de um quadro jurídico eficaz de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo. Falou-se

também das questões de licenciamento/registo, de medidas preventivas e da supervisão, com especial destaque para a forma como estas questões se aplicam ao setor dos prestadores de serviços de ativos virtuais. Debateu-se ainda a forma como os ativos virtuais podem mudar o modo como a informação financeira é tratada e os crimes financeiros são investigados e julgados, além dos desafios colocados pelos ativos virtuais no que diz respeito à apreensão de ativos. O *workshop* referiu ainda as moedas digitais dos bancos centrais, com especial destaque para a compreensão dos riscos à integridade financeira associados à implementação e uso destas moedas.

O webinar “Gestão de Crises Múltiplas: Choques nos Preços das Mercadorias e Insegurança Alimentar” teve lugar a 26 de janeiro, para debater opções de políticas face aos elevados preços dos alimentos e do petróleo, que têm especial importância na África Subsariana devido às alterações climáticas, e que foram ainda mais exacerbados pela invasão da Ucrânia pela Rússia. A primeira sessão incidiu sobre as Respostas Orçamentais à Crise Alimentar e Energética e incluiu apresentações do corpo técnico do FMI (FAD) e de decisores de políticas do Senegal. A segunda sessão incidiu sobre Alterações Climáticas e Insegurança Alimentar Crónica, com apresentações de membros do AFR, do RES, do SPR e do Programa Alimentar Mundial. Compareceram 180 participantes.

O ATI intensificou o seu trabalho sobre questões relacionadas com a dívida, a fim de dar resposta às preocupações crescentes sobre os níveis de dívida na África Subsariana no contexto posterior à COVID-19. Para além dos cursos do FAD, do LEG e do SPR que referem a sustentabilidade da dívida – incluindo o Quadro do FMI para Países de Baixo Rendimento – e a reestruturação da dívida, o curso do ICD sobre Sustentabilidade Orçamental, ministrado em abril de 2023, examinou as ligações entre a sustentabilidade orçamental, a estabilidade

2.8 Terrorist Financing Considerations

- Some evidence that VAs are abused for the first two stages of TF
- Fund utilization could be limited by the need to convert into fiat

```

graph LR
    A[Fund Raising] --> B[Fund Transferring]
    B --> C[Fund Utilization]
            
```

Clive Scott

GJackson

IndiMekha Thomas

IMF - Rebecca Obare

IMF - ATI - Director - Sukhwil

Nadim Kyriakos-Saad

Oradores do webinar sobre ativos virtuais, prestadores de serviços de ativos virtuais e moedas virtuais dos bancos centrais

macroeconómica e o crescimento inclusivo a longo prazo. Debateu também os riscos orçamentais, as pressões orçamentais de longo prazo e as estratégias de gestão da dívida. O curso referiu a Ferramenta de Dinâmica da Dívida do ICD, uma ferramenta simples elaborada especialmente para contextos com dados e capacidades limitadas, a fim de ilustrar as dinâmicas da dívida pública e analisar o impacto dos vários choques nas trajetórias de dívida pública. Os participantes no curso tiveram a oportunidade de ajustar a ferramenta aos dados e projeções dos seus países, de apresentar os seus resultados e de debater a utilidade da ferramenta para o seu trabalho.

O webinar sobre Gestão do Risco das Reservas Cambiais debateu a aplicação da estratégia de gestão do risco empresarial à gestão das reservas cambiais. Trata-se de outro exemplo dos esforços do ATI para apoiar a assistência técnica do FMI e aferir o interesse existente num tema que ainda não foi coberto no currículo do ATI.

Nos últimos anos, o Fundo prestou muita assistência técnica sobre reservas cambiais e gestão de reservas internacionais a 12 países da África Subariana. Este tema é muito pertinente para a região, devido à limitada margem de proteção das reservas. Além disso, muitos países da África Subariana dependem do estabelecimento de uma paridade cambial para terem uma âncora nominal e garantirem a estabilidade dos preços, num contexto de défices estruturais orçamentais e da conta corrente. Outros estão a reformar os seus quadros de política monetária rumo a regimes de taxa de câmbio mais flexíveis, num contexto de maior

integração nos mercados de capitais internacionais. Embora estas questões sejam debatidas em vários cursos do ATI (por exemplo, sobre política cambial, política monetária e programação e políticas financeiras) de um ponto de vista das políticas, este tema ainda não tinha sido abordado pelo ATI de um prisma prático e operacional. Peritos do Banco Central do Brasil (chefe da Unidade dos Investidores de Carteira Internacional e Sustentabilidade e um consultor sénior do Departamento de Riscos Corporativos) e do Banco de Israel (o vice-governador, o chefe da Unidade de Gestão Estratégica e o chefe da Unidade de Gestão de Riscos), bem como funcionários do MCM partilharam os seus pontos de vista com mais de 200 participantes, incluindo autoridades e funcionários nacionais de toda a África Subariana. Os debates foram moderados pelo diretor do ATI, Sukhwinder Singh.

Cumulative Return of Conservative Portfolio vs 23% Equity Portfolio

Period	Portfolio	Final Value (2022)	Excess Return (per year)
2005-2023	23% Eq 77% Bonds	170.4	1.6%
	100% Bonds	131.2	-
2010-2023	23% Eq 77% Bonds	139.3	2.1%
	100% Bonds	108.2	-

Oradores do FMI, do Banco de Israel e do Banco Central do Brasil no webinar sobre Gestão das Reservas Cambiais.

D. Colaboração com os parceiros de formação e uso das instalações

O ATI manteve as suas parcerias com outras instituições durante o EF23, indicando o seu empenho em colaborar e cooperar para desenvolver capacidades na África Subsariana. Para além de estabelecer parcerias com outros centros de desenvolvimento de capacidades do FMI, o ATI organizou conjuntamente eventos de desenvolvimento de capacidades, tomou medidas para aprofundar a cooperação com instituições de investigação da África Subsariana e colaborou com a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral na prestação de um curso de atualização sobre *Diagnósticos Macroeconómicos e Supervisão*, bem como com o Banco Mundial numa conferência sobre desigualdade e governação.

O ATI e o Consórcio Africano de Investigação Económica (AERC) celebraram também um Memorando de Entendimento destinado a aumentar a colaboração entre as duas instituições, com base na colaboração já existente entre o AFR e o AERC. Com ambas as instituições envolvidas na prestação de desenvolvimento de capacidades em África, embora focadas em públicos diferentes, o Memorando de Entendimento explora oportunidades de colaboração no domínio da investigação sobre temas relevantes para a região – como a pobreza, a desigualdade, a integração económica e a mobilização das finanças.

O ATI apoiou a assistência técnica e formação prestados por outros AFRITAC. Como é

prática corrente, o plano de trabalho do ATI para o EF23 foi concebido com vista a prestar formação geral a fim de apoiar os projetos de assistência técnica liderados pelos AFRITAC em temas mais especializados, bem como para complementar a sua prestação de formações (sem competir com ela). O objetivo é continuar a aprofundar a colaboração com os AFRITAC, a fim de gerar sinergias entre a formação e a assistência técnica, e coordenar a formação prestada no ATI com as vertentes de trabalho ligadas aos projetos de assistência técnica. Por exemplo, os funcionários do ATI colaboraram na prestação dos cursos sobre *Políticas de Programação Financeira e Previsões Imediatas*, com o AFRITAC Ocidental 2 e o AFRITAC Sul, respetivamente. Além disso, o AFRITAC Sul serviu-se das instalações físicas e de formação virtual do ATI, juntamente com os seus recursos informáticos e de interpretação, em mais de 20 eventos (Quadro 4). Os conselheiros do AFRITAC Sul também participaram na prestação de cursos do ATI (p. ex., *Quadros e Operações de Política Monetária, Sustentabilidade Orçamental e Infraestruturas dos Mercados Financeiros: Princípios e Práticas*).

O ATI também estabeleceu colaborações entre centros. A equipa do ATI colaborou na realização do curso *Política Cambial*, no CEF (Kuwait) e no CDOT (Tailândia). A colaboração com outros Centros Regionais de Formação é efetuada de forma colaborativa e recíproca, e o ATI espera que, no futuro, sejam usados recursos desses centros na formação para a África Subsariana.



Diretor-adjunto do ATI e participantes de Cabo Verde no AFRITAC Ocidental 2, durante o curso sobre Programação e Políticas Financeiras, no Gana.

Juntamente com o SPR e o Banco Mundial, o ATI organizou um curso sobre *Análise da Sustentabilidade da Dívida e Quadro de Sustentabilidade da Dívida para Países de Baixos Rendimentos*. Este curso virtual de uma semana foi ministrado em francês e financiado pelo ATI e pelo Mecanismo de Gestão da Dívida do FMI e do Banco Mundial. O curso foi liderado por funcionários do FMI e do Banco Mundial e foi completado por 29 participantes. O *workshop* apresentou os instrumentos disponíveis para a análise da sustentabilidade da dívida e proporcionou uma formação prática sobre como os usar e sobre estudos de caso.

QUADRO 4. ATI – USO DAS INSTALAÇÕES DE FORMAÇÃO DO ATI PELOS PARCEIROS, EF23

Curso	Parceiro	Datas	Língua ¹	Número de participantes	% de mulheres
Fundamentos de uma Comunicação Sólida do Banco Central	AFS/AFE/AFW2	13–15 de jun. de 2022	I	6	0
Governança das sociedades	ATI/AFW/AFW2/ AFC/AFE	13–14 de jun. de 2022	I/F/P	105	17
Modernizar a Comunicação do Banco Central	AFS/AFE/AFW2	20–22 de jun. de 2022	I	7	14
<i>Workshop</i> sobre “Supervisão Prudencial da Cibersegurança – Avaliações no Local e Remotas”.	MCM	27 de jun.–1 de jul. de 2022	I	45	44
Desenvolvimento de Serviços sobre IPP	STA	27 de jul.–1 de jul. de 2022	I/F/P	35	51
Previsões Imediatas	ATI	19–30 de set. de 2022	I/F/P	44	32
Normas Internacionais de Relato Financeiro 17 (IFRS)	MCM	26–30 de set. de 2022	I/F/P	43	49
Risco Climático e Estabilidade Financeira	MCM	3 de out. de 2022	I/F/P	63	37
Sustentabilidade Orçamental a Longo Prazo e Riscos Orçamentais relacionados com o Clima	AFS/AFE/ATI	17–21 de out. de 2022	I/F/P	31	39
Moeda Digital: Equilibrar a Inovação e a Regulamentação para uma nova Fronteira	AFE/AFW2	24–28 de out. de 2022	I/F/P	88	55
Normas Internacionais de Relato Financeiro 17 (IFRS)	MCM	24 de out.–4 de nov. de 2022	I/F/P	51	69
Moedas Digitais de Bancos Centrais (CBDC)	ICD	07–11 de nov. de 2022	I/F/P	21	57
Desenvolvimento do Mercado Básico e Avançado	AFS/AFE/AFW2	14–18 de nov. de 2022	I/F/P	68	34
Riscos Orçamentais e Sustentabilidade da Dívida	AFS/AFE/ATI	14–18 de nov. de 2022	I/F/P	39	59
Setor Real – Contas Nacionais	STA	21–25 de nov. de 2022	I/F/P	24	46
Continuidade dos Negócios e Planeamento de Recuperação de Catástrofes	Programa do CCCDI	5–8 de dez. de 2022	I/F/P	42	31
Formação inicial destinada a novo pessoal	MOFED [Maurícias]	12–16 de dez. de 2022	I	27	78
Fundamentos das Estatísticas de Preços	STA	27 de fev.–3 de mar. de 2023	I/F/P	29	52%
Melhorar a Transparência e a Prestação de Contas no Setor Público através da Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS)	FAD	7–10 de mar. de 2023	I/F/P	49	47%
<i>Workshop</i> sobre Gestão de Carteiras de Dívida Soberana em Condições de Mercado Adversas	AFS/AFE	13–17 de mar. de 2023	I/F/P	Adiado	
Aplicação de soluções GovTech para melhorar as finanças públicas	FAD	10–14 de abr. de 2023	I/F/P	29	59%
Desenvolvimento do Mercado de <i>Acordos de Recompra</i>	AFS/AFE/AFW2	11–14 de abr. De 2023	I/F/P	87	48%
Pagamentos Transfronteiras na Era Digital	MCM	17–21 de abr. de 2023	I/F/P	Adiado	
Cibersegurança – Redação do Manual de Análise	MCM	24–28 de abr. de 2023	I	14	36%
Desenvolvimento Financeiro e Inclusão Financeira	ICD	24 de abr.–5 de mai. de 2023	I/F/P	24	63%

Fonte: Equipa do AFRITAC Sul

¹ I/F/P significa um curso ministrado em inglês com interpretação para francês e português.

O ATI e o ICD colaboraram com o Instituto Regional de Formação para Singapura (STI) e o Centro Regional de Formação e Assistência Técnica do Sul da Ásia (SARTTAC) para realizar um webinar sobre digitalização. Esse evento centrou-se no papel das FinTech na promoção da inclusão financeira e a sua aplicação na prática, incluindo o caso do Bangladesh e a título de exemplo. Este evento de aprendizagem entre pares, que destacou duas das mais urgentes prioridades do FMI – a inclusão e a digitalização – chegou a quase 500 participantes da Ásia e da África Subariana. A diretora-geral adjunta do FMI, Antoinette Sayeh, proferiu o discurso de abertura e os governadores do Banco da Coreia e do Banco Central do Quênia partilharam as experiências dos seus países com moedas digitais. O evento contou também com a participação do governador do Banco Central do Bangladesh e com outros representantes do governo e do setor privado desse país, bem como com quadros superiores e de gestão do FMI.

Mobile Money: An Engine for Financial Inclusion

- Adoption of mobile money systems is particularly high in countries where financial infrastructure may be underdeveloped.
- Over the last decade, 1.2 billion previously unbanked adults gained access to financial services, primarily boosted by the increase in mobile money accounts.

Monthly active mobile money accounts topped 300m in 2020

Additions by region: Africa (43%), Asia (34%), Latin America and the Caribbean (19%)

Oradores do webinar sobre Inclusão Financeira no Bangladesh.

E. Atividades de angariação de fundos no EF23

O ATI intensificou a sua atividade em missões de angariação de fundos e de sensibilização no EF23, a fim de apoiar a intensificação continuada das suas atividades em diferentes modalidades. Estas missões consistiram em visitas aos Ministérios das Finanças e/ou Bancos Centrais dos países membros, a fim de apresentar o ATI e debater os serviços prestados aos países visitados, com vista a apoiar os esforços de angariação de fundos e aferir vias de colaboração entre o ATI e esses países. No seguimento das cartas enviadas em 2019 aos membros do ATI, assinadas conjuntamente pelos diretores do ICD e do AFR e que visavam sensibilizar os membros do ATI para a sua necessidade de contribuírem financeiramente para a organização, foram organizadas várias missões no EF22 e no EF23. Essas missões tinham por objetivo alargar a lista de países membros doadores através da apresentação de pedidos de financiamento adaptados a cada país e endereçados aos 40 membros do ATI que ainda não tinham contribuído desde o início da Fase II.

No EF23, o ATI solicitou contribuições a muitos membros e dialogou com 14 deles no âmbito de missões. Após três missões, no final do EF22 a Angola, Lesoto e Moçambique, a equipa de gestão do ATI efetuou missões, no EF23, à República do Congo, à República Democrática do Congo, ao Senegal, a Côte d'Ivoire, ao Benim, ao Togo, a Cabo Verde, à Guiné-Bissau, a São Tomé e Príncipe, ao Quênia, à Etiópia, ao Uganda, à Tanzânia e às Seicheles.

Estes esforços estão a dar resultados com a assinatura de novos contributos de nove países, num total de 2,25 milhões de dólares dos Estados Unidos, dos quais um milhão já foi plenamente pago.⁵ O ATI encontra-se em diferentes fases de negociação com os restantes países visitados no EF22 e no EF23. Vale a pena referir que, ao longo do EF23, o ATI recebeu apoio financeiro decorrente de compromissos anteriores, tanto de parceiros (China, Alemanha e o Banco Europeu de Investimento) como de membros (África do Sul, Guiné, Maláui, Nigéria, Serra Leoa, Zimbabué e o país anfitrião, a Maurícia).

A divisão de Parcerias Globais do ICD do FMI, em paralelo com os esforços do ATI de chegar aos países membros, estabeleceu também contactos com doadores e parceiros de desenvolvimento externos, nomeadamente a União Europeia (UE) e a Agência Japonesa de Cooperação Internacional. Após esses esforços, o ATI recebeu o embaixador da UE, Vincent Degert, e apresentou as atuais vertentes de trabalho em domínios de interesse comum: o clima, o género e a governação. O ATI acolheu também uma missão da UE que examinou determinados aspetos de um acordo-quadro UE-FMI que tem vindo a ser negociado e está quase a ser concluído. Esse acordo incluirá, pela primeira vez, contribuições financeiras significativas da UE para o ATI. Está também a ser elaborado um novo Memorando de Entendimento com a Agência Japonesa de Cooperação Internacional relativamente às contribuições em espécie.



Embaixador da UE e diretor do ATI.

Apesar dos progressos, a situação financeira do ATI continua a ser desafiadora, o que limita tanto a dimensão como as modalidades das operações. O programa de trabalho proposto para o EF24, que inclui 44 cursos e 33 eventos não relacionados com cursos, ainda não está, de momento, completamente financiado, reflexo do insuficiente financiamento mobilizado até à data em comparação com o orçamento incluído no documento programático sobre a Fase II (Secção III sobre Orçamento e Angariação de Fundos). Apesar da primeira contribuição da UE para o ATI, prevista para o EF24, a persistência de um défice de financiamento importante em relação ao documento programático sobre a Fase II irá requerer ajustes ao programa de trabalho durante o exercício, a fim de reduzir a quantidade de cursos presenciais ou até o número total de cursos. A nova prioridade a dar aos cursos dependerá, em grande medida, do momento em que o financiamento ficar disponível, o que está sujeito a incertezas, mas esse estabelecimento de prioridades continuará a nortear-se pelos mesmos critérios usados na conceção do programa de trabalho para o EF24, incluindo a perceção da procura não satisfeita. Em antevisão da Fase III, juntamente com o apoio financeiro oriundo dos parceiros de desenvolvimento, os contributos dos países membros desempenharão um papel importante para a sustentabilidade financeira do centro a longo prazo.

⁵ Esses países são o Benim, a República Democrática do Congo, o Quénia, Moçambique, Senegal e o Togo, bem como a Zâmbia, Madagáscar e o Gana.

PÁGINA DEIXADA INTENCIONALMENTE EM BRANCO

SECÇÃO II

PROGRAMA PARA O EF24

SECÇÃO II. Programa para o EF24

Programa de trabalho para o EF24

O ATI continuará a aumentar as suas atividades de formação no EF24, baseando-se na experiência e nos novos ensinamentos a retirar das modalidades de formação posteriores à COVID-19. Os protocolos sanitários exaustivos implementados por altura do reatamento da formação presencial no EF23 ajudaram a salvaguardar a saúde e o bem-estar dos funcionários e participantes. Os limites aos números de participantes, as diretrizes sobre vacinação e uso de máscaras e os testes semanais dos funcionários e participantes permitiram a deteção atempada da COVID-19 e limitaram a taxa de positividade a menos de 1% em todos os cursos presenciais do ATI no EF23. Os protocolos sanitários continuam a ser acompanhados de perto e adaptados à evolução da pandemia. Neste contexto, e refletindo as tendências mais alargadas de normalização das atividades que se verificam noutros sítios, o número-alvo de participantes acolhidos nas instalações do ATI será aumentado para os níveis anteriores à pandemia (30 pessoas por curso, em média) a partir do EF24. Além disso, o fornecimento de novo equipamento informático no EF24 permitirá ao centro organizar eventos híbridos presenciais/virtuais com maior eficácia, chegando assim a um público mais vasto.

O plano de trabalho para o EF24 prevê um total de 44 cursos, ministrados de várias formas. Especificamente, haverá 20 cursos em modo totalmente virtual, 3 em formato misto (dos quais 2 terão uma componente presencial), 20 totalmente presenciais e um híbrido virtual/presencial. O programa de trabalho reflete não só as prioridades institucionais para o desenvolvimento de capacidades, mas também a evolução da procura por parte dos membros do ATI. Está também alinhado com a grande procura de formação nas principais áreas de competências do FMI (macroeconomia e finanças), bem como com os crescentes pedidos de cursos sobre alterações climáticas, digitalização e género.

A combinação de cursos virtuais e presenciais/híbridos equilibra a necessidade de intensificar a atividade do ATI, por um lado, e os seus limites orçamentais, por outro, e poderá exigir mais ajustes durante o exercício, caso se verifiquem os prováveis défices de financiamento no EF24. Mudar o modo de prestação do formato virtual para um formato presencial/híbrido mais do que triplica os custos, devido às viagens aéreas e outras despesas conexas, incluindo o tempo dos funcionários.⁶ Por conseguinte, o ATI planeia continuar a alavancar as tecnologias de prestação à distância, nomeadamente para os serviços de interpretação, a fim de aumentar as operações, mantendo o menor custo por participante possível e libertando recursos para cursos menos adequados a uma prestação virtual e, assim, evitar uma diminuição considerável dos ganhos de aprendizagem. Normalmente, estes tendem a ser cursos muito técnicos e/ou que requerem um apoio mais intensivo para uma aprendizagem bem-sucedida. Ao conceber o programa de trabalho para o EF24, a calibração da mistura de cursos virtuais e presenciais deu prioridade a que os cursos que registaram as maiores diminuições dos ganhos de aprendizagem nos EF18–19 e nos EF20–23 sejam realizados presencialmente. Apesar de haver três cursos presenciais financiados pelos centros de desenvolvimento de capacidades do FMI e por terceiros, o programa de trabalho ainda não está plenamente financiado e as estimativas da equipa do ATI indicam um défice de financiamento de cerca de 1,6 milhões de dólares dos Estados Unidos, à luz de uma estimativa conservadora do financiamento oriundo de doadores (Caixa 6 e Secção III). Estão em curso debates com os centros de desenvolvimento de competências do FMI sobre o número de cursos que poderão ter de ser ministrados em formato virtual ou cancelados, se forem necessários ajustes ao programa de trabalho ao longo do exercício.

⁶ O rácio dos custos dos cursos presenciais em comparação com os virtuais é semelhante (cerca de 3,4) para cursos de uma e de duas semanas.

O plano de trabalho do ATI para o EF24 contém também 33 eventos de desenvolvimento de capacidades não relacionados com cursos, incluindo uma conferência de alto nível planeada para o início de 2024, para assinalar o décimo aniversário do ATI, e uma nova série de seminários sobre as alterações climáticas. O programa de eventos de desenvolvimento de capacidades não relacionados com cursos visa complementar a formação do ATI e reunir peritos e académicos de renome, bem como autoridades da África Subsariana – incluindo membros do Comité de Pilotagem do ATI e antigos alunos do ATI – para debater os desafios económicos conjunturais e de longo prazo para a região, bem como as políticas passíveis de resolver esses desafios. Estes eventos de desenvolvimento de capacidades não relacionados com cursos ajudam a reforçar os laços entre a supervisão, concessão de crédito e desenvolvimento de capacidades do FMI, bem como a promover a colaboração com parceiros para o desenvolvimento externos.

Os eventos não relacionados com cursos no EF24 continuarão a ser determinados pela procura, focando as principais prioridades de políticas da região. Alguns webinários já agendados, bem como a conferência do décimo aniversário do ATI, por exemplo, examinarão temas como a sustentabilidade da dívida e a gestão da dívida, o combate à corrupção, a inclusão financeira das mulheres e a integração comercial num contexto de fragmentação geoeconómica. A nova série de seminários sobre o clima será um dos pilares da Estratégia Climática do ATI para reagir aos crescentes pedidos dos seus membros, que solicitam o desenvolvimento de capacidades neste domínio (ver Caixa 3). A série de seminários, planeada sob a forma de um evento mensal (ver Quadro 6), incidirá sobre questões de política enfrentadas pelos membros e destacará a mais recente investigação académica sobre as alterações climáticas, proporcionando desta forma dados valiosos para continuar a ajustar as atividades de desenvolvimento de capacidades do FMI em matéria climática, por forma a dar resposta às necessidades dos países da África Subsariana.

Embora a capacidade administrativa e física não imponha restrições incontornáveis às atividades do ATI no EF24, as projeções orçamentais conservadoras para o próximo exercício financeiro sugerem que será difícil continuar a intensificar as operações do ATI. A contratação de responsáveis de programas adicionais no EF23 – aprovada pelo Comité de Pilotagem em 2022 – aliada ao reexame dos processos de trabalho, a fim de aumentar a eficiência, ajudaram a aliviar as restrições à capacidade administrativa. Uma margem na capacidade administrativa poderia, em teoria, ser usada para absorver choques às operações no EF24 e aumentar ainda mais o número de eventos de desenvolvimento de capacidades. O plano de recrutar mais um administrador informático, conforme aprovado segundo o procedimento de aprovação tácita pelo Comité de Pilotagem, também deverá ajudar. A taxa de ocupação das salas de conferências do ATI – que se situou em torno dos 40% no EF20, último ano antes de o ATI passar as suas atividades para um formato virtual⁷, e no EF23 – sugere também que há margem para aumentar o número de cursos presenciais. No entanto, a limitação mais restritiva é de ordem financeira. Aumentar o número de cursos presenciais, com uma redução correspondente do número de cursos virtuais e mantendo, ao mesmo tempo, o número total de cursos ministrados acarreta custos adicionais.

Para o EF24, as atuais projeções orçamentais e os pressupostos plausíveis sobre os custos dos cursos indicam haver o risco de o programa de trabalho não ter financiamento suficiente. Na ausência de recursos financeiros adicionais que aumentem a dotação de recursos, esta situação obrigaria a estabelecer uma nova prioridade dos cursos presenciais e a mudar para mais prestações virtuais (Caixa 6). O ATI está a trabalhar proativamente com vários departamentos para elaborar planos de contingência caso esse cenário se verifique, o que poderá levar à utilização dos mesmos critérios de estabelecimento de prioridades que os usados na conceção do programa de trabalho para o EF24. Serão também exploradas opções para reduzir os custos dos cursos, nomeadamente a regionalização da prestação dos cursos, através de uma colaboração mais aprofundada com os RTAC e do recurso a instalações de formação e alojamento oferecidas por algumas agências de desenvolvimento de capacidades no continente.

⁷ No EF20, foram ministrados 33 cursos presenciais até março de 2020, quando foram instauradas as restrições associadas à COVID-19. Foram cancelados nove cursos.

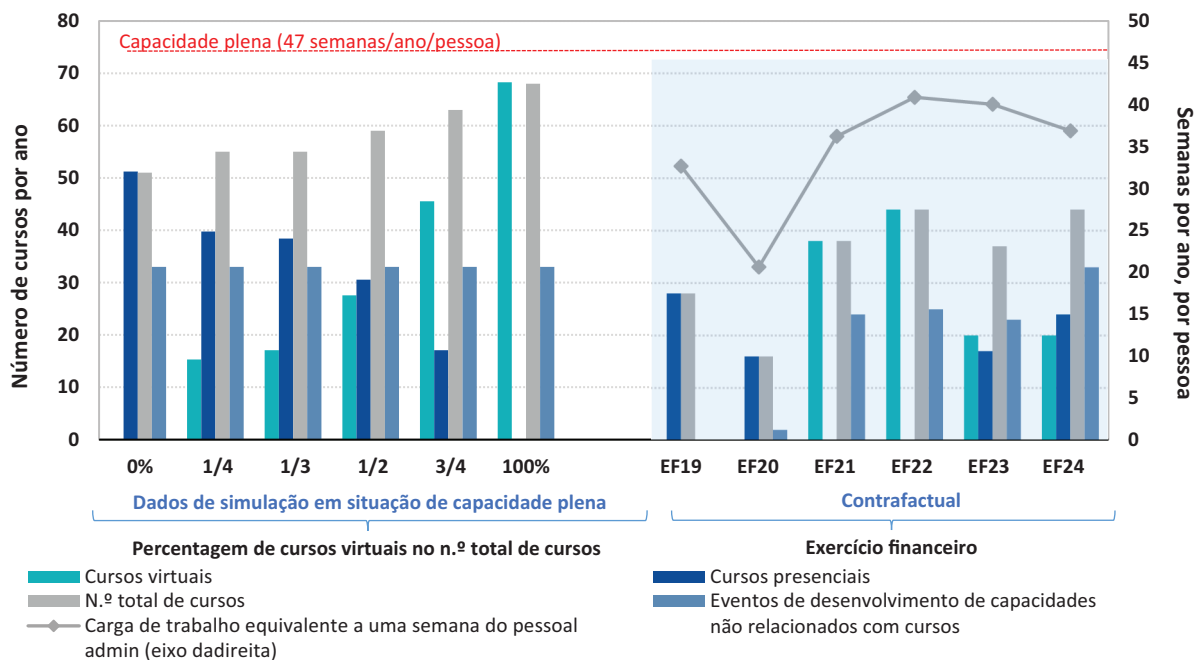
Caixa 6. Intensificação das operações do ATI: quais são as restrições?

O ATI tem intensificado as suas atividades desde a sua criação, e especialmente após o EF18, quando tal lhe foi explicitamente solicitado pelo Comité de Pilotagem, adotando novos modos de prestação da formação desde 2020.

O programa de trabalho do ATI para o EF24 prevê 77 eventos de desenvolvimento de capacidades, dos quais 44 são cursos sobre um leque de temas cada vez mais amplo. Esta triplicação do número de atividades no EF19 (que consistiu em 28 cursos presenciais) ocorreu num período relativamente breve, dadas as perturbações à formação ocorridas no EF20 e em muito do EF21, devido à pandemia.

A capacidade administrativa, que ficou sob pressão com o aumento das atividades, foi reforçada com a contratação de mais responsáveis de programas. O Comité de Pilotagem do ATI aprovou a contratação de responsáveis de programas adicionais no EF23. Prevê-se que o complemento de seis novos responsáveis de programas e de um analista de estudos no EF24 gere ganhos de produtividade, na medida em que dará mais tempo ao diretor administrativo para exercer funções mais estratégicas e de gestão, incluindo uma análise exaustiva dos processos de trabalho. Assim, a carga de trabalho média por responsável de programa deverá situar-se nas 36,9 semanas, com base no programa de trabalho para o EF24 proposto (ver Quadro 5), o que fica abaixo da estimativa de capacidade total de 47 semanas.¹ Teoricamente, esta margem pode ser usada para proporcionar 13 cursos presenciais adicionais, 17 cursos virtuais ou 76 eventos adicionais não relacionados com cursos.

Figura 7: Simulações da utilização da capacidade administrativa do ATI em situação de capacidade administrativa plena e contrafactual, EF19–24

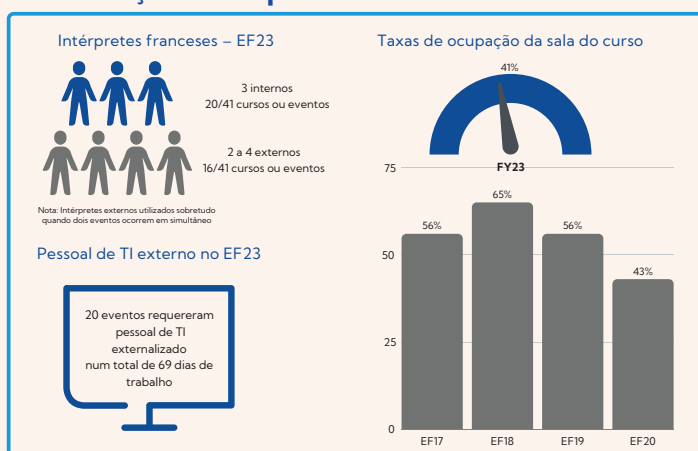


Fonte: Equipa do ATI

Caixa 6, continuação

A estratégia de continuar a intensificar as operações exigirá recursos adicionais. Um nível mais elevado de atividade implica necessidades adicionais em termos de recursos, para além da capacidade administrativa. Entre estas necessidades conta-se a disponibilidade de instalações físicas (salas de conferência), equipamento e apoio informático e audiovisual e de comunicação, bem como serviços de interpretação linguística. Os dados relativos a estes indicadores até EF23 sugerem que existe margem para aumentar as taxas de ocupação das salas de conferência do ATI. No entanto, o equipamento audiovisual e de comunicação existente precisará de ser atualizado (o que está previsto para o EF24), a fim de suportar níveis de utilização significativamente mais elevados. O apoio informático e os serviços de interpretação internos já foram utilizados ao máximo. No EF23, foi necessário apoio para a interpretação em língua francesa em 16 eventos, de um total de 41, e apoio informático em 20 eventos.

Utilização da capacidade no ATI



A principal restrição ao aumento continuado das atividades do ATI é financeira. O envelope orçamental e os custos de realização dos cursos (virtuais ou presenciais) definem uma espécie de “fronteira de exequibilidade” para as operações do ATI. As estimativas do corpo técnico sugerem que os custos de passar de prestações virtuais para presenciais aumentam à razão de um fator de 3,4 – valor semelhante para cursos de uma e de duas semanas –, sendo a maioria dos custos adicionais decorrente das despesas de viagem e alojamento dos participantes. Considerando i) um total de 44 cursos planeados no programa de trabalho para o EF24, 20 dos quais são totalmente presenciais; ii) pressupostos conservadores sobre o financiamento que pode ser mobilizado no EF24 para a formação, iii) um aumento do número médio de participantes para 30, nos cursos presenciais, e iv) os efeitos da inflação, a fronteira de exequibilidade de cursos presenciais/virtuais, dadas as restrições orçamentais, permite um máximo teórico de 41 cursos virtuais (sem cursos presenciais) ou um máximo de 9 cursos presenciais (juntamente com 35 cursos virtuais). O custo do programa para o EF24 excede, por conseguinte, as atuais estimativas orçamentais conservadoras, implicando um défice financeiro de cerca de 1,6 milhões de dólares dos Estados Unidos (Secção III). Na ausência de financiamento adicional, o programa de trabalho poderá, portanto, ter de ser reavaliado e ajustado ao longo do exercício.

¹ Simulações contrafactuais com base em dados de eventos reais dos EF19–22 indicam que o ATI teria funcionado abaixo das suas capacidades com 6 responsáveis de projetos e ganhos de produtividade semelhantes ao longo desse período, e que o aumento do número de eventos entre o EF22 e o EF23 teria acarretado um aumento de 20% da carga de trabalho dos responsáveis de projetos.

A. Cursos de formação

O programa de trabalho do ATI para o EF24 prevê um total de 44 cursos no EF24.

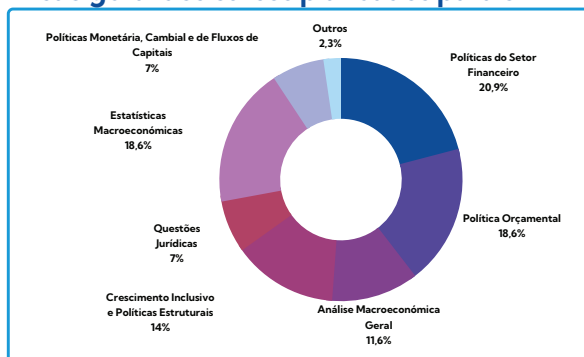
Desses, 20 deverão ser ministrados em modo plenamente virtual e 24 em modo híbrido virtual/ presencial, totalmente presencial ou em modo misto (Quadro do texto 6). Estes números representam um aumento do número total de cursos relativamente ao EF23 (41). O número de cursos presenciais manter-se-ia praticamente inalterado desde o EF23, ao passo que as atividades virtuais representariam quase todo o aumento das atividades de formação (Quadro 5 e Quadro do texto 6). Considerando o número médio de candidatas (138) e de participantes (31) por curso observado em anos anteriores, espera-se a participação de 1360 pessoas nos cursos do ATI no EF24, com um rácio de excesso de candidaturas de 4,5, o que está em conformidade com o rácio de excesso de candidaturas observado antes do início da pandemia no EF20 (ver Figura 1).

A procura por parte dos países membros e as prioridades institucionais continuaram a constituir os principais critérios para a seleção dos cursos. Em conformidade com os atuais esforços do ATI para reduzir o excesso de procura, foi dada

prioridade aos cursos com maiores rácios de excesso de candidaturas (que refletem a procura não satisfeita nos EF20–23 (Figura 8)) e que tiveram uma pontuação de, pelo menos, 4,5 (de um máximo de 5) nos inquéritos de satisfação global. O programa de trabalho das formações está também articulado com o programa de trabalho em matéria de desenvolvimento de capacidades dos centros de desenvolvimento de capacidades e dos RTAC na África Subsariana – outro importante indicador da procura ou das prioridades de políticas nos países membros. As prioridades institucionais, articuladas na análise exaustiva da supervisão do FMI e na Nota de Estratégia Regional do

AFR em matéria de desenvolvimento de capacidades nos EF24–26 constituíram também fatores decisórios importantes, juntamente com as recentes *Perspetivas Económicas Regionais* para a África Subsariana.⁸ Em resultado desta estratégia multifacetada e impulsionada pela procura, o programa de trabalho das formações do ATI para o EF24 incluirá um conjunto diverso de propostas de formação sobre domínios de desenvolvimento

Visão geral dos cursos planeados para o EF24



Quadro 6 do texto. Cursos do ATI, EF21–EF24

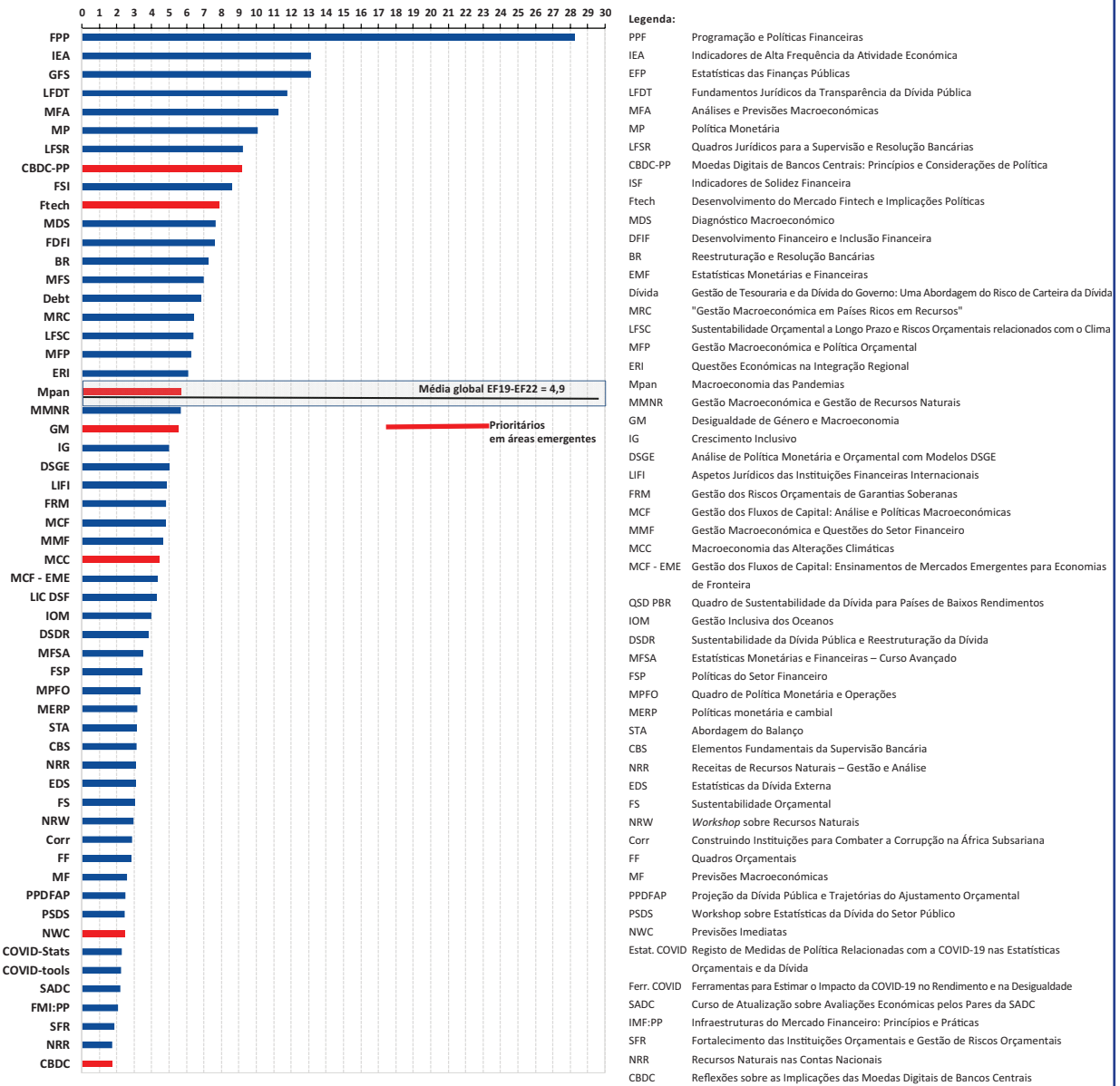
Departamento de DC	EF23		EF24 (planeado)					
	EF21	EF22	Total	Virtual	Total	Virtual	Misto	Presencial
ICD	23	22	19	7	19	8	1	10
AFR	2	1	1	0	1	0	0	1
FAD	2	3	3	2	5	3	0	2
LEG	2	3	2	2	3	2	0	1
STA	6	6	8	4	8	4	1	3
MCM	2	6	6	2	6	3	1	2
FIN	0	1	1	0	1	0	0	1
SPR	1	2	1	1	1	0	0	1
RES	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	38	44	41	18	44	20	3	21

Fonte: Equipa do ATI

⁸ Ver [Sub-Saharan Africa \(imf.org\)](https://www.imf.org).

de capacidades prioritários e novos, que estão em crescimento. Os temas abrangidos refletem as atuais condicionantes das políticas relativas à consolidação orçamental e normalização da política monetária, no contexto da “grande contração do financiamento” (Relatório sobre as Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana, abril de 2023), à digitalização e às reformas para um crescimento mais ecológico e inclusivo.

Figura 8: Rácio entre os candidatos e os participantes em cursos do ATI, EF20–EF23



Fonte: Equipa do ATI

A escolha dos cursos a serem ministrados em modo híbrido (virtual/presencial) equilibra os imperativos orçamentais com considerações sobre a eficácia. A combinação de cursos virtuais e híbridos/presenciais foi calibrada por forma a assegurar que o número total de cursos se mantém nos limites do envelope orçamental especificado no documento programático do ATI, mantendo a formação virtual e as interações mais próximas e

mais eficazes da formação presencial. A flexibilidade e eficiência em termos de custos das novas modalidades de desenvolvimento de capacidades facilitaram a intensificação da atividade do ATI nos últimos anos, e continuarão a ser aproveitadas, juntamente com os cursos presenciais, para dar resposta à elevada procura de formação na região. Especificamente, foram selecionados cursos com grandes reduções nos ganhos de aprendizagem entre o EF18–19 e o EF20–22 para passarem a ser ministrados de forma a terem uma componente presencial, incluindo cursos híbridos, mistos ou totalmente presenciais.

À semelhança do EF23, no EF24, o ICD, o STA e o MCM continuarão a ser os dois departamentos de desenvolvimento de capacidades mais ativos no ATI. Existe uma elevada complementaridade entre alguns dos cursos oferecidos por estes três departamentos, especialmente nos domínios das previsões, digitalização e alterações climáticas (ver Quadro do texto 5).

O ICD irá oferecer 19 cursos em seis grandes categorias: política orçamental, políticas do setor financeiro, macroeconomia, políticas monetárias e cambiais, métodos quantitativos e questões de políticas estruturais. As vertentes de trabalho sobre Política Orçamental e de Crescimento Inclusivo e sobre Políticas Estruturais constituirão a maioria dos cursos do ICD, sendo os cursos sobre temas emergentes, como a *Desigualdade de Género e a Macroeconomia*, ou a *Macroeconomia das Alterações Climáticas*, abrangidos pela segunda vertente. O ICD repetirá a oferta de três cursos relativamente novos, que têm sido bem recebidos e têm muita procura. Dois inserem-se no âmbito das políticas do setor financeiro (*Moedas Digitais dos Bancos Centrais*, *Desenvolvimento do Mercado FinTech e Implicações Regulamentares*) e o outro no âmbito dos métodos quantitativos (*Previsões imediatas – Nowcasting*).

O **STA** proporcionará oito cursos, incluindo um curso novo sobre Estatísticas sobre Ambiente e Alterações Climáticas com Relevância Macroeconómica (Introdução), que será adicional aos cursos existentes sobre Estatística Monetárias e Financeiras (Avançado), Indicadores de Alta Frequência, Estatísticas das Contas Nacionais, Estatísticas da Dívida Externa, Indicadores de Robustez Financeira, Abordagem do Balanço e Compilação de Estatísticas da Balança de Pagamentos.

O **MCM** proporcionará seis cursos sobre questões de política monetária e do setor financeiro. Dois dos cursos serão sobre a digitalização (como no EF23) – *Reflexões sobre as Implicações das Moedas Digitais de Bancos Centrais* (com a participação do LEG) e *Questões Selecionadas no âmbito da Regulação e Supervisão da FinTech* – e haverá um curso novo sobre *Como Integrar os Riscos Climáticos no Quadro Regulamentar e de Supervisão*. O curso sobre *Quadro e Operações de Política Monetária*, para o qual a procura largamente excedeu a oferta, será proporcionado pela segunda vez em modo de aprendizagem mista plenamente virtual, com uma componente assíncrona feita ao ritmo do participante (1 semana) e uma componente virtual síncrona (também 1 semana). A semana de intermédio entre as duas componentes servirá para refletir sobre os conteúdos aprendidos na primeira semana e para preparar as apresentações e perguntas para a semana de diálogo final.

O **FAD e o LEG** proporcionarão, ao todo, oito cursos no ATI. Como no EF23, a governação e o combate à corrupção serão destacados com cursos liderados pelo FAD sobre *Construir Instituições para Combater a Corrupção em África e sobre Gerir Riscos Financeiros*, bem como um novo curso liderado pelo LEG sobre *Abordagens Jurídicas, Organizacionais e Estratégicas para Enfrentar a Corrupção*. Além disso, o FAD proporcionará um curso sobre *Política Fiscal e Administração Fiscal: Teoria e Prática*, bem como dois cursos sobre questões de política de despesa (*Reforma dos Subsídios e Redes de Segurança Social*). Mais uma vez, o LEG oferecerá cursos sobre *Aspetos Jurídicos das Instituições Financeiras Internacionais* – em conjunto com o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento – e sobre *Sustentabilidade da Dívida e Reestruturação da Dívida*.

O **SPR, o FIN e o AFR** proporcionarão cada um curso no ATI. Esses cursos – *Quadro de Sustentabilidade da Dívida para Países de Baixos Rendimentos* (SPR), *Avaliações das Salvaguardas dos Bancos Centrais* (FIN com a participação do LEG), e o *Curso de Atualização sobre Supervisão para países da SADC* (AFR) – foram também ministrados no EF23. Formam uma base analítica e conceptual que pode ser útil para apoiar o desenvolvimento de capacidades, supervisão e concessão de crédito do FMI na África Subsariana.

A Estratégia Climática do ATI será aprofundada no EF24. A CCCDS, descrita na Caixa 3, será acelerada no EF24, à medida que forem concluídos os aumentos de capacidade na sede e vários projetos sobre a elaboração de instrumentos analíticos. Os cursos sobre *Macroeconomia das Alterações Climáticas e Riscos Orçamentais e Alterações Climáticas* serão ministrados novamente no EF24 (com uma realização adicional do curso sobre *Macroeconomia das Alterações Climáticas para o AFRITAC Sul*). Com o apoio da sede, a realização do *workshop sobre Alterações Climáticas e Políticas Macroeconómicas* seria alargada a outros RTAC, a começar pelo AFRITAC Sul, em junho de 2023. Outros serviços prestados incluem i) dois webinários entre pares com decisores de políticas da África do Sul e dos Camarões, ii) um webinário com o MCM sobre Riscos Climáticos em Programas de Avaliação do Setor Financeiro, e iii) outro do LEG sobre Bancos Centrais e Alterações Climáticas. Outros webinários abordarão ferramentas climáticas e também uma conferência de alto nível que reunirá governadores de bancos centrais, ministros das Finanças e o corpo técnico do FMI para promover trocas de pontos de vista sobre os desafios climáticos e as respostas das políticas para reforçar a resiliência, possivelmente como parte da Conferência do Décimo Aniversário do ATI (Secção II.B).

QUADRO 5. ATI – PROGRAMA PRELIMINAR DE CURSOS PARA O EF24

Cursos	Datas provisórias	Língua	Presencial/virtual
Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades (ICD)			
Programação e Políticas Financeiras (PPF)	15–26 de mai. de 2023	I/F/P	Presencial
Moedas Digitais de Bancos Centrais (CBDC)	26–30 de jun. de 2023	I/F/P	Virtual
Crescimento Inclusivo (IG)	26 de jun.–7 de jul. de 2023	I/F/P	Presencial
Diagnóstico Macroeconómico (MDS)	3–14 de jul. de 2023	I/F/P	Presencial
Macroeconomia das Alterações Climáticas	4–24 de jul. de 2023	I/F/P	Presencial
Análise da Política Orçamental (FPA)	31 de jul.–11 de ago. de 2023	I/F/P	Virtual
Política Monetária (MP)	31 de jul.–11 de ago. de 2023	I/F/P	Presencial
Quadros Orçamentais (FF)	4–15 de set. de 2023	I/F/P	Virtual
Questões Económicas na Integração Regional (ERI)	9–20 de out. de 2023	I/F/P	Virtual
Políticas do Setor Financeiro (FSP)	9–20 de out. de 2023	I/F/P	Virtual
Desenvolvimento do Mercado Fintech e Implicações Regulamentares	4–8 de dez. de 2023	I/F/P	Presencial
Desigualdade de Género e Macroeconomia (GM)	29 de jan.–2 de fev. de 2024	I/F/P	Virtual
Gestão Macroeconómica em Países Ricos em Recursos (MRC)	12–23 de fev. de 2024	I/F/P	Presencial
Desenvolvimento Financeiro e Inclusão Financeira (FDPI)	19 de fev.–1 de mar. de 2024	I/F/P	Misto
Sustentabilidade Orçamental (FS)	19 de fev.–1 de mar. de 2024	I/F/P	Presencial
Política Cambial (ERP)	18–24 de mar. de 2024	I/F/P	Virtual
Previsão e Análise Macroeconómica (MFA)	25 de mar.–5 de abr. de 2024	I/F/P	Presencial
Projeção da Dívida Pública e Trajetórias do Ajustamento Orçamental (ferramenta DDT) (PPDFAP)	1–12 de abr. de 2024	I/F/P	Virtual
Previsões Imediatas (NWC)	8–19 de abr. de 2024	I/F/P	Presencial
Departamento de África (AFR), Departamento Financeiro (FIN) e Departamento de Estratégia, Políticas e Avaliação (SPR)			
Avaliações Económicas pelos Pares da SADC – curso de atualização sobre supervisão (AFR) (SADC)	16–20 de out. de 2023	I/F/P	Híbrido
Avaliação das Salvaguardas dos Bancos Centrais (FIN) (SACB)	19–23 de fev. de 2024	I/F/P	Presencial
Quadro de Sustentabilidade da Dívida de Países de Baixos Rendimentos (SPR) (QSD PBR)	11–15 de set. de 2023	I/F/P	Presencial
Departamento de Finanças Públicas (FAD)			
Questões Relacionadas com a Política de Despesas: Reforma dos Subsídios à Energia	10–14 de jul. de 2023	I/F/P	Virtual
Fortalecimento das Instituições Orçamentais e Gestão de Riscos Orçamentais (SFR)	4–8 de set. de 2023	I/F/P	Presencial
Política Fiscal e Administração Tributária: Teoria e Prática (TPAT)	27 de nov.–1 de dez. de 2023	I/F/P	Virtual
Construindo Instituições para Combater a Corrupção em África (CORR)	11–15 de mar. de 2024	I/F/P	Presencial
Questões Relacionadas com a Política de Despesas: Redes de Segurança Social	A definir	I/F/P	Virtual

QUADRO 5. Continuação

Cursos	Datas provisórias	Língua	Presencial/ virtual
Departamento Jurídico (LEG)			
Sustentabilidade e Reestruturação da Dívida (DSDR)	29 de jan.–2 de fev. de 2024	I/F/P	Presencial
Aspetos Jurídicos das Instituições Financeiras Internacionais (LIFI)	26 de fev.–1 de mar. de 2024	I/F/P	Virtual
Abordagens Jurídica, Organizacional e Estratégica para Enfrentar a Corrupção	A definir	I/F/P	Virtual
Departamento de Estatística (STA)			
Estatísticas da Dívida Externa (EDS)	17–21 de jul. de 2023	I/F/P	Presencial
Estatísticas Macroeconómicas Relevantes em Matéria de Ambiente e Alterações Climáticas – Nível introdutório	2–6 de out. de 2023	I/F/P	Virtual
Indicadores de Alta Frequência da Atividade Económica (IEA)	27 de nov.–1 de dez. de 2023	I/F/P	Misto
Curso sobre Estatísticas das Contas Nacionais (NAS)	22 de jan.–2 de fev. de 2024	I/F	Virtual
Compilação de Estatísticas da Balança de Pagamentos (BPSCG)	5–9 de fev. de 2024	I/F/P	Virtual
BSA – Abordagem da Balança de Pagamentos (STA)	4–8 de mar. de 2024	I/F/P	Presencial
Indicadores de Solidez Financeira (FSI)	18–22 de mar. de 2024	I/F/P	Virtual
Estatísticas Monetárias e Financeiras – Avançado (MFSA)	8–19 de abr. de 2024	I/F/P	Presencial
Departamento de Mercados Monetários e de Capitais (MCM)			
Questões Seleccionadas no âmbito da Regulação e Supervisão da <i>Fintech</i> (SIFR)	30 de out.–2 de nov. de 2023	I/F/P	Presencial
Como Integrar os Riscos Climáticos no Quadro Regulamentar e de Supervisão	11–15 de dez. de 2023	I/F/P	Virtual
Quadro e Operações de Política Monetária (MPFO)	22 de jan.–9 de fev. de 2024	I/F/P	Misto
Reflexão sobre as Implicações das Moedas Digitais de Bancos Centrais (TCBDC)	12–16 de fev. de 2024	I/F/P	Virtual
Infraestruturas do Mercado Financeiro: Princípios e Práticas (PFMI)	11–15 de mar. de 2024	I/F/P	Virtual
Elementos Centrais da Supervisão Bancária (CBS)	11–22 de mar. de 2024	I/F/P	Presencial

Fonte: Equipa do ATI

O ATI está a planear aumentar gradualmente a sua ação com os países membros, a fim de cobrir mais profundamente as questões climáticas, dependendo das prioridades dos países, e de identificar os países para a integração do clima nos quadros macroeconómicos. Os países serão identificados em consulta com o AFR e o ICD, e a assistência técnica será articulada com os conhecimentos especializados e prioridades institucionais do ICD. A colaboração com os parceiros de desenvolvimento, incluindo a FCDO e a UE, será mais intensamente alavancada.

B. Webinários e aprendizagem entre pares

O ATI continuará a alavancar a tecnologia de comunicação virtual para a realização de webinários e de conferências e seminários virtuais, ações de sensibilização e eventos de aprendizagem entre pares. Estes eventos não relacionados com cursos proporcionam uma forma eficaz de diversificar as modalidades de prestação de desenvolvimento de capacidades do ATI, de alcançar públicos mais vastos relativamente a temas específicos, de avaliar a procura de futuras formações, de complementar e apoiar a prestação de formação e assistência técnica e de contar com peritos e académicos de renome mundial, que nem sempre estão disponíveis presencialmente ou durante períodos prolongados. O Quadro 6 apresenta a lista completa dos eventos de desenvolvimento de capacidades não relacionados com cursos programados para o EF23.

No EF24, o ATI planeia acolher 33 eventos de desenvolvimento de capacidades não relacionados com cursos. O acentuado aumento em relação ao EF23 é causado inteiramente pela adição de nove webinários na nova série de Seminários sobre o Clima (Quadro do texto 7). Os eventos de desenvolvimento de capacidades não relacionados com cursos incluem também 17 outros webinários, dos quais 11 se inserem na série de Seminários de Investigação entre Pares, 3 são conferências e 3 são eventos de sensibilização – sobre o Relatório sobre as Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana e o Relatório sobre as Perspetivas da Economia Mundial –, assim como um *workshop* sobre as ferramentas e modelos usados no curso sobre *Macroeconomia das Alterações Climáticas*.

O AFR e o ICD continuarão a sua intensa participação nos eventos de desenvolvimento de capacidades do ATI não relacionados com cursos. Tal como no EF23, o AFR apresentará o Relatório sobre as Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana e colaborará com o ATI na organização da maioria dos eventos de Seminários de Investigação entre Pares, enquanto o ICD apoiará a reunião do Comité de Pilotagem do ATI.

O RES realizará duas sessões de sensibilização para a disseminação do Relatório sobre as Perspetivas da Economia Mundial, com um foco nos capítulos analíticos. As apresentações sobre o Relatório sobre as Perspetivas da Economia Mundial de abril de 2023 incluirão as conclusões dos capítulos analíticos sobre *Como Combater o Rápido Aumento da Dívida e Sobre a Fragmentação Geoeconómica e o Investimento Direto Estrangeiro*.

O LEG apoiará dois eventos de desenvolvimento de capacidades não relacionados com cursos, dedicados a questões de governação. Focar-se-á também no papel das Instituições Superiores de Auditoria no que toca a identificar riscos, reforçar a responsabilização e enfrentar a corrupção.

Quadro 7 do texto. Webinários, aprendizagem entre pares e eventos de sensibilização do ATI no EF21-EF24, por departamento de desenvolvimento das capacidades

Departamento de DC	EF21	EF22	EF23	EF24
ICD	5	7	3	12
AFR	14	10	10	14
FAD	1	1	2	1
LEG	1	0	3	2
STA	3	2	1	0
MCM	0	3	1	0
FIN	0	0	0	0
SPR	0	0	1	2
RES	0	2	2	2
Total	24	25	23	33
<i>D/q:</i>				
Webinários	11	14	11	26
<i>Cursos entre pares</i>	10	6	6	11
<i>Série sobre o Clima</i>	–	–	–	9
<i>Workshop</i>	–	–	–	1
Conferências	–	–	–	3
Sensibilização	3	5	5	3

Fonte: Equipa do ATI

O ATI planeia também colaborar com o AFR, o MCD e o SPR para proporcionar um webinar sobre *Integração Comercial e Fragmentação Económica*, alavancando o trabalho recente realizado por esses departamentos.

O webinar canalizará informações para uma revisão programada dos programas de formação e conteúdos do curso sobre *Questões Económicas na Integração Regional* e ajudará a continuar a adaptá-lo às necessidades dos países membros.

QUADRO 6. ATI – CONFERÊNCIAS E WORKSHOPS VIRTUAIS NO EF24

Departamento	Evento	Datas
Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades (ICD)	Reunião do Comité de Pilotagem do ATI EF23	15 de jun. de 2023
	Série de Webinários sobre Alterações Climáticas (8 webinários adicionais)	9 de mai. de 2023
	<i>Workshop</i> sobre a Macroeconomia das Alterações Climáticas – Modelos e Ferramentas Analíticas	15–19 de jan. de 2024
	Conferência de Alto Nível sobre as Alterações Climáticas na África Subsariana	A definir
Departamento de África (AFR)	Série de Seminários de Investigação entre Pares (10 eventos adicionais entre pares)	2 de mai. de 2023
	Perspetivas Económicas Regionais – ASS	7 de jun. de 2023
	Evento sobre a Aceleração da Integração do Comércio na ASS e os Riscos da Fragmentação Económica	A definir
	10.º Aniversário	A definir
Departamento de Estudos (RES)	WEO da Primavera de 2023	12 de jun. de 2023
	WEO do Outono de 2023	A definir
Departamento de Finanças Públicas (FAD)	Webinário sobre Finanças Públicas Digitais	A definir
Departamento de Estratégia, Políticas e Avaliação (SPR)	Webinário sobre Diversificação Económica	A definir
	Mulheres e Inclusão Financeira	A definir
Departamento Jurídico (LEG)	Alterações Climáticas e os Bancos Centrais	A definir
	Webinário sobre o Combate à Corrupção	A definir

Fonte: Equipa do ATI

O ATI procurará aprofundar o diálogo com Estados frágeis no contexto da normalização das suas operações. O ATI sempre tentou obter uma representação equilibrada dos países nos seus cursos. A passagem para a realização de formações virtuais devido à pandemia reduziu, no entanto, a participação dos Estados frágeis. Com a normalização das operações, o ATI procurará aumentar as atividades presenciais com os Estados frágeis e adaptar o desenvolvimento de capacidades por si prestado às necessidades desses Estados (tanto nas formações como noutros eventos), a fim de assegurar maior representação e atenuar a perda de ganhos de aprendizagem nos cursos virtuais sofrida por este grupo de participantes (Caixa 2).

C. Colaboração com os AFRITAC e outros parceiros de formação

Como em anos anteriores, o ATI explorará oportunidades de parcerias com os AFRITAC e outros parceiros de formação, tanto no seio como fora do FMI. O ATI continuará a colaborar com o Instituto Multilateral de Viena, o Centro de Economia e Finanças do Médio Oriente (CEF), o Instituto de Formação para Singapura (STI), o Centro Regional de Formação e Assistência Técnica do Sul da Ásia (SARTTAC) e outros centros regionais de formação do FMI. O ATI continuará a convidar conselheiros do AFRITAC Sul para participarem em cursos do ATI e a procurar a participação de parceiros externos, como a União Europeia, o Banco da Reserva da África do Sul, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Mundial e a ONU em eventos de desenvolvimento de capacidades. Além disso, os economistas do ATI procurarão participar em missões do AFRITAC Sul – sobre formação e assistência técnica – e estarão prontos a participar em cursos do ICD ministrados noutros AFRITAC.

O ATI trabalhará de perto com os departamentos do FMI no âmbito de prioridades emergentes. A estratégia de médio prazo de desenvolvimento de capacidades para integrar as previsões imediatas e a utilização de indicadores de alta frequência continuará a exigir a colaboração com o AFR, o ICD, o ITD e o STA. O ATI continuará também a recorrer ao LEG para a elaboração de materiais de desenvolvimento de capacidades sobre questões de governação e de corrupção e sobre sustentabilidade e reestruturação da dívida. A colaboração com o AFR sobre a série de Seminários de Investigação entre Pares também prosseguirá no EF24. Além disso, o ATI continuará a consultar os departamentos de desenvolvimento de capacidades do FMI para a realização dos cursos.

As instalações virtuais e físicas do ATI serão utilizadas pelos parceiros de formação para melhor integrar a formação com a assistência técnica. O Quadro 7 resume a realização dos cursos, seminários e *workshops* planeados nas instalações de formação do ATI pelos parceiros. Esta colaboração incluirá a utilização das instalações, do *software* informático de videoconferências e do apoio logístico do ATI – incluindo serviços informáticos, de interpretação e administrativos.

Após o EF24, o ATI continuará a alargar o leque das suas atividades de desenvolvimento de capacidades e a recorrer a diferentes modalidades de realização de eventos, equilibrando ao mesmo tempo as condicionantes orçamentais. Para além do desenvolvimento de capacidades em matéria de políticas macroeconómicas e financeiras, o centro intensificará o trabalho sobre prioridades emergentes de desenvolvimento de capacidades relacionadas com as alterações climáticas e os riscos sanitários, o género e a desigualdade de rendimentos, a digitalização e a governação. Além disso, seguindo as orientações do Comité de Pilotagem, o centro continuará a recorrer a uma combinação de modalidades presenciais, virtuais e mistas, não só para alargar as suas operações, mas também para preservar os benefícios de aprendizagem e a criação de redes de pares decorrentes da participação presencial. Por conseguinte, a angariação de fundos para a Fase III das operações do ATI (Secção III), incluindo para melhorar as instalações a fim de suportar níveis de atividade mais intensos em várias modalidades de realização de eventos, será essencial para assegurar que o centro é capaz de dar seguimento a esses planos.

QUADRO 7. UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE FORMAÇÃO (VIRTUAL) DO ATI PELOS PARCEIROS, EF24

Curso	Parceiro	Datas	Língua ¹
Políticas Eficazes para Criptoativos	MCM	24 de jul. de 2023	I/F/P
Gestão dos Riscos Orçamentais	ATI/AFS/FAD/AFE/AFW2	23–27 de out. de 2023	I/F/P
Sustentabilidade Orçamental	A confirmar	17–28 de jul. de 2023	I/F/P
Gestão da Dívida Soberana em Condições de Mercado Adversas	AFE/AFS	15–17 de mai. de 2023	I/F/P
Questões de Política e Regulamentares das Moedas Digitais de Bancos Centrais	MCM/AFE/AFW2	23–26 de out. de 2023	I/F/P
Potencial Risco dos Acordos de Criptomoedas Estáveis	MCM	23 de ago. de 2023	I/F/P
Trabalhar com os Princípios Fundamentais de Basileia, incluindo o conteúdo e metodologia abrangentes dos PFB	SADC	10–14 de jul. de 2023	I/F/P
Cenários Orçamentais de Médio Prazo	A confirmar	19–23 de fev. de 2023	I/F/P
Governança de Dados Orçamentais	AFS/FAD	27–30 de ago. de 2023	I/F/P
Inquérito Internacional sobre a Administração da Receita (ISORA)	FAD	14–18 de ago. de 2023	I/F/P
Gestão do Risco de Cumprimento	A confirmar	9–13 de out. de 2023	I/F/P
Relato da Dívida e Relações com Investidores	AFE/AFS	23–27 de out. de 2023	I/F/P
Governança	A confirmar	24–28 de jul. de 2023	I/F/P
Supervisão do Risco de Liquidez, do Risco de Taxa de Juro na Carteira Bancária e do Risco Climático	A confirmar	6–10 de nov. de 2023	I/F/P
Rebaseamento do PIB – Aspetos/questões práticas	STA	4–8 de dez. de 2023	I/F/P
Unidades Macro-Orçamentais	A confirmar	11–15 de dez. de 2023	I/F/P
Riscos Orçamentais (lusófono/francófono)	Conjuntamente ATI/AFS/FAD	18–22 de set. de 2023	I/F/P
Zona de Comércio Livre Continental Africana	FADR2 através do projeto financiado pela JSA	20–22 de nov. de 2023	I/F/P
Análise de Sustentabilidade da Dívida para Países com Acesso aos Mercados	AFE/AFS	25–27 de mar. de 2023	I/F/P
Desenvolvimento do Mercado Obrigacionista em Moeda Local	AFE/AFS	22–27 de abr. de 2023	I/F/P
Ativos Virtuais e Prestadores de Serviços de Criptoativos	A confirmar	5–9 de fev. de 2023	I/F/P
Princípios para as Infraestruturas do Mercado Financeiro – Criar uma Perspetiva de Risco	ATI	25–30 de mar. de 2023	I/F/P
Modernização da Infraestrutura do Sistema de Pagamentos	MCM	22–27 de abr. de 2023	I/F/P
Melhorar o Índice de Preços no Consumidor	STA	12–16 de fev. de 2023	I/F/P
Digitalização – Integrar a Gestão de Riscos e a Conformidade nas Soluções Digitais de GFP	AFS/FAD	19–23 de fev. de 2023	I/F/P
Gestão de Projeto ou APD ou Informação	SACU/SADC	19–23 de fev. de 2023	I/F/P
Financiamento do Terrorismo	A confirmar		I/F/P
Apoio para Liquidez de Emergência/Gestão de Garantias	AFS/AFE/AFW2	23–25 de out. de 2023	I/F/P
Operações e Intervenções Cambiais	AFE/AFS/AFW2	10–14 de jul. de 2023	I/F/P
Previsão e Gestão de Liquidez	AFS/AFE/AFW2	6–10 de nov. de 2023	I/F/P
Análise de Política Monetária e Orçamental com Modelos DSGE	A confirmar	13–24 de nov. de 2023	I/F/P
Supervisão do Setor Financeiro	A confirmar		I/F/P
Macroeconomia das Alterações Climáticas	A confirmar	6–17 de nov. de 2023	I/F/P

Fonte: Equipa do AFRITAC Sul

¹ I/F/P significa um curso ministrado em inglês com interpretação para francês e português.

PÁGINA DEIXADA INTENCIONALMENTE EM BRANCO

SECÇÃO III

ANGARIAÇÃO DE FUNDOS E ORÇAMENTO

SECÇÃO III. Angariação de fundos e orçamento

Para a Fase II, de um orçamento de 34,7 milhões de dólares dos Estados Unidos originalmente acordado no documento programático do ATI, apenas se prevê, atualmente, a angariação de 31,8 milhões junto dos países membros e parceiros para o desenvolvimento. Este orçamento representa um aumento significativo em relação à Fase I e reflete a ambiciosa estratégia do ATI, aprovada pelo Comité de Pilotagem, de intensificar as operações para reduzir a procura de formação não satisfeita nos países da África Subsariana. A implementação efetiva dessa estratégia e do orçamento exigirá esforços renovados para incentivar o apoio financeiro dos países membros, que é, por sua vez, essencial para catalisar financiamento adicional por parte dos doadores. As missões de angariação de fundos empreendidas pelo diretor e o diretor-adjunto no EF23 continuarão no EF24, embora com objetivos menos ambiciosos, dadas as condições orçamentais e financeiras atualmente em deterioração nos países membros do ATI na África Subsariana. Até ao momento, foram mobilizados 20,8 milhões de dólares dos Estados Unidos (Quadro 8). Entre os importantes contribuidores para a Fase II estão a Maurícia, país anfitrião (8 milhões de dólares dos Estados Unidos), a China (5,9 milhões de dólares dos Estados Unidos) e a Alemanha (5,6 milhões de dólares dos Estados Unidos). Com o orçamento de funcionamento revisto em baixa, considerando as despesas acumuladas até ao EF23 e as despesas projetadas para o EF24 (Quadro 9), o défice de liquidez para a Fase II é de 4,5 milhões de dólares dos Estados Unidos, que deverá ser coberto caso todos os acordos de contribuição atualmente a ser negociados sejam assinados e pagos (para referência, ver o Quadro 8). O aumento dos esforços da equipa do ATI e do FMI em toda a região do AFR no EF23 levaram a vários novos acordos de contribuição (ver Secção I.E). Alguns destes, no valor de cerca de 2,3 milhões de dólares dos Estados Unidos, ainda estão a ser negociados, e o ATI está também a acompanhar outros países membros com acordos assinados, mas cujas contribuições estão atrasadas. O ATI beneficiará também de um apoio financeiro de 4 milhões de euros proveniente da UE, no contexto de um acordo de financiamento global com os centros regionais de desenvolvimento das capacidades na África Subsariana, que deverá ser assinado durante o EF24.

No âmbito da Fase II, as despesas no EF23, que abrangem o período de maio de 2022 a abril de 2023, ascenderam a 6,7 milhões de dólares dos Estados Unidos. Dado o orçamento de funcionamento do exercício financeiro, que ascende a 9,1 milhões de dólares dos Estados Unidos, a taxa de execução orçamental é de 73% (Quadro 9).

A intensificação das operações para a Fase II do ATI, iniciada no EF21, deverá continuar no EF24, mas com custos mais elevados. O reatamento das atividades presenciais durante o EF23 resultou num aumento significativo dos custos, devido às viagens aéreas e alojamento mais caros dos participantes. O orçamento do EF24 (Quadro 9) está calculado em 10,5 milhões de dólares dos Estados Unidos. Este montante inclui despesas de capital decorrentes da melhoria planeada do equipamento informático, como parte da abordagem faseada destinada a combater as insuficiências atuais.⁹ Para pôr a situação financeira do ATI em perspetiva, face ao défice de procura não satisfeita atual, os cálculos da equipa demonstram que o custo adicional de eliminar completamente a procura excessiva de cursos do ATI se situaria perto dos 10,1 milhões de dólares dos Estados Unidos, se só fossem usados cursos virtuais, ou em mais de três vezes esse valor se só fossem realizados cursos presenciais.¹⁰

⁹ Os membros do Comité de Pilotagem do ATI solicitaram uma desagregação mais granular das rubricas orçamentais do ATI. Com a implementação do novo programa/sistema do FMI para a administração e gestão do desenvolvimento de capacidades (CDMAP), a estrutura orçamental das atividades de desenvolvimento de capacidades evoluiu, de uma desagregação por atividade para uma desagregação por tipo de projeto (Prestação Direta, Gestão e Administração, e Análise e Desenvolvimento). Os números referidos aqui são estimativas do ATI.

¹⁰ Refletem custos médios estimados de cerca de 64 mil dólares dos Estados Unidos e 221 mil dólares dos Estados Unidos por curso virtual e presencial (de duas semanas) e baseiam-se nas projeções do corpo técnico do ATI de 6072 candidatos para o EF24 e de 30 participantes por curso, em média, o que requereria cerca de 202 cursos para acolher toda a gente, ou seja, 158 cursos mais do que os previstos no programa de trabalho para o EF24.

Os riscos para as operações planeadas do ATI continuam a ser sobretudo financeiros. Cerca de 4,5 milhões de dólares dos Estados Unidos, ou 14% do financiamento necessário para a Fase II, ainda não foram confirmados (Quadro 8). Para minimizar o risco de perturbação das suas atividades no EF24, o ATI elaborou um plano de contingência que inclui cortes nos cursos presenciais – de 20 para 9, que poderiam ser plenamente financiados, mesmo segundo o cenário mais conservador – e nos eventos não relacionados com cursos, e que inclui até uma redução das atividades totais no EF24, caso o financiamento necessário não seja recebido conforme se espera. Existem também riscos operacionais relacionados, decorrentes de falhas equipamentos e da infraestrutura insuficiente dos edifícios, o que pode ser atenuado graças à utilização de parte dos novos contributos financeiros para as despesas de capital. Estão a ser exploradas várias opções, com a assistência do CSF, do ITD e do HSD, tais como melhorias às instalações e equipamento atuais, ou uma mudança de instalações. O ATI tenciona debater estas opções com o Comité de Pilotagem na reunião intercalar proposta, a meio do exercício.

Quadro 8 do texto. Situação financeira do ATI e programa de trabalho para o EF24 (44 cursos, dos quais 20 presenciais e 33 eventos de DC não relacionados com cursos)

Cenário	Disponibilidade de fundos		Défice de financiamento se 20 cursos forem presenciais		Número máx. de cursos presenciais sem défice financeiro
Otimista	11.233.929,46	USD	764.175,53	USD	24
Realista	9.853.929,46	USD	(615.824,47)	USD	16
Conservador	8.853.929,46	USD	(1.615.824,47)	USD	9

Fonte: Equipa do ATI

As projeções conservadoras, feitas pela equipa do ATI, dos fundos disponíveis e dos custos estimados da realização das atividades sugerem um défice de financiamento de cerca de 1,6 milhões de dólares dos Estados Unidos para o programa de trabalho do EF24. Dado o saldo do balanço inicial de 2,6 milhões de dólares dos Estados Unidos no início do EF24 e as contribuições de 225 mil dólares dos Estados Unidos já recebidas no início do EF24, bem como as contribuições esperadas da Maurícia (1,6 milhões de dólares dos Estados Unidos) e da UE (4,4 milhões de dólares dos Estados Unidos), estima-se que os recursos disponíveis para o EF24 ascendam a 8,9 milhões de dólares dos Estados Unidos. Sendo os custos não relacionados com cursos (salários dos funcionários, instalações e outras despesas conexas) estimados em 5,2 milhões de dólares dos Estados Unidos, isso deixa um saldo de 3,7 milhões de dólares dos Estados Unidos disponível para financiar os cursos de formação. Visto que três dos cursos presenciais planeados serão financiados por outros parceiros de desenvolvimento de capacidades, e que o custo médio dos cursos virtuais é de cerca de 64 mil dólares dos Estados Unidos e o dos cursos presenciais é de 221 mil dólares dos Estados Unidos, o custo total previsto para os restantes 17 cursos plenamente presenciais e 24 cursos plenamente virtuais, híbridos ou mistos no EF24 é de 5,3 milhões de dólares dos Estados Unidos. O défice de cerca de 1,6 milhões de dólares dos Estados Unidos entre o financiamento e as projeções de custos, segundo este cenário conservador, é explicado inteiramente pela insuficiência de financiamento da Fase II, em comparação com o documento programático. Segundo pressupostos mais otimistas sobre a mobilização de financiamento no EF24 (ou seja, presumindo que são progressivamente recebidas contribuições financeiras adicionais), o ATI seria capaz de custear até 24 dos 44 cursos planeados para serem ministrados presencialmente, sem gerar um défice de financiamento no EF24 (Quadro do texto 8).

**QUADRO 8. ATI – FASE II (EF2020 - EF2024): SITUAÇÃO DE ANGARIAÇÃO DE FUNDOS,
EM 30 DE ABRIL DE 2023**
(em milhões de dólares dos Estados Unidos)

Informação sobre o Acordo/Emenda					Contribuição recebida		Contribuição esperada (USD)	
Parceiros/membros	Data de assinatura ^{1/}	Moeda	Montante	USD	Moeda acordada	USD	Solicitado	Contribuições Futuras ^{2/}
Parceiros				8,9		8,9	-	-
China	13-jul-18	USD	3,3	3,3	3,3	3,3	-	-
Alemanha	22-abr-19	EUR	5,0	5,6	5,0	5,6	-	-
Membros				3,8		2,1	0,8	1,0
Benim	14-mar-23	USD	0,3	0,3	-	-	-	0,3
República Democrática do Congo	4-out-22	USD	0,3	0,3	-	-	0,1	0,2
Gana	17-ago-22	USD	0,2	0,2	0,2	0,2	-	-
Guiné	28-ago-19	USD	0,2	0,2	-	-	0,2	-
Quênia	7-fev-23	USD	0,5	0,5	0,3	0,3	-	0,3
Madagáscar	22-ago-22	USD	0,2	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0
Maláui	31-mai-19	USD	0,2	0,2	0,0	0,0	-	0,1
República de Moçambique	15-dez-22	USD	0,3	0,3	0,3	0,3	-	-
Nigéria	29-out-19	USD	0,5	0,5	0,5	0,5	-	0,0
Senegal	13-dez-22	USD	0,3	0,3	-	-	0,3	-
Serra Leoa	3-jun-19	USD	0,1	0,1	-	-	0,1	-
África do Sul	23-abr-20	USD	0,5	0,5	0,4	0,4	0,1	-
Togo	28-mar-23	USD	0,2	0,2	-	-	-	0,2
Zâmbia	14-jun-22	USD	0,3	0,3	0,3	0,3	-	-
Zimbabuê	31-mai-19	USD	0,2	0,2	0,2	0,2	-	-
Parceiros e membros, total				12,7		11,0	0,8	1,0
Transferências internas^{3/}								
China				2,6	-	2,6		
Iniciativa COVID-19				0,6	-	0,6		
Banco Europeu de Investimento				0,2	-	0,2		
Maurícias				0,0	-	0,0		
Total de transferências internas				3,4		3,4		
Em negociação								
Angola		USD	0,5	0,5				
Cabo Verde		USD	0,3	0,3				
Côte d'Ivoire		USD	0,5	0,5				
Rep. do Congo		USD	0,3	0,3				
Essuatíni		USD	0,2	0,2				
Guiné-Bissau		USD	0,2	0,2				
São Tomé e Príncipe		USD	0,2	0,2				
Seicheles		USD	0,5	0,5				
Comissão Europeia		EUR	4,0	4,4				
Em negociação, total				6,8				
País anfitrião e FMI								
País anfitrião								
Numerário		USD	8,0	8,0		6,4	-	1,6
Em espécie								
FMI				0,8				
País anfitrião e FMI, total				8,8		6,4		1,6
Total geral				31,8		20,8	0,8	2,6

1/ Pode também referir-se a acordos que estão em vias de negociação e à data de aprovação de acordos de Parceiros de Desenvolvimento de Capacidades (como acordos flexíveis/acordos-quadro).

2/ A contribuição futura é indicada como zero caso as parcelas já tenham sido recebidas.

3/ Refere-se às transferências de uma fase do programa para outra (encaminhamento de fase).

Fonte: ICDGP

A Fase III do ATI tem início no EF25 e já estão a ser envidados esforços para assegurar o financiamento.

O Governo da Maurícia já prometeu 16 milhões de dólares dos Estados Unidos para a Fase III, valor próximo do contribuído para a Fase I, mas que constitui o dobro do contributo para a Fase II. Os corpos gerentes do ATI e o corpo técnico do FMI continuarão a dialogar proativamente com os países beneficiários da África Subsariana para solicitar apoio financeiro adicional, sem perder de vista a conjuntura económica difícil que enfrentam, devido à recente sucessão de choques económicos. Continuarão também a trabalhar com a Divisão de Parcerias Globais do ICD para chegar a novos doadores e parceiros externos para o desenvolvimento, com vista a obter contribuições financeiras. A equipa explorará também a possibilidade de angariar fundos junto de novos parceiros, especialmente para as novas prioridades de desenvolvimento de capacidades, como as alterações climáticas, em que poderá haver maior margem para colaborações.

Está a ser elaborado um documento programático para a Fase III do ATI (2024–2028). Esse documento fará um balanço do trabalho realizado na Fase II e dos temas mais procurados relativamente a tópicos tradicionais e novos tópicos com pertinência macroeconómica, e passará em revista questões estratégicas, como a alavancagem de novas tecnologias para dar resposta à procura excessiva, o plano de financiamento e o aprofundamento de parcerias com outros parceiros do desenvolvimento de capacidades. A conceção da Fase III levará em conta as recomendações da avaliação externa do ATI, que está atualmente em curso. Para assegurar que estes dois documentos são objeto das consultas adequadas, propõe-se que sejam também debatidos na reunião intercalar do Comité de Pilotagem do ATI.

QUADRO 9. ATI – FASE II (EF2020 - EF2024): PROJEÇÕES ORÇAMENTAIS, EM 30 DE ABRIL DE 2023
(em milhares de dólares dos Estados Unidos)

Projeto	Síntese da fase			EF2023			EF2024
	Orçamento do programa	Orçamento de trabalho	Despesas	Orçamento de trabalho	Despesas	Execução (%)	Orçamento de trabalho ^{1/}
Formação personalizada	1.596	175	25	75	-	-	75
Projeto de formação	29.651	29.166	17.209	8.101	6.063	75%	9.349
Governança e avaliação (incl. consultor RBM/apoio técnico)	385	256	15	200	15	7%	56
Subtotal	31.631	29.597	17.249	8.376	6.078	73%	9.480
Gestão do Fundo Fiduciário	2.214	2.072	1.207	586	425		664
Total	33.845	31.669	18.456	8.963	6.504	73%	10.144
Despesas do FMI ^{2/}	847	997	709	173	193	112%	326
Pais anfitrião, em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Total	34.692	32.666	19.165	9.135	6.696	73%	10.470

1/ Os orçamentos dos exercícios futuros são indicativos.
2/ As despesas do FMI não incluem novas atividades introduzidas em 1 de maio de 2021. Os relatórios serão atualizados para incluir essas atividades a partir de 1 de maio de 2022.

Fonte: ICDGP

Apêndice I: Equipa do ATI



DIRETOR
Sukhwinder Singh



ECONOMISTA
Vimal Thakoor



DIRETOR-ADJUNTO
Carlos de Resende



ECONOMISTA
Priscilla Muthoora



ECONOMISTA
Nicolas Aragon



ANALISTA ECONÓMICO
Nadeem Jeetun



CHEFE DA ADMINISTRAÇÃO
Kanand Gooly



RESPONSÁVEL DE PROGRAMAS
Marie Wenda Francesca Morin



RESPONSÁVEL DE PROGRAMAS
Deena Veerapen



RESPONSÁVEL DE PROGRAMAS
Anna Joorun-Somna



RESPONSÁVEL DE PROGRAMAS
Diksha Ramdawa



RESPONSÁVEL DE PROGRAMAS
Sandhya Rughoo



RESPONSÁVEL DE PROGRAMAS
JÚNIOR
Mokshada Raumnauth



TÉCNICO DE INFORMÁTICA
Steeve Rackin



ADMINISTRADORA INFORMÁTICA
Shamneez Mohamudbus



INTÉRPRETE
Olivier Flechais



INTÉRPRETE
Ramarajen Sawmy



INTÉRPRETE
Dagmawi Asrat

Apêndice II: Quadro de progressão: Programa de formação do ICD

O quadro abaixo apresenta a lista dos cursos, classificados com base nos tópicos principais oferecidos no âmbito do programa de formação renovado do ICD. Ilustra um caminho que os funcionários nacionais que participam nos cursos do ICD podem seguir no sentido de avançar das opções introdutórias para os cursos avançados de cada tópico. Sugere também os cursos que deveriam ser concluídos primeiro como base para os tópicos discutidos nos níveis intermédio e avançado. Os cursos oferecidos exclusivamente *online* são indicados pelo acréscimo de um “x” à abreviatura do curso. O quadro de progressão aplica-se apenas aos cursos do ICD. Os outros departamentos do FMI que oferecem cursos de formação devem ser contactados diretamente sobre os percursos de aprendizagem propostos.

Tema	Introdutório	Intermédio	Avançado
Políticas do setor financeiro	<ul style="list-style-type: none"> Curso Online sobre Análise do Mercado Financeiro (FMAx) 	<ul style="list-style-type: none"> Instrumentos e Mercados Financeiros (FMI) Desenvolvimento Financeiro e Inclusão Financeira (DFDI) Supervisão do Setor Financeiro (FSS) 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas do Setor Financeiro (FSP)
Política Orçamental	<ul style="list-style-type: none"> Análise da Política Orçamental (FPA) Curso Online sobre Análise de Sustentabilidade da Dívida (DSAx) 	<ul style="list-style-type: none"> Quadros Orçamentais (FF) Sustentabilidade Orçamental (FS) 	
Análise Macroeconómica Geral	<ul style="list-style-type: none"> Programação e Políticas Financeiras (FPP) Curso Online sobre Programação e Políticas Financeiras, Parte 1: Contas e Análise Macroeconómicas (FPP.1x) Curso Online sobre Programação e Políticas Financeiras, Parte 2: Conceção dos Programas (FPP.2x) Curso Online sobre Previsão Macroeconómica (MFx) Curso Online sobre Diagnóstico Macroeconómico (MDSx) 	<ul style="list-style-type: none"> Diagnóstico Macroeconómico (MDS) 	<ul style="list-style-type: none"> Previsão e Análise Macroeconómicas (MFA) Análise das Políticas Monetária e Orçamental com Modelos DSGE
Políticas Monetária, Cambial e da Conta de Capital		<ul style="list-style-type: none"> Política Monetária (MP) Política Cambial (ERP) Gestão dos Fluxos de Capital: Análise e Políticas Macroeconómicas (MCF) 	<ul style="list-style-type: none"> Análise e Previsão da Política Monetária com base em Modelos (MPAF)
Tópicos Especiais	<ul style="list-style-type: none"> Curso Online sobre Reforma dos Subsídios à Energia (ESRx) Curso Online sobre Gestão Macroeconómica em Países Ricos em Recursos Naturais (MRCx) 	<ul style="list-style-type: none"> Crescimento Inclusivo (IG) Questões Económicas ligadas à Integração Regional (ERI) Gestão Macroeconómica em Países Ricos em Recursos Naturais (MRC) 	<ul style="list-style-type: none"> Diagnóstico de Vulnerabilidades (VDS)

**INSTITUTO
DE FORMAÇÃO
PARA ÁFRICA (ATI)**



APÊNDICE III

**Descrição dos cursos
projetados para o EF24⁵**



⁵ O EF23 refere-se ao período de 1 de maio de 2022 a 30 de abril de 2023

Estadísticas da Dívida Externa

Curso ministrado no EF23:

23 a 27 de maio de 2022
(inglês/francês/português)

Curso a ser ministrado no EF24:

17 a 21 de julho de 2023

Língua:

inglês/francês/português

Público-alvo: Funcionários cuja principal responsabilidade é a compilação de estatísticas da dívida externa e/ou da posição de investimento internacional (PII).

Qualificações: Os participantes devem ter uma licenciatura em Economia, Estatística ou experiência equivalente; dispor de conhecimentos básicos sobre conceitos de contas internacionais; e de um mínimo de um ano de experiência na compilação de estatísticas da dívida externa (EDE) ou de estatísticas sobre a posição de investimento internacional (PII).

Descrição do curso: Este curso, apresentado pelo Departamento de Estatística, destina-se a proporcionar aos participantes uma compreensão profunda das normas internacionais para a compilação das EDE, apresentadas no Guia EDE 2013 para Compiladores e Utilizadores (Guia EDE). Sugere também orientações práticas de compilação sobre fontes de dados e técnicas de compilação das EDE, bem como sobre a análise destes dados, tendo em conta os desenvolvimentos relevantes no mercado financeiro mundial. Inclui uma série de palestras, exercícios práticos e estudos de caso que abrangem: desenvolvimentos recentes no mercado financeiro mundial (por exemplo, processo de desintermediação, afastamento dos veículos de investimento transfronteiriços tradicionais, etc.) e o seu efeito na compilação das EDE; implementação do Guia EDE 2013 e garantia da consistência e comparabilidade entre estatísticas da dívida externa e outras estatísticas macroeconómicas, nomeadamente da balança de pagamentos, PII, estatísticas das finanças públicas e contas nacionais; sistemas de gestão da dívida e orientação prática sobre a compilação das EDE para os setores público e privado; validação de dados e avaliação da qualidade das EDE, aplicando o Quadro de Avaliação da Qualidade dos Dados do FMI para as EDE; divulgação de dados e requisitos da base de dados respeitantes às Estatísticas Trimestrais da Dívida Externa (QEDE) do Banco Mundial; análise da sustentabilidade da dívida e ferramentas analíticas.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) descrever desenvolvimentos recentes que afetam as EDE; ii) aplicar o quadro conceptual para a compilação das EDE seguindo o Guia EDE 2013; iii) identificar lacunas de dados e estabelecer uma estratégia para melhorar a compilação das EDE e iv) descrever as ligações das EDE a outros conjuntos de dados macroeconómicos. Descrever as utilizações analíticas das EDE.

Quadros Orçamentais

Curso ministrado no EF23
13 a 24 de junho de 2022
(inglês/francês/português)

Curso a ser ministrado no EF24
4 a 15 de setembro de 2024

Língua:
inglês/francês/português

Público-alvo: Funcionários governamentais de nível júnior a médio nos ministérios da Economia, Planeamento e Finanças, Tesouros, bancos centrais, agências orçamentais independentes e outras agências envolvidas na análise, conceção, condução e avaliação da política orçamental.

Qualificações: Os participantes devem ter uma licenciatura em Economia ou Finanças ou experiência profissional equivalente, bons conhecimentos quantitativos e competências na utilização de computadores para analisar dados. Recomenda-se vivamente que os candidatos tenham concluído o curso de Programação e Políticas Financeiras (PPF) e o curso de Análise de Políticas Orçamentais (FPA) antes de se inscreverem neste curso. A familiarização com o Microsoft Excel é essencial, uma vez que muitos *workshops* são conduzidos no Excel.

Descrição do curso: Este curso, apresentado pelo Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades, começa por rever o papel do governo e os objetivos da política orçamental; revisita ferramentas e metodologias macro-orçamentais essenciais; e identifica o quadro orçamental de um país como o conjunto de instituições que concebem e conduzem a política orçamental. O curso sublinha a necessidade de informação de alta qualidade, transparência e responsabilidade, a fim de responsabilizar os governos pelos seus objetivos orçamentais a médio e longo prazo. O curso conclui com apresentações temáticas feitas pelos participantes.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) descrever as instituições recentemente introduzidas para melhorar a eficácia da política orçamental; ii) avaliar criticamente a qualidade dos dados usados para fins de política orçamental; iii) conceber regras orçamentais para problemas nacionais específicos; iv) utilizar uma ferramenta intercalar e retificativa para monitorizar o desempenho orçamental e v) contribuir para a elaboração de um orçamento a médio prazo (para consolidação ou estímulo), limitando, ao mesmo tempo, os riscos de recessão e respeitando a sustentabilidade.

Macroeconomia das Pandemias nos Países de Baixos Rendimentos e nos Mercados Emergentes

Curso ministrado no EF23
27 de junho a 5 de julho de 2022
(inglês/francês/português)

Não será ministrado no EF24

Público-alvo: Funcionários dos ministérios das Finanças, Economia, Planeamento e bancos centrais que prestam serviços de assessoria ou ajudam na implementação de políticas macroeconómicas e financeiras.

Qualificações: Os participantes devem ter uma licenciatura em Economia ou experiência equivalente, boas competências quantitativas, e saber utilizar Microsoft Excel e aplicações baseadas em Microsoft Excel. O conhecimento do MATLAB é também desejável. Recomenda-se vivamente que os candidatos tenham concluído os cursos de Programação Financeira e Políticas e Diagnóstico Macroeconómico. A participação prévia nos cursos sobre os modelos Dinâmicos Estocásticos de Equilíbrio Geral (DSGE, na sigla inglesa), Política Monetária, ou Análise e Previsões de Política Monetária é altamente desejável.

Descrição do curso: O curso abrangerá modelos básicos de epidemiologia e modelos macroeconómicos de epidemias. Discute o papel dos testes e da quarentena, os efeitos de intervenções não farmacêuticas (por exemplo, o distanciamento social), bem como as políticas orçamentais e monetárias durante as pandemias. *Workshops* práticos apresentarão instrumentos quantitativos e aplicações sobre epidemias, política orçamental e política monetária.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) utilizar ferramentas e modelos quantitativos para avaliar o impacto das pandemias sobre a macroeconomia e ii) discutir a eficácia das políticas para responder às pandemias.

Programação e Políticas Financeiras

Curso ministrado no EF23:
4 a 15 de julho de 2022
(inglês/francês/português)

Curso a ser ministrado no EF24:
15 a 26 de maio de 2023

Língua:
inglês/francês/português

Público-alvo: Funcionários dos ministérios das Finanças, Economia, Planeamento, e bancos centrais que prestam serviços de assessoria ou ajudam na implementação de políticas macroeconómicas e financeiras.

Qualificações: Os participantes devem ter uma licenciatura em Economia ou experiência equivalente e ser competentes na utilização de folhas de cálculo. Recomenda-se vivamente que os candidatos concluam os cursos de PPF *online* (FFP.1x e FFP.2x) antes de se inscreverem neste curso. No entanto, os pré-requisitos podem depender da versão específica do curso de Programação e Políticas Financeiras (PPF) que for oferecida em cada região.

Descrição do curso: Este curso, apresentado pelo Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades do FMI, explica como diagnosticar os desequilíbrios macroeconómicos e corrigi-los através de um conjunto coordenado de políticas de ajustamento. Abrange as características essenciais dos quatro principais setores macroeconómicos (real, orçamental, externo e monetário) e as suas interligações, destacando tanto as relações contabilísticas como comportamentais e utilizando dados de um estudo de caso de um país.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) analisar a evolução económica e financeira de um país da região, utilizando dados históricos e um quadro prático baseado em Excel; ii) criar projeções macroeconómicas consistentes para um ano, partindo do pressuposto de que as políticas não variam; iii) identificar vulnerabilidades e riscos económicos num cenário de base e medidas de políticas para os abordar; iv) preparar um cenário de ajustamento que reflita as medidas de políticas e o seu impacto macroeconómico e v) identificar outros objetivos e medidas de políticas, para além do horizonte de um ano, que serão incorporados num quadro de médio prazo.

Estatísticas das Contas Nacionais

Curso ministrado no EF23:

11 a 22 de julho de 2022 (inglês)

Curso a ser ministrado no EF24:

22 de janeiro a 2 de fevereiro de 2024

Língua:

inglês/francês/português

Público-alvo: Compiladores de estatísticas das contas nacionais, afetos aos organismos responsáveis pelas estatísticas oficiais das contas nacionais.

Qualificações: Os participantes devem ter uma licenciatura em Economia/Estatística ou experiência equivalente.

Descrição do curso: Este curso, apresentado pelo Departamento de Estatística do FMI, cobre aspectos teóricos e práticos na compilação de estatísticas das contas nacionais com base no quadro conceptual do Sistema de Contas Nacionais 2008 (SCN 2008). O curso consiste em palestras sobre questões metodológicas e de compilação do SCN 2008 e *workshops* constituídos por exercícios práticos de compilação das contas. O principal objetivo do curso é formar os participantes na compilação do produto interno bruto anual, tanto a preços correntes como em termos de volume, segundo a ótica do produto e da despesa, em apoio a uma melhor elaboração e supervisão das políticas. O curso começa com uma visão geral do sistema de contas nacionais, apresentando a sequência de contas para transações e outros fluxos, bem como os balanços, com ênfase no quadro do SCN 2008. Abrange os principais conceitos que envolvem transações, outros fluxos económicos, stocks, unidades institucionais, classificações e principais agregados macroeconómicos medidos pelo sistema. As principais palestras e *workshops* incluem: i) sessões sobre a conta do produto, abrangendo a definição e medição do produto, consumo intermédio e valor acrescentado; questões de avaliação; e o tratamento de indústrias particulares; ii) dados-fonte e questões na compilação do PIB segundo a ótica do produto e da despesa; iii) deflatores e derivação de medidas de volume do PIB; e iv) questões específicas relacionadas com transações de bens e serviços, incluindo quadro de recursos e empregos (QRE), ajustamento da avaliação de inventários, consumo de capital fixo, economia não observada e informal, cadeias de abastecimento mundiais e economia digital. É também dada importância à partilha das experiências de cada país entre os participantes.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) compreender os principais conceitos e definições do SCN 2008; ii) descrever a compilação do PIB segundo a ótica do produto, da despesa e do rendimento; iii) discutir a importância das medidas de preços e volume nas contas nacionais e iv) explicar o valor que as estatísticas de alta qualidade das contas nacionais têm para as autoridades responsáveis pelas políticas e para as empresas.

Diagnóstico Macroeconómico

Curso ministrado no EF23:

25 de julho a 5 de agosto de 2022
(inglês/francês/português)

Curso a ser ministrado no EF24:

3 a 14 de julho de 2023

Língua:

inglês/francês/português

Público-alvo: Quadros médios e superiores dos bancos centrais e ministérios das Finanças ou da Economia, que estão diretamente envolvidos no diagnóstico do estado da macroeconomia e na elaboração de projeções.

Qualificações: Os participantes devem ter uma licenciatura em Economia ou experiência equivalente, bons conhecimentos quantitativos e competência na utilização de Microsoft Excel. Recomenda-se vivamente que os candidatos tenham concluído o curso *online* de Programação e Políticas Financeiras, Parte 1: Contas e Análise Macroeconómicas (FPP.1x) ou o curso *online* de Diagnóstico Macroeconómico (MDSx).

Descrição do curso: Este curso, apresentado pelo Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades, destina-se a reforçar a capacidade dos participantes para avaliar de forma abrangente a situação macroeconómica de um país, incluindo o estado atual da economia; a orientação da política orçamental e monetária; a estabilidade financeira; desalinhamentos cambiais; vulnerabilidades nos diferentes setores; e as perspetivas a médio prazo, especialmente a sustentabilidade da dívida pública e externa. O curso destaca instrumentos práticos para utilização na análise macroeconómica regular e baseia-se em estudos de casos pertinentes para a região onde é ministrado, a fim de ilustrar como esses instrumentos são aplicados e como podem contribuir para o processo de elaboração de políticas.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) analisar o produto potencial, calcular os desvios do produto e diagnosticar as perspetivas da economia; ii) avaliar a orientação das atuais políticas orçamental, monetária, cambial e financeira; iii) avaliar as ligações macrofinanceiras, incluindo através da análise dos indicadores de solidez do setor financeiro; iv) avaliar as perspetivas a médio prazo da economia, especialmente a sustentabilidade da dívida pública e externa; v) identificar possíveis riscos económicos externos e internos e vulnerabilidades ao crescimento económico e vi) identificar políticas para abordar os possíveis riscos e vulnerabilidades acima referidos.

Previsão e Análises Macroeconómicas

Curso ministrado no EF23:

5 a 16 de setembro de 2022
(inglês/francês/português)

Curso a ser ministrado no EF24:

25 de março a 5 de abril de 2024

Língua:

inglês/francês/português

Público-alvo: Funcionários governamentais envolvidos no desenvolvimento de modelos macroeconómicos e previsões para a análise, conceção e implementação da política macroeconómica.

Qualificações: Os participantes devem ter uma licenciatura em Economia ou experiência equivalente e uma formação em econometria. Devem também saber utilizar o EViews para aplicações econométricas. Recomenda-se vivamente que os candidatos tenham concluído o curso *online* sobre Previsões Macroeconómicas (MFx).

Descrição do curso: Este curso, apresentado pelo Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades, proporciona aos funcionários governamentais uma base rigorosa na estimativa de modelos macroeconómicos e na sua aplicação para a previsão e análise de políticas em bancos centrais, ministérios e instituições públicas de investigação. Os participantes trabalham em grupos, realizando exercícios práticos de estimativa e previsão.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) identificar as bases para uma série de especificações de modelos; ii) utilizar o software EViews para aplicar técnicas de modelação aos dados dos países e reproduzir resultados de importantes trabalhos de investigação publicados; iii) aplicar as técnicas aprendidas aos casos dos países da sua região para prever e analisar uma questão de política e iv) aplicar as ferramentas apropriadas disponíveis no pacote econométrico EViews ao seu próprio trabalho ou investigação, assim como ao de outros países.

Quadro de Sustentabilidade da Dívida para Países de Baixos Rendimentos

Curso ministrado no EF23:
26 a 30 de setembro de 2022
(francês)

Curso a ser ministrado no EF24:
11 a 15 de setembro de 2023

Língua:
inglês/francês/português

Público-alvo: Todos os funcionários governamentais podem inscrever-se. Este curso é particularmente útil para funcionários dos ministérios das finanças, agências de dívida, bancos centrais e outras agências governamentais responsáveis pela prestação de serviços de assessoria ou pela implementação de políticas macroeconómicas e da dívida.

Qualificações: Alguns conhecimentos de economia são úteis. Conhecimentos básicos de Microsoft Excel e acesso a computador com uma ligação fiável à Internet e um navegador Google Chrome são essenciais.

Descrição do curso: Este curso *online*, apresentado conjuntamente pelo Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades e pelo Departamento de Estratégia, Políticas e Avaliação do FMI, em colaboração com o Banco Mundial, proporciona uma visão geral do Quadro de Sustentabilidade da Dívida do Banco Mundial-FMI para Países de Baixo Rendimento (QSD PBR). O QSD PBR foi desenvolvido pelo FMI e pelo Banco Mundial (BM) para ajudar os países de baixo rendimento a alcançarem os seus objetivos de desenvolvimento, minimizando, ao mesmo tempo, o risco de sobre-endividamento. Este curso de um módulo permitirá aos participantes compreender o QSD PBR e, assim, interpretar os resultados do QSD PBR apresentados nos relatórios do Banco Mundial e do FMI. O curso percorre as etapas envolvidas na aplicação do QSD PBR. Em primeiro lugar, identificamos os requisitos de dados e as “ferramentas de realismo” utilizadas para avaliar a plausibilidade das projeções macroeconómicas. Em seguida, o curso aborda a forma como o QSD PBR calcula a capacidade de endividamento, que é utilizada para determinar os limiares para os indicadores de carga da dívida. Quando um indicador de carga da dívida ultrapassa o seu limiar, quer no cenário de base, quer no cenário de teste de esforço, isto assinala o risco de sobre-endividamento. O curso conclui explorando a forma como o julgamento profissional pode ser utilizado para se chegar a uma classificação final do risco.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) identificar os requisitos de dados para a utilização do modelo do QSD PBR; ii) identificar as etapas na produção das classificações de risco para países de baixos rendimentos; iii) compreender as ferramentas de realismo do QSD PBR; iv) interpretar os cenários de teste de esforço do QSD PBR; v) identificar a forma como o QSD PBR calcula os limiares para os indicadores de carga da dívida; vi) compreender as classificações de risco do QSD PBR; e vii) interpretar os resultados da análise de sustentabilidade da dívida para países de baixos rendimentos, tal como apresentados nos relatórios do Banco Mundial e do FMI.

Políticas do Setor Financeiro

Curso ministrado no EF23:

3 a 7 de outubro de 2022
(inglês/português)
10 a 14 de outubro de 2022
(inglês/francês)

Curso a ser ministrado no EF24:

9 a 20 de outubro de 2023

Língua:

inglês/francês/português

Público-alvo: Funcionários governamentais de nível júnior a superior envolvidos na definição de políticas para o setor financeiro, particularmente o pessoal dos bancos centrais, reguladores financeiros e quaisquer outras agências envolvidas na supervisão micro ou macroprudencial.

Qualificações: Os participantes devem ter uma licenciatura em Economia ou Finanças ou experiência de trabalho equivalente; uma compreensão básica de econometria; e competências para interpretar resultados econométricos. Recomenda-se vivamente que os candidatos concluam primeiro o curso de FMAX e tenham um conhecimento prático de Excel. É também preferível que os participantes façam o curso de Supervisão do Setor Financeiro porque a compreensão e avaliação dos riscos do setor financeiro são importantes para a conceção de políticas de mitigação.

Descrição do curso: Este curso, apresentado pelo Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades, começa com uma visão geral de como os riscos são transmitidos dentro dos setores financeiro e real, e entre os mesmos. Os participantes analisam, em seguida, a formulação e o impacto das políticas do setor financeiro, com vista a mitigar os fatores de vulnerabilidade, começando pela fundamentação tanto para as políticas microprudenciais como macroprudenciais. As interações entre as políticas macroeconómicas e prudenciais também são debatidas. Embora sejam destacadas as estratégias preventivas, o curso discute as políticas para lidar com situações de sobre-endividamento. A combinação de palestras, estudos de caso e *workshops* práticos permite aos participantes discutir e experimentar diversas políticas para avaliar os resultados pretendidos e não pretendidos. Os participantes que estão principalmente interessados na avaliação de riscos devem considerar inscrever-se no curso sobre supervisão do setor financeiro, onde o tema central é a avaliação de riscos.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) identificar canais através dos quais os choques são transmitidos entre o setor financeiro e a economia real, e entre e dentro dos sistemas financeiros; ii) analisar as políticas micro e macroprudenciais relevantes, a forma como são suscetíveis de interagir com outras políticas e quaisquer possíveis consequências não pretendidas; iii) recomendar ferramentas macroprudenciais para evitar e mitigar o risco sistémico e identificar prováveis desafios específicos de implementação e iv) avaliar a eficácia das políticas micro e macroprudenciais.

Questões Económicas na Integração Regional

Curso ministrado no EF23:

31 de outubro a 11 de novembro
de 2022 (inglês/francês/português)

Curso a ser ministrado no EF24:

9 a 20 de outubro de 2023

Língua:

inglês/francês/português

Público-alvo: Quadros médios e superiores dos bancos centrais, ministérios das finanças e outros ministérios e agências interessados em países que fazem parte de um acordo de integração regional ou que exploram ou pensam organizar um tal acordo. Também se convidam funcionários de organizações intergovernamentais ou supranacionais regionais.

Qualificações: Os participantes devem ter uma licenciatura em Economia ou experiência equivalente e ser competentes na utilização de folhas de cálculo.

Descrição do curso: O principal objetivo deste curso, apresentado pelo Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades, é aprofundar os conhecimentos dos participantes sobre integração económica, monetária e financeira. Com base na teoria e em estudos de caso de experiências em várias regiões, o curso abrange os requisitos para a integração económica e monetária; a integração comercial, financeira e monetária; os custos e benefícios do processo de integração; e os aspetos de economia política relacionados com a integração. Os *workshops* são concebidos para aprofundar o conhecimento dos participantes das questões específicas que possam surgir na integração económica e monetária. Os participantes utilizam estudos de caso com dados de países concretos para realizar avaliações e têm de apresentar as suas conclusões em breves apresentações.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) analisar os vários tipos de integração e cooperação regionais, bem como a dinâmica do processo de integração; ii) analisar os custos e benefícios de vários regimes de integração para os seus países; iii) avaliar os graus de convergência em diversas variáveis macroeconómicas no decurso dos preparativos para uma integração mais profunda, bem como o grau de convergência posterior e iv) resumir os argumentos económicos e políticos relativos à integração que possam afetar o próprio país.

Workshop sobre Conjuntos de Dados da PDA em Países Africanos

Curso ministrado no EF23:
31 de outubro a 4 de novembro
de 2022 (francês)

Não será ministrado no EF24

Público-alvo: Este curso destina-se a funcionários de nível médio e superior do Instituto Nacional de Estatística, do banco central ou do Ministério das Finanças, que são ou serão responsáveis pela manutenção de um sítio da plataforma de dados abertos (PDA) (“administradores” na linguagem da PDA). Trabalham normalmente num departamento responsável pelo cálculo ou pelas bases de dados, divulgação de dados ou produção de dados estatísticos.

Qualificações: Os participantes devem ter uma licenciatura em TI, Economia ou Estatística ou experiência equivalente.

Descrição do curso: Este curso será apresentado pelo Departamento de Estatística do FMI e pelo BAfD e abrangerá aspetos avançados da manutenção e atualização dos dados de um sítio da PDA. Os sítios da PDA são um instrumento de divulgação de dados na nuvem, sendo utilizados para apresentar dados nacionais numa Página Nacional de Síntese de Dados. Estes conjuntos de dados são parte integrante da participação dos países no Sistema Geral de Divulgação de Dados reforçado (e-GDDS) do FMI. O curso explicará de que forma a ferramenta da PDA se enquadra na estratégia de divulgação de dados dos países participantes no sistema e-GDDS, permitindo que os países utilizem as mais recentes técnicas de divulgação de dados, incluindo as normas SDMX (intercâmbio de dados estatísticos e metadados). O curso analisará as etapas para a criação de um conjunto de dados da PDA, a atualização de dados e as opções de visualização de dados (diagramas e gráficos interativos). O curso abrangerá igualmente a gestão da Página Nacional de Síntese de Dados através da PDA e a forma de utilizar os sítios da PDA para automatizar a transmissão de dados ao FMI e a outras organizações internacionais. Por último, o curso discutirá todos os aspetos relacionados com a gestão dos sítios da PDA, incluindo a governação dos vários sítios da PDA de um país e a gestão das contas dos utilizadores da PDA e dos direitos de acesso aos dados.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) criar um conjunto de dados da PDA e partilhá-lo com outros utilizadores da PDA; ii) elaborar visualizações interativas para apresentar os dados da PDA; iii) estabelecer e manter uma Página Nacional de Síntese de Dados (NSDP) que contenha ligações a todos os conjuntos de dados e visualizações dos sítios da PDA de um país; iv) gerir os direitos de acesso de vários contribuidores para o sítio da PDA; e v) utilizar conjuntos de dados da PDA para a comunicação de dados ao FMI e a outras agências internacionais.

Política Monetária

Curso ministrado no EF23:
7 a 18 de novembro de 2022
(inglês/francês/português)

Curso a ser ministrado no EF24:
31 de julho a 11 de agosto de 2023

Língua:
inglês/francês/português

Público-alvo: Funcionários governamentais de nível júnior a médio de mercados emergentes e países de baixo rendimento, interessados em compreender e analisar a condução da política monetária e a sua interação com o resto da economia.

Qualificações: Os participantes devem ter uma licenciatura em Economia ou experiência equivalente e saber utilizar as aplicações baseadas em Microsoft Excel e Excel. Este curso tem a característica de ser de visão geral. Recomenda-se vivamente que os candidatos tenham concluído alguns cursos gerais de macroeconomia, tais como Programação e Políticas Financeiras (PPF) e o curso Diagnóstico Macroeconómico, quer presencialmente ou *online* (MDS/MDSx).

Descrição do curso: Este curso, apresentado pelo Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades, proporciona uma visão abrangente dos regimes de política monetária, mecanismos de transmissão monetária e o papel da política monetária na estabilização macroeconómica. O curso faz a ponte entre teoria, evidência empírica e experiência operacional, ilustrando os problemas de otimização e as soluções de compromisso envolvidos nas decisões de política monetária. O processo de aprendizagem passa das palestras, que introduzem os conceitos básicos, para *workshops* práticos. Os estudos de caso são utilizados para reforçar a compreensão dos participantes e para os ajudar a comparar e avaliar uma variedade de experiências.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) analisar a forma como as decisões de política monetária são tomadas ao abrigo de vários regimes para proporcionar a estabilidade de preços; ii) identificar como estas decisões são transmitidas à economia real; iii) avaliar como a economia e a política monetária respondem a choques macroeconómicos ao abrigo de vários quadros de política monetária – os quais serão demonstrados através de uma apresentação em grupo e entre pares e iv) conceber um quadro sólido de política monetária e prescrever políticas que sejam consistentes com o quadro escolhido.

Análise de Política Monetária e Orçamental com Modelos DSGE

Curso ministrado no EF23:
14 a 25 de novembro de 2022
(inglês/francês/português)

Não será ministrado no EF24

Público-alvo: Quadros médios e superiores que usam modelos de equilíbrio geral dinâmico e estocástico (DSGE) na análise macroeconómica de questões de política monetária e orçamental.

Qualificações: Os participantes devem ter uma licenciatura em Economia ou experiência equivalente, boas competências quantitativas e um conhecimento básico de MATLAB/Octave e Dynare/Iris. Recomenda-se vivamente que os candidatos tenham concluído o curso *online* sobre Previsões Macroeconômicas (MFx).

Descrição do curso: Este curso, apresentado pelo Instituto de Desenvolvimento de Capacidades, aborda a construção, utilização e interpretação dos modelos DSGE. Apresenta aos participantes os modelos e as técnicas que os decisores de políticas normalmente utilizam na análise de questões monetárias e orçamentais. O curso dedica um grande número de sessões a questões de conceção e implementação dos modelos e utiliza estudos de caso pertinentes para a região a fim de ilustrar como esses modelos são aplicados e como podem contribuir para o processo de elaboração de políticas. Discute as vantagens e limitações dos modelos quando estes são utilizados para a análise e assessoria a nível de políticas.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) descrever os modelos e técnicas (cálculo e estimativa) que os decisores de política utilizam na análise das questões monetárias, orçamentais e estruturais; ii) elaborar um modelo básico de DSGE a partir dos primeiros princípios, utilizando dados para um caso de país na região; iii) aumentar ou alterar a estrutura do modelo de modo a abordar uma questão de política económica; iv) aplicar os modelos DSGE desenvolvidos no curso a várias questões de política e interpretar os seus resultados; v) identificar as vantagens e as limitações dos modelos quando utilizados para análise e aconselhamento em matéria de políticas; e vi) criar um modelo com base nos dados do seu próprio país.

Macroeconomia das Alterações Climáticas

Curso ministrado no EF23:
28 de novembro a 9 de dezembro
de 2022 (inglês/francês/português)

Curso a ser ministrado no EF24:
24 de julho a 4 de agosto de 2023

Língua:
inglês/francês/português

Público-alvo: Funcionários dos ministérios das Finanças, Economia, Planeamento e bancos centrais que prestam serviços de assessoria ou ajudam na implementação de políticas macroeconómicas e financeiras.

Qualificações: Os participantes devem ter uma licenciatura em Economia ou experiência equivalente, boas competências quantitativas, e saber utilizar Microsoft Excel e aplicações baseadas em Microsoft Excel. Recomenda-se vivamente que os candidatos tenham concluído os cursos de Programação Financeira e Políticas e Diagnóstico Macroeconómico.

Descrição do curso: Este curso fornecerá aos participantes modelos e ferramentas analíticas, em uso ou desenvolvidas no FMI, para estudar os efeitos das alterações climáticas na macroeconomia e avaliar as políticas económicas para enfrentar os desafios relacionados com as alterações climáticas. O seu objetivo é desenvolver a capacidade dos funcionários governamentais da África Subsaariana para avaliarem: i) o impacto das alterações climáticas sobre a macroeconomia e ii) a eficácia das políticas de adaptação às alterações climáticas e da mitigação do seu impacto.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) dominar a utilização de modelos e ferramentas para avaliar o impacto das alterações climáticas na macroeconomia e ii) discutir e avaliar as diferentes políticas de adaptação e mitigação das alterações climáticas.

Avaliações Económicas pelos Pares da SADC

Curso ministrado no EF23:
14 a 18 de novembro de 2022
(inglês/francês/português)

Curso a ser ministrado no EF24:
16 a 20 de outubro de 2023

Língua:
inglês/francês/português

Público-alvo: Quadros superiores dos países que conduzirão avaliações pelos pares das políticas económicas de outros países da SADC e as contrapartes-chave do país que está a ser avaliado.

Descrição e objetivos do curso: O *workshop* foi realizado no contexto do acompanhamento e supervisão entre pares do programa de Convergência Macroeconómica (MEC) da SADC. Trata-se de um esforço de colaboração entre o Gabinete do Representante Residente do FMI, o Banco da Reserva da África do Sul (SARB) e o Secretariado da SADC. O objetivo é discutir a abordagem do FMI à supervisão durante as reuniões de avaliação, com ênfase num tópico especial todos os anos. Os participantes aprendem quais os principais instrumentos e quadros analíticos utilizados pelos economistas do FMI para proceder à supervisão.

Estatísticas Monetárias e Financeiras – Avançado

Curso ministrado no EF23:
5 a 16 de dezembro de 2022 (francês)
13 a 17 de fevereiro de 2023
(inglês/português)

Curso a ser ministrado no EF24:
8 a 19 de abril de 2024

Língua:
inglês/francês/português

Público-alvo: Funcionários responsáveis pela compilação de estatísticas monetárias.

Qualificações: Os participantes devem estar afetos a um banco central ou autoridade reguladora financeira e trabalhar em questões relacionadas com os balanços de sociedades financeiras, tais como bancos centrais, bancos comerciais ou outras instituições financeiras monetárias, fundos de pensões, companhias de seguros, fundos de investimento, ou outros intermediários financeiros e – idealmente – ter uma licenciatura em Economia, Estatística, ou experiência equivalente.

Descrição do curso: O curso discute os princípios da setorização económica, as características e classificação dos instrumentos financeiros, a avaliação e outras questões contabilísticas relevantes para a compilação de contas analíticas para o setor das entidades depositárias, incluindo o banco central e outras entidades depositárias. Os participantes familiarizar-se-ão com as características que definem as entidades depositárias, nomeadamente o seu papel como emitentes de moeda, e com os princípios fundamentais em que se baseia a análise dos agregados monetários e de crédito. O curso consiste em palestras, *workshops* e estudos de caso que vão familiarizar os participantes com aspetos práticos da compilação de Estatísticas Monetárias e Financeiras (EMF), especialmente a utilização de demonstrações financeiras para compilar dados no conjunto atualizado dos Formulários Normalizados de Reporte (SRFs 1SR e 2SR) e para a derivação de um inquérito às entidades depositárias.

Objetivos do curso: Este curso, com doze horas de material apresentado ao longo de quatro dias, é ministrado pelo Departamento de Estatística do FMI e foi concebido para ajudar os funcionários na compilação de estatísticas monetárias e financeiras (EMF), de acordo com as melhores práticas internacionais. O material do curso baseia-se no *Manual de Estatísticas Monetárias e Financeiras* (2016) e no Guia de Compilação de Estatísticas Monetárias e Financeiras (MFSMCG, na sigla inglesa), que amplifica as definições, classificações e princípios de avaliação para fins de análise macroeconómica, monetária e financeira, no âmbito do *Sistema de Contas Nacionais* de 2008.

Desenvolvimento Financeiro e Inclusão Financeira

Curso ministrado no EF23:

9 a 27 de janeiro de 2023
(inglês/francês)

Curso a ser ministrado no EF24:

19 de fevereiro a 1 de março
de 2024

Língua:

inglês/francês/português

Público-alvo: Quadros médios e superiores dos bancos centrais e agências governamentais que lidam com a regulamentação do setor financeiro. É dada preferência aos candidatos que trabalham em questões diretamente relacionadas com o desenvolvimento e a inclusão financeira.

Qualificações: Os participantes devem possuir um conhecimento básico de economia ou finanças, ou experiência de trabalho equivalente. Os conhecimentos de econometria são úteis, mas não necessários. Recomenda-se vivamente que os candidatos tenham concluído o curso *online* de Desenvolvimento Financeiro e Inclusão Financeira.

Descrição do curso: Este curso, apresentado pelo Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades, explica a relevância macroeconómica do desenvolvimento e da inclusão financeira. Começando com uma análise que define o papel das finanças na economia, o curso revê a literatura teórica e empírica sobre o impacto das finanças no desempenho e crescimento macroeconómicos. Aborda também as políticas de incentivo ao desenvolvimento financeiro (políticas de dinamização do mercado) e limitação dos seus efeitos potencialmente desestabilizadores (políticas de aproveitamento do mercado). O curso introduz a inclusão financeira como uma dimensão integral do desenvolvimento financeiro – uma perspetiva que só recentemente recebeu a devida atenção, porque durante muitos anos a discussão se centrou antes no conceito e na medição da profundidade financeira. O curso analisa os indicadores atualmente utilizados para medir a inclusão financeira, o seu impacto macroeconómico distinto e as principais estratégias políticas habitualmente seguidas.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) medir o grau de desenvolvimento e inclusão financeira de um país ou países, utilizando uma vasta gama de indicadores padrão; ii) identificar as deficiências de vários indicadores e reconhecer a possível necessidade de recolher dados microeconómicos mais detalhados; iii) utilizar um modelo analítico simples para prever os resultados prováveis das diferentes políticas em matéria de inclusão financeira; iv) avaliar opções de políticas e estratégias de desenvolvimento e inclusão financeira numa perspetiva macroeconómica, identificando potenciais soluções de compromisso e possíveis obstáculos; e v) formular uma estratégia para políticas de apoio ao desenvolvimento financeiro num país, tendo em conta as condições iniciais e as ligações entre o setor financeiro e a macroeconomia.

Elementos Fundamentais da Supervisão Bancária

Curso ministrado no EF23:

9 a 20 de janeiro de 2023
(inglês/francês/português)

Curso a ser ministrado no EF24:

11 a 22 de março de 2024

Língua:

inglês/francês/português

Público-alvo: Supervisores bancários.

Qualificações: Os participantes devem estar familiarizados com a regulamentação bancária básica e os procedimentos de supervisão.

Descrição do curso: Este curso, apresentado pelo Departamento de Mercados Monetários e de Capitais, proporciona uma visão abrangente das questões conceituais e operacionais relacionadas com a regulação e supervisão bancária. Abrange elementos da supervisão micro e macroprudencial, nomeadamente os princípios fundamentais de Basileia, os desenvolvimentos da regulamentação bancária, os requisitos de liquidez e os testes de esforço. O curso também inclui discussões e exercícios sobre aplicações e abordagens concretas frequentemente utilizadas pelos supervisores. Exercícios de simulação de rotinas e análises de supervisão complementam as palestras. Os participantes devem fornecer as suas próprias perspetivas e experiência sobre as questões abordadas no curso.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) identificar e explicar as principais componentes do quadro regulamentar prudencial; ii) descrever abordagens e instrumentos de supervisão eficazes; e iii) extrair ensinamentos de anteriores ameaças à estabilidade financeira para evitar a sua recorrência.

Sustentabilidade da Dívida Pública e Reestruturação da Dívida

Curso ministrado no EF23:

17 a 20 de janeiro de 2023
(inglês/francês/português)

Curso a ser ministrado no EF24:

29 de janeiro a 2 de fevereiro
de 2024

Língua:

inglês/francês/português

Público-alvo: O público-alvo é composto por quadros médios e superiores dos ministérios das finanças, bancos centrais, unidades de gestão da dívida e outras instituições governamentais interessadas.

Qualificações: Licenciatura em Economia. Os participantes devem instalar o software necessário antes do curso para participarem nas sessões práticas.

Descrição do curso: Apresentar uma visão geral do apoio disponível no continente aos países que iniciam operações de reestruturação da dívida soberana. Tal incluirá uma apresentação dos bancos africanos de desenvolvimento, da Facilidade Africana de Apoio Jurídico (ALSF) e da assistência técnica do Banco Mundial.

Objetivos do curso: O serviço de desenvolvimento de capacidades proposto visa proporcionar aos funcionários governamentais da África Subsariana uma visão geral dos instrumentos de análise da sustentabilidade da dívida; das práticas de gestão da dívida soberana e dos princípios e quadros para a reestruturação da dívida soberana, incluindo experiências anteriores dos países e o papel e o mandato do FMI relativamente à reestruturação da dívida soberana. O curso encoraja, ainda, a aprendizagem entre pares.

Previsões imediatas

Curso ministrado no EF23:

23 a 27 de janeiro de 2023
(inglês/francês/português)

Curso a ser ministrado no EF24:

8 a 19 de abril de 2024

Língua:

inglês/francês/português

Público-alvo: Supervisores bancários.

Qualificações: Os participantes devem estar familiarizados com a regulamentação bancária básica e os procedimentos de supervisão.

Descrição do curso: Este curso, apresentado pelo Departamento de Mercados Monetários e de Capitais, proporciona uma visão abrangente das questões conceituais e operacionais relacionadas com a regulação e supervisão bancária. Abrange elementos da supervisão micro e macroprudencial, nomeadamente os princípios fundamentais de Basileia, os desenvolvimentos da regulamentação bancária, os requisitos de liquidez e os testes de esforço. O curso também inclui discussões e exercícios sobre aplicações e abordagens concretas frequentemente utilizadas pelos supervisores. Exercícios de simulação de rotinas e análises de supervisão complementam as palestras. Os participantes devem fornecer as suas próprias perspetivas e experiência sobre as questões abordadas no curso.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) identificar e explicar as principais componentes do quadro regulamentar prudencial; ii) descrever abordagens e instrumentos de supervisão eficazes; e iii) extrair ensinamentos de anteriores ameaças à estabilidade financeira para evitar a sua recorrência.

Desigualdade de Género e Macroeconomia

Curso ministrado no EF23:

30 de janeiro a 3 de fevereiro
de 2023 (inglês/francês/português)

Curso a ser ministrado no EF24:

29 de janeiro a 2 de fevereiro
de 2024

Língua:

inglês/francês/português

Público-alvo: Quadros médios e superiores dos bancos centrais, ministérios das Finanças e outras agências governamentais responsáveis pela conceção e execução de políticas sensíveis às questões de género.

Qualificações: Os participantes devem ter uma licenciatura em Economia ou Ciências Sociais, ou experiência equivalente e competências na utilização de Microsoft Excel. Será dada preferência às candidaturas de funcionários atualmente envolvidos na formulação e implementação de políticas sensíveis às questões de género ou com antecedentes anteriores nestes domínios.

Descrição do curso: Este curso apresenta uma visão geral das ligações entre a igualdade de género e as variáveis macroeconómicas; sublinha o impacto desigual da COVID-19 em termos de género e as suas possíveis consequências macroeconómicas; salienta a importância de colmatar as disparidades de género para uma recuperação inclusiva e sustentável; e discute políticas (incluindo medidas relacionadas com impostos, despesas públicas, gestão das finanças públicas e questões estruturais, como o acesso financeiro) para combater a desigualdade de género. O programa destaca a aprendizagem ativa através de uma combinação de sessões em subgrupos facilitadas, trabalhos de casa e apresentações pelos participantes. O objetivo é ajudar os participantes a aplicar os conhecimentos e as competências adquiridos para analisar os principais desafios relacionados com o género no seu próprio país e formular programas de reforma prioritários.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) compreender as ligações entre a igualdade de género e a macroeconomia, nomeadamente em termos de crescimento, inclusão, diversificação e sustentabilidade; ii) utilizar as principais fontes de dados desagregadas por género e os instrumentos pertinentes para avaliar os progressos dos países no sentido da igualdade de género, incluindo a forma como esta foi afetada pela pandemia de COVID-19, e o impacto da igualdade de género no desempenho macroeconómico; iii) discutir as principais políticas e medidas para combater a desigualdade de género, incluindo práticas apropriadas de orçamentação sensível ao género; e iv) formular programas de reforma prioritários para dar resposta à desigualdade de género no seu próprio país.

Quadros e Operações de Política Monetária

Curso ministrado no EF23:

30 de janeiro a 3 de fevereiro de 2023

13 a 17 de fevereiro de 2023
(inglês/francês/português)

Curso a ser ministrado no EF24:

22 de janeiro a 9 de fevereiro de 2024

Língua:

inglês/francês/português

Público-alvo: Funcionários dos bancos centrais que prestam serviços de assessoria ou ajudam na implementação de políticas macroeconómicas e financeiras.

Qualificações: Os participantes terão de ter licenciatura (diploma) em Economia ou Ciências Sociais, ou experiência profissional compatível com essas exigências, bem como experiência no uso do programa Excel.

Descrição do curso: Este curso sobre a modernização dos Quadros e Operações de Política Monetária é apresentado por peritos e profissionais do Fundo Monetário Internacional (FMI). O programa inclui palestras sobre os objetivos de política e o papel da política monetária e cambial na elaboração das políticas económicas; a formulação e estratégia de política monetária; a implementação da política monetária, incluindo operações do mercado monetário, previsão da liquidez e quadros de gestão da liquidez; desenvolvimento do mercado monetário e financeiro; mercados cambiais e estratégias de intervenção; análise e previsão da inflação, bem como o papel e a conceção de sistemas de previsão e análise de políticas nos estudos de tomada de decisões de políticas.

Objetivos do curso: Depois da conclusão do curso, os participantes estarão aptos a: i) explicar os objetivos da política monetária; ii) compreender o processo de formulação e estratégia da política monetária; iii) descrever o processo de implementação da política monetária, incluindo operações do mercado monetário, previsões de liquidez e quadros de gestão de liquidez; e iv) discutir o papel e conceção das previsões e análises de política na formulação da política monetária.

Crescimento Inclusivo

Curso ministrado no EF23:

6 a 17 de fevereiro de 2023
(inglês/francês/português)

Curso a ser ministrado no EF24:

26 de junho a 7 de julho de 2023

Língua:

inglês/francês/português

Público-alvo: Quadros médios e superiores envolvidos no planeamento económico e estratégico; no acompanhamento e avaliação das estratégias políticas para reduzir a pobreza e a desigualdade; e na promoção da criação de emprego.

Qualificações: Os participantes devem ter uma licenciatura em Economia ou Ciências Sociais, ou experiência equivalente.

Descrição do curso: Este curso, apresentado pelo Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades do FMI, foi concebido para aumentar a compreensão dos participantes sobre os conceitos de crescimento inclusivo e fornecer-lhes instrumentos analíticos e operacionais para avaliar, medir e acompanhar a forma como as políticas macroeconómicas podem afetar o crescimento, a pobreza, a desigualdade e a criação de emprego. As palestras introduzem os conceitos básicos do crescimento inclusivo, com ênfase especial na sustentabilidade a longo prazo, e os *workshops* oferecem aos participantes uma oportunidade para aplicar os conceitos e considerar a conceção de estratégias de crescimento inclusivo, a partir de estudos de caso de vários países.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) interpretar as medidas de pobreza e desigualdade; ii) analisar o papel das políticas macroeconómicas na promoção do crescimento e da igualdade e na redução da pobreza; iii) identificar os obstáculos ao crescimento inclusivo e dar prioridade às reformas; e iv) conceber uma estratégia de crescimento inclusivo para o seu próprio país.

Indicadores de Solidez Financeira

Curso ministrado no EF23:
20 a 24 de fevereiro de 2023
(inglês/francês/português)

Curso a ser ministrado no EF24:
18 a 22 de março de 2024

Língua:
inglês/francês/português

Público-alvo: Funcionários dos bancos centrais e agências de supervisão do setor financeiro, que estão envolvidos na recolha, compilação e análise de indicadores de solidez financeira.

Qualificações: Os participantes devem ter uma licenciatura em Economia ou Estatística, ou experiência equivalente.

Descrição do curso: Este curso, apresentado pelo Departamento de Estatística, familiariza os participantes com os fundamentos da compilação e utilização de indicadores de solidez financeira (ISF) em apoio à análise macroprudencial. O curso cobre questões metodológicas e técnicas na elaboração de ISF, tal como discutido no Guia de Compilação de Indicadores de Solidez Financeira de 2019. O curso inclui palestras e *workshops* sobre: setores institucionais; bases de consolidação e ajustamentos para os ISF; quadro regulamentar para instituições financeiras monetárias; princípios contabilísticos e demonstrações financeiras setoriais para os ISF; ISF principais e adicionais para instituições financeiras monetárias, outras empresas financeiras e outros setores; supervisão do setor financeiro e os ISF; a análise macroprudencial e os ISF. As palestras são complementadas por exercícios práticos, onde os participantes trabalham em grupos para resolver questões práticas de classificação de unidades institucionais financeiras; construção de populações diferentes de inquiridos para fins de ISF, de acordo com diferentes bases de consolidação; cálculo dos rácios de solvência e liquidez do Acordo de Basileia; produção de demonstrações financeiras setoriais e de ISF para instituições financeiras monetárias; e utilização dos ISF para a supervisão do setor financeiro. O curso introduz modelos para utilização no relatório regular de dados e metadados tipo IFS comunicados ao FMI e fornece orientação no acesso e utilização da base de dados do FMI para dados e metadados de IFS.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) compilar os ISF de acordo com a metodologia do Guia para a Compilação dos ISF (2019), utilizando dados-fonte obtidos a partir de demonstrações financeiras setoriais e formulários de superintendência; ii) calcular os ISF utilizando bases de consolidação diferentes e interpretar os diferentes resultados obtidos; iii) preparar ou atualizar os metadados dos ISF, incluindo informação sobre aspetos chave do quadro conceptual utilizado para preparar dados-fonte e as práticas de compilação dos ISF; e iv) analisar e interpretar os ISF compilados para o setor financeiro e a sua utilização na supervisão do setor financeiro e na política macroprudencial.

Avaliações das Salvaguardas dos Bancos Centrais

Curso ministrado no EF23:
20 a 24 de fevereiro de 2023
(inglês/francês/português)

Curso a ser ministrado no EF24:
19 a 23 de fevereiro de 2024

Língua:
inglês/francês/português

Público-alvo: Funcionários do banco central ao serviço de órgãos de governação e superintendência, e/ou quadros superiores do banco central responsáveis pela contabilidade, relatórios financeiros, auditoria, gestão de risco, controlo interno, operações jurídicas ou de gestão de reservas.

Qualificações: Licenciatura em Contabilidade, Negócios, Economia, Finanças ou Direito, ou que tenham obtido certificações profissionais em auditoria (revisores oficiais de contas, auditores internos, auditores de sistemas de informação) ou finanças (analistas financeiros certificados).

Descrição do curso: Concebido para dar aos funcionários do banco central uma exposição interativa à metodologia de avaliação de salvaguardas do FMI. Dá uma ênfase especial à governação do banco central e sublinha a importância de uma superintendência independente, da transparência e responsabilização para melhorar as salvaguardas financeiras. Proporciona também um fórum para os funcionários do banco central trocarem opiniões sobre as suas experiências no reforço das salvaguardas e quadros de governação e no tratamento de questões emergentes. O curso inclui palestras e discussões interativas, *workshops* e estudos de caso que abordam áreas cruciais de avaliação, especialmente mecanismos de auditoria externa e interna, relatórios financeiros, sistema de controlos internos, gestão de reservas internacionais e comunicação de dados monetários ao FMI. O curso também analisa os conceitos subjacentes à autonomia e boa governação na legislação dos bancos centrais.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) avaliar os pontos fortes e as vulnerabilidades das salvaguardas e quadros de governação dos seus bancos centrais; ii) identificar medidas específicas para melhorar as salvaguardas financeiras; iii) utilizar as principais práticas para os bancos centrais nas áreas da boa governação, autonomia, responsabilização e transparência; e iv) descrever e explicar os requisitos da política de salvaguardas do FMI e a importância de implementar recomendações em matéria de salvaguardas.

Reflexões sobre as Implicações das Moedas Digitais de Bancos Centrais

Curso ministrado no EF23:
21 a 23 de fevereiro de 2023
(inglês/francês/português)
17 a 21 de abril de 2023
(inglês/francês/português)

Curso a ser ministrado no EF24:
26 a 30 de junho de 2023
12 a 16 de fevereiro de 2024

Língua:
inglês/francês/português

Público-alvo: Quadros médios e superiores que trabalham nos departamentos de pagamentos, assuntos jurídicos, tecnologia, política monetária e estabilidade financeira, nos bancos centrais e em cargos com responsabilidades semelhantes.

Qualificações: Os participantes devem ter experiência no domínio das operações e/ou superintendência numa ou mais das seguintes áreas: pagamentos, assuntos jurídicos, tecnologia, política monetária e estabilidade financeira.

Descrição do curso: Este curso, apresentado pelo Departamento de Mercados Monetários e de Capitais do FMI, tem como objetivo apresentar um quadro para equilibrar as vantagens e as desvantagens da emissão de moeda digital por parte dos bancos centrais (CBDC, na sigla inglesa) e orientar as opções de conceção. Este

curso centra-se no processo de tomada de decisão e gestão de projetos de alto nível associados com a CBDC. O curso foi concebido para ser interativo, utilizando uma combinação de palestras, estudos de caso/simulações e painéis de discussão. As palestras incidem sobre o processo de tomada de decisão relativo à CBDC, que deve ser encarado como dinâmico e iterativo, com múltiplos ciclos de retorno para avaliar gradualmente a relevância da CBDC. Os exercícios de autoavaliação baseiam-se em procedimentos sistemáticos e abrangem casos de utilização, pontos problemáticos, requisitos, soluções, considerações de viabilidade, prova de conceitos e estudos-piloto. Os participantes, após terem adquirido uma compreensão básica do processo de tomada de decisão, aplicam-na a um país hipotético para compreender minuciosamente o problema a ser resolvido e o conjunto completo de soluções. Após a experiência prática de autoavaliação, os resultados são discutidos através de apresentações de grupo e reuniões informativas. (Nota: o curso pode ser sujeito a alterações para ter em conta a sua possível apresentação em modalidade virtual).

Objetivos do curso: Discutir se os bancos centrais devem emitir moedas digitais de retalho e, em caso afirmativo, incorporar características de conceção que apoiem os objetivos de política pública e garantam um sistema de pagamento eficiente, resiliente e competitivo.

Desenvolvimento do Mercado *Fintech* e Implicações Políticas

Curso ministrado no EF23:
27 de fevereiro a 3 de março
de 2023 (inglês/francês/português)

Curso a ser ministrado no EF24:
4 a 8 de dezembro de 2023

Língua:
inglês/francês/português

Público-alvo: Quadros médios e superiores dos bancos centrais e de outras agências governamentais que lidam com a regulamentação do setor financeiro. É dada preferência aos candidatos que trabalham em questões diretamente relacionadas com o desenvolvimento e a inclusão financeira, bem como com supervisão e regulamentação das novas tecnologias financeiras.

Qualificações: Os participantes devem possuir uma licenciatura em Economia ou Finanças, ou experiência de trabalho equivalente. Recomenda-se vivamente que os candidatos concluam primeiro o curso de Programação e Políticas Financeiras (PPF).

Descrição do curso: Este curso, ministrado pelo Instituto do FMI para o Desenvolvimento das Capacidades (ICD), foi concebido para dotar os participantes dos conhecimentos essenciais sobre as novas tecnologias financeiras (*fintech*) e as questões de supervisão e regulamentação conexas. Depois de apresentar uma visão geral da fonte e natureza das *fintech*, bem como dos princípios regulamentares gerais, o curso centrar-se-á em três áreas que, ao longo dos últimos anos, têm vindo a desenvolver-se rapidamente nas *fintech*: *fintech* de pagamento, *fintech* de financiamento, criptomoedas e finanças descentralizadas. Os participantes terão a oportunidade de discutir os riscos e preocupações decorrentes dos desenvolvimentos das *fintech* nestas áreas e explorar possíveis respostas regulamentares. No final, os participantes deverão fazer uma apresentação sobre o desenvolvimento das *fintech* e os regulamentos que regem este setor nos seus países de origem.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) definir e compreender os conceitos fundamentais das *fintech*; ii) explicar a fundamentação económica dos vários instrumentos de *fintech* e as suas implicações para o setor dos serviços financeiros; iii) identificar os principais riscos e preocupações regulamentares relacionados com a estabilidade financeira, a integridade financeira, a segurança, a defesa dos consumidores e outros aspetos; e iv) reconhecer as respostas regulamentares internacionais à evolução da *fintech*.

Gestão Macroeconómica em Países Ricos em Recursos Naturais

Curso ministrado no EF23:

27 de fevereiro a 10 de março de 2023 (inglês/francês/português)

Curso a ser ministrado no EF24:

12 a 23 de fevereiro de 2024

Língua:

inglês/francês/português

Público-alvo: Quadros médios e superiores dos bancos centrais, ministérios das finanças e outras agências governamentais responsáveis pela conceção e execução de políticas nos países ricos em recursos naturais.

Qualificações: Os participantes devem ter uma licenciatura em Economia ou experiência equivalente e competências na utilização de Microsoft Excel. Recomenda-se vivamente que os candidatos tenham concluído o curso *online* de Gestão Macroeconómica em Países Ricos em Recursos Naturais.

Descrição do curso: Este curso, apresentado pelo Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades, discute questões de política macroeconómica e os desafios enfrentados pelos países ricos em recursos naturais. O curso proporciona aos participantes i) uma compreensão da macroeconomia do crescimento e da diversificação; ii) a gestão da política orçamental; iii) a coordenação da política macroeconómica; e iv) a gestão dos ativos do setor público nos países ricos em recursos naturais. O curso inclui palestras, *workshops* práticos, debates e estudos de caso.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) analisar o desempenho económico em países ricos em recursos naturais, incluindo em termos de crescimento, inclusão, diversificação e sustentabilidade; ii) conceber quadros orçamentais apropriados, aplicando índices orçamentais de referência adequados para determinar se devem consumir, poupar ou investir as receitas da venda de recursos naturais; iii) identificar as respostas de políticas macroeconómicas apropriadas aos choques dos preços das matérias-primas; e iv) conceber políticas para promover uma maior transparência na gestão dos recursos naturais, incluindo em termos das estruturas institucionais apropriadas para os fundos soberanos.

Construir Instituições para Combater a Corrupção na África Subsariana

Curso ministrado no EF23:

13 a 20 de março de 2023 (inglês/francês/português)

Curso a ser ministrado no EF24:

11 a 15 de março de 2024

Língua:

inglês/francês/português

Público-alvo: Quadros médios e superiores com vários anos de experiência na elaboração de políticas e/ou que trabalham na abordagem de vulnerabilidades à corrupção no ciclo da gestão das finanças públicas (GFP).

Descrição e objetivos do curso: A ação de formação apresentou um roteiro detalhado para identificar e abordar vulnerabilidades à corrupção no ciclo da GFP (incluindo sistemas e processos de gestão de receitas e despesas), bem como indicadores e um sistema de alerta às autoridades responsáveis pelas políticas e às agências de superintendência sobre possíveis desafios e fragilidades, e as respetivas implicações macro-orçamentais. O curso inclui estudos de caso da região da África Subsariana e propõe potenciais reformas. Foi dada particular atenção à compreensão dos instrumentos jurídicos, mecanismos e estratégias que precisam de estar em vigor, tanto para impedir como para investigar e processar judicialmente os casos de corrupção. Os participantes compreenderão a necessidade de se ter um Estado de direito forte e como este se relaciona com a corrupção. Por último, a ação de formação fornece conhecimentos sobre mecanismos de combate ao branqueamento de capitais para apoiar a deteção, rastreio, confisco e devolução, quando apropriado, dos produtos da corrupção, e discutir os mecanismos de cooperação internacional destinados a combater a corrupção e os fluxos financeiros ilícitos.

Infraestruturas do Mercado Financeiro: Princípios e Práticas

Curso ministrado no EF23:
20 a 24 de março de 2023
(inglês/francês/português)

Curso a ser ministrado no EF24:
11 a 15 de março de 2024

Língua:
inglês/francês/português

Público-alvo: Quadros médios e superiores que trabalham na política de sistemas de pagamento, superintendência/supervisão ou departamentos de operações dos bancos centrais e em cargos com responsabilidades semelhantes.

Qualificações: Os participantes devem ter experiência em operações e/ou superintendência de infraestruturas do mercado financeiro (IMF), tais como sistemas de pagamento, sistemas de liquidação de valores mobiliários e depositários centrais de valores mobiliários.

Descrição do curso: Este curso, apresentado pelo Departamento de Mercados Monetários e de Capitais do FMI, centra-se nos Princípios para as Infraestruturas dos Mercados Financeiros (PFMI), que visam aumentar a segurança e eficiência nos pagamentos, compensação, liquidação e acordos de registo e, de um modo mais geral, limitar o risco sistémico e promover a transparência e a estabilidade financeira. O curso foi concebido para ser interativo, utilizando uma combinação de palestras, estudos de caso, exercícios de autoavaliação e discussões em grupo. As palestras centram-se nos vinte e quatro princípios e cinco responsabilidades das autoridades ao abrigo dos PFMI, do Quadro de Divulgação e da Metodologia de Avaliação, e em questões emergentes sobre a ciber-resiliência, tecnologia de registo distribuído, acordos de criptomoedas estáveis e inovações digitais. Após cada palestra, serão utilizados mini-estudos de caso e sondagens sobre os níveis de conformidade das infraestruturas do mercado financeiro (IMF) e as responsabilidades das autoridades para reforçar a compreensão das normas por parte dos participantes. Estes estudos de caso e exercícios de autoavaliação basear-se-ão em princípios e responsabilidades específicas e os participantes poderão trocar pontos de vista durante as sessões.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) estabelecer o nível de competência necessário no domínio dos PFMI; ii) aplicar a sua experiência prática com autoavaliações das IMF, tendo em conta as normas internacionais; iii) identificar questões de preocupação, lacunas ou deficiências no cumprimento, e as ações recomendadas e iv) reconhecer desenvolvimentos recentes, particularmente de risco cibernético, tecnologias de registo distribuído, acordos de criptomoedas estáveis e o seu impacto nas IMF, na regulamentação e na estabilidade financeira.

Reestruturação e Resolução Bancárias

Curso ministrado no EF23:
27 a 31 de março de 2023
(inglês/francês/português)

Não será ministrado no EF24

Público-alvo: Quadros médios e superiores dos bancos centrais, reguladores, autoridades de supervisão, ministérios das finanças, fundos de seguro de depósitos e outras agências responsáveis pela supervisão bancária, resolução bancária e funcionamento das redes de segurança financeira. Os participantes devem ter uma licenciatura em Economia, Finanças, Contabilidade, ou experiência equivalente.

Qualificações: Os participantes devem ter experiência em supervisão bancária, resolução bancária (questões de política ou experiência operacional) e/ou proteção de depositantes.

Descrição do curso: Este curso virtual de uma semana, apresentado pelo Departamento de Mercados Monetários e de Capitais, proporciona uma visão global das questões conceituais e operacionais relacionadas com a reestruturação e resolução de bancos fracos. Entre os tópicos discutidos durante o curso incluem-se os seguintes: identificação e supervisão de bancos fracos: causas comuns de problemas bancários e como identificá-los, abordagens de supervisão para lidar com bancos fracos e técnicas para quantificar problemas bancários sistémicos (avaliações da qualidade de ativos e testes de esforço); preparação para crises: elementos constituintes dos regimes de resolução eficazes, orientados pelos Atributos Chave dos Regimes de Resolução Eficazes do Conselho de Estabilidade Financeira; planeamento da recuperação e resolução; iniciativas para testar a prontidão operacional; e o papel do seguro de depósitos e a preferência dos depositantes; contenção de crises: ações para conter crises emergentes e restabelecer a confiança do público, tais como apoio à liquidez de emergência, garantias de ativos e passivos, e medidas administrativas excecionais para impedir saídas persistentes de liquidez; reestruturação e resolução de bancos: medidas de intervenção precoce; diagnóstico, triagem e reconhecimento de perdas; dissolução de bancos não viáveis; opções de estabilização para alcançar a continuidade de funções sistemicamente importantes; considerações de políticas e instrumentos de apoio ao capital público; governação do processo de reestruturação; como lidar com ativos em imparidade: políticas e estratégias de supervisão para a redução de créditos não produtivos; o papel das sociedades de gestão de ativos.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) explicar os elementos constituintes da preparação e gestão de crises; ii) identificar bancos fracos e conceber estratégias para lidar com os mesmos; iii) avaliar os seus quadros nacionais de resolução bancária face às boas práticas internacionais; e iv) conceber estratégias credíveis para a reestruturação e resolução bancária de importância sistémica. Identificar e comparar opções para lidar com ativos em risco.

Aspetos Jurídicos das Instituições Financeiras Internacionais

Curso ministrado no EF23:
10 a 14 de abril de 2023
(inglês/francês/português)

Público-alvo: Quadros médios e superiores que trabalham na política de sistemas de pagamento, superintendência/supervisão ou departamentos de operações dos bancos centrais e em cargos com responsabilidades semelhantes.

Curso a ser ministrado no EF24:
26 de fevereiro a 1 de março
de 2024

Qualificações: Os participantes devem ter experiência em operações e/ou superintendência de infraestruturas do mercado financeiro (IMF), tais como sistemas de pagamento, sistemas de liquidação de valores mobiliários e depositários centrais de valores mobiliários.

Língua:
inglês/francês/português

Descrição do curso: Este curso, apresentado pelo Departamento de Mercados Monetários e de Capitais do FMI, centra-se nos Princípios para as Infraestruturas dos Mercados Financeiros (PFMI), que visam aumentar a segurança e eficiência nos pagamentos, compensação, liquidação e acordos de registo e, de um modo mais geral, limitar o risco sistémico e promover a transparência e a estabilidade financeira. O curso foi concebido para ser interativo, utilizando uma combinação de palestras, estudos de caso, exercícios de autoavaliação e discussões em grupo. As palestras centram-se nos vinte e quatro princípios e cinco responsabilidades das autoridades ao abrigo dos PFMI, do Quadro de Divulgação e da Metodologia de Avaliação, e em questões emergentes sobre a ciber-resiliência, tecnologia de registo distribuído, acordos de criptomoedas

estáveis e inovações digitais. Após cada palestra, serão utilizados mini-estudos de caso e sondagens sobre os níveis de conformidade das infraestruturas do mercado financeiro (IMF) e as responsabilidades das autoridades para reforçar a compreensão das normas por parte dos participantes. Estes estudos de caso e exercícios de autoavaliação basear-se-ão em princípios e responsabilidades específicas e os participantes poderão trocar pontos de vista durante as sessões.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) estabelecer o nível de competência necessário no domínio dos PFMI; ii) aplicar a sua experiência prática com autoavaliações das IMF, tendo em conta as normas internacionais; iii) identificar questões de preocupação, lacunas ou deficiências no cumprimento, e as ações recomendadas e iv) reconhecer desenvolvimentos recentes, particularmente de risco cibernético, tecnologias de registo distribuído, acordos de criptomoedas estáveis e o seu impacto nas IMF, na regulamentação e na estabilidade financeira.

Sustentabilidade Orçamental

Curso ministrado no EF23:
24 de abril a 5 de maio de 2023
(inglês/francês/português)

Curso a ser ministrado no EF24:
19 de fevereiro a 1 de março
de 2024

Língua:
inglês/francês/português

Público-alvo: Quadros juniores e superiores com antecedente orçamental intermédio que estejam interessados em compreender e aplicar a análise de sustentabilidade orçamental e como esta se pode relacionar com o ambiente macro-orçamental específico do país.

Qualificações: Os participantes devem ter uma licenciatura em Economia ou experiência de trabalho equivalente e alguma familiaridade com a utilização de folhas de cálculo.

Descrição do curso: Este curso, apresentado pelo Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades, considera a sustentabilidade orçamental como um requisito para a estabilidade macroeconómica e o crescimento sustentável e inclusivo a longo prazo. Apresenta uma visão completa de como avaliar a sustentabilidade orçamental numa perspetiva das políticas e ferramentas. Analisa igualmente as pressões e os riscos orçamentais a longo prazo, bem como os indicadores de alerta precoce utilizados pelo FMI e inclui as estratégias de gestão da dívida. É dada especial atenção às crises orçamentais e aos subsequentes ajustamentos orçamentais.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) descrever porque é que a sustentabilidade orçamental é central para a estabilidade macroeconómica e o crescimento sustentável; ii) aplicar conceitos, definições e técnicas eficazes para analisar a sustentabilidade orçamental; iii) identificar vulnerabilidades orçamentais, distinguindo entre riscos a curto prazo e pressões a longo prazo; iv) analisar casos de crise e ajustamento orçamental; v) diferenciar entre vários quadros de análise da sustentabilidade da dívida (ASD) e vi) preparar uma ASD para um país com acesso aos mercados financeiros ou para um país de baixos rendimentos.

Abordagem do Balanço

Curso ministrado no EF23:

24 a 28 de abril de 2023
(inglês/francês/português)

Curso a ser ministrado no EF24:

4 a 8 de março de 2024

Língua:

inglês/francês/português

Público-alvo: Funcionários dos bancos centrais, ministério das finanças e outras agências responsáveis pela compilação de estatísticas monetárias e financeiras, estatísticas das finanças/dívidas públicas e estatísticas do setor externo e/ou pela superintendência da análise macrofinanceira.

Qualificações: Os participantes devem ter uma licenciatura em Economia ou Estatística ou experiência equivalente.

Descrição do curso: O Departamento de Estatística do FMI (STA) desenvolveu uma ferramenta de fácil utilização para combinar automaticamente os dados monetários, governamentais e da balança de pagamentos que são comunicados ao STA, para criar uma distribuição de créditos e responsabilidades numa base de “de quem para quem”. Uma vez gerada a matriz, os funcionários dos países poderão utilizar a análise da Abordagem do Balanço (BSA, na sigla inglesa) para se concentrarem nas ligações globais do balanço e identificarem exposições e vulnerabilidades específicas, tais como a dependência excessiva do financiamento externo, acumulação de alavancagem no setor empresarial e dependência excessiva no setor bancário para a colocação da dívida soberana – uma ferramenta extremamente útil para a análise macrofinanceira.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: aprender a utilizar a informação da matriz BSA para identificar desequilíbrios nos balanços, riscos e exposições a choques, tais como saídas repentinas de capital ou desvalorização cambial acentuada. Deve-se avaliar os dados-fonte utilizados na preparação da matriz da BSA e identificar lacunas críticas em matéria de dados nos seus respetivos países.

Indicadores de Alta Frequência da Atividade Económica/Curso Introdutório à CNT

Curso ministrado no EF23:

24 a 28 de abril de 2023 (inglês)

Curso a ser ministrado no EF24:

27 de novembro a 1 de dezembro de 2023

Língua:

inglês/francês/português

Descrição do curso: Este curso prepara os participantes para compilar as CNT e/ou os indicadores de alta frequência da atividade económica, fornecendo-lhes um conhecimento profundo dos conceitos, dos dados-fonte e das técnicas de compilação utilizadas para a produção destes conjuntos de dados. O curso abrange questões teóricas e práticas de compilação. Introduce os participantes à análise comparativa, técnicas de ajustamento sazonal e explica a aplicação destas técnicas aos dados de séries temporais. Os participantes aprenderão a identificar e avaliar as fontes de dados disponíveis para a compilação de CNT e indicadores de alta frequência da atividade económica; a utilizar bases de dados de séries temporais reais para avaliar a qualidade das CNT e dos indicadores de alta frequência da atividade económica; e a implementar uma política de revisões adequada. Os participantes devem ter uma licenciatura em Economia ou Estatística, ou experiência equivalente.

Objetivos do curso: O curso será realizado no âmbito do projeto relativo ao Tratamento das Necessidades de Dados e das Questões de Qualidade – Estatísticas do Setor Real financiado pelo [Fundo de Dados para Decisões \(D4D\)](#). O Fundo D4D é uma iniciativa de vários parceiros centrada no apoio aos países beneficiários para dar resposta a exigentes desafios em matéria de dados e que, entre outros aspetos, visa colmatar as lacunas de dados e as deficiências na compilação e divulgação dos indicadores de alta frequência.

Questões Seleccionadas na Regulação e Supervisão das Empresas de *Fintech*

Curso ministrado no EF23:
5 a 9 de dezembro de 2022
(inglês/francês/português)

Curso a ser ministrado no EF24:
30 de outubro a 2 de novembro
de 2023

Língua:
inglês/francês/português

Público-alvo: Este curso, apresentado pelo Departamento de Mercados Monetários e de Capitais, explica questões seleccionadas relativas à regulação e supervisão de atividades e entidades ao nível das *fintech*. Abrange desenvolvimentos recentes de normas internacionais relevantes, bem como outras melhores práticas internacionais. As apresentações assentam também em estudos de caso para aumentar a eficácia do curso. Os participantes são convidados a (e devem estar preparados para) partilhar as suas próprias experiências e pontos de vista sobre o tema.

Qualificações: Reguladores e supervisores financeiros responsáveis pelo controlo, regulação e supervisão das atividades e entidades *fintech*.

Descrição do curso: Os participantes devem ter experiência em questões regulamentares e de supervisão pelo menos num setor financeiro (tal como banca, valores mobiliários ou seguros).

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) acompanhar o desenvolvimento das *fintech* relevantes na sua própria jurisdição e no estrangeiro; e ii) identificar e lidar com desafios regulamentares e de supervisão relacionados com as atividades e entidades ao nível das *fintech*.

Fortalecimento das Instituições Orçamentais e Gestão de Riscos Orçamentais

Não ministrado no EF23

Curso a ser ministrado no EF24:
4 a 8 de setembro de 2023

Língua:
inglês/francês/português

Público-alvo: Quadros médios e superiores dos ministérios das finanças, tesouros, gabinetes de gestão da dívida, ministérios da economia, gabinetes de contabilidade geral e divisões de planeamento financeiro nos ministérios de tutela.

Qualificações: Os participantes devem ter experiência significativa em política orçamental, macroeconomia, gestão de riscos orçamentais, gestão de tesouraria ou orçamentação.

Descrição do curso: Este curso, apresentado pelo Departamento de Finanças Públicas do FMI, analisa o papel das instituições orçamentais na identificação e gestão dos riscos orçamentais. Aborda as principais instituições que ajudam os governos a compreender melhor os tipos, escala e probabilidade de os riscos que enfrentam se materializarem, e explora a forma como os governos podem tomar as providências institucionais necessárias para mitigar muitos destes riscos. Analisa também em que medida a identificação e quantificação dos riscos podem ajudar a promover a transparência orçamental. O curso discutirá igualmente o Código de Transparência Orçamental, a Avaliação da Transparência Orçamental e o Manual de Transparência Orçamental e a investigação recente do FMI sobre identificação e gestão dos riscos orçamentais. O curso apresentará também o modelo de avaliação dos riscos orçamentais das parcerias público-privadas (PFRAM 2.0) desenvolvido pelo FMI e pelo Banco Mundial para ajudar os países a compreenderem, avaliarem e quantificarem os custos e riscos decorrentes dos projetos de PPP.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) descrever, explicar e ilustrar os principais riscos orçamentais e passivos contingentes relacionados com a formulação de políticas orçamentais; ii) descrever o papel das principais instituições orçamentais na gestão dos riscos orçamentais; iii) identificar os principais riscos orçamentais que um país pode enfrentar; iv) dar prioridade e avaliar a relevância de cada tipo de risco orçamental; v) calcular o impacto dos principais riscos macroeconómicos e outros riscos orçamentais; e vi) preparar uma declaração dos principais riscos orçamentais.

Questões Relacionadas com a Política de Despesas: Reforma dos Subsídios à Energia

Não ministrado no EF23, uma vez que se trata de um novo curso.

Curso a ser ministrado no EF24:
10 a 14 de julho de 2023

Língua:
inglês/francês/português

Público-alvo: Quadros médios e superiores dos ministérios das finanças, de outros ministérios e agências governamentais envolvidos na definição dos preços dos combustíveis ou da política de subsídios ao combustível.

Qualificações: Os participantes devem ter uma licenciatura em Economia ou num domínio relacionado.

Descrição do curso: Este curso, apresentado pelo Departamento de Finanças Públicas, analisa os desenvolvimentos recentes das despesas com subsídios aos combustíveis, o seu impacto macroeconómico e as respetivas implicações sociais. Com base em estudos de caso específicos de países, o curso avalia os principais elementos das reformas bem-sucedidas, tais como as medidas destinadas a proteger os grupos de baixo rendimento negativamente afetados por subsídios mais baixos, a implementação de um mecanismo automático de fixação de preços e a conceção de uma estratégia de comunicação eficaz. Os participantes podem ser convidados a fazer apresentações sobre a experiência do seu próprio país na fixação dos preços dos combustíveis e na reforma dos subsídios.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a:

- explicar as diferentes fundamentações subjacentes aos subsídios à energia e identificar eventuais obstáculos à reforma dos subsídios aos combustíveis;
- calcular a magnitude dos subsídios aos combustíveis;
- avaliar as implicações distributivas dos subsídios aos combustíveis e da sua reforma;
- conceber uma estratégia de reforma eficaz, com base nos ensinamentos retirados das experiências dos países em matéria de reforma.

Análise da Política Orçamental

Não ministrado no EF23

Curso a ser ministrado no EF24:
31 de julho a 11 de agosto de 2023

Língua:
inglês/francês/português

Público-alvo: Quadros juniores e superiores interessados em compreender a política orçamental e as suas implicações macroeconómicas.

Qualificações: Os participantes devem ter frequentado cursos em macroeconomia a nível universitário ou ter experiência equivalente e uma formação básica em microeconomia e econometria. Recomenda-se vivamente que os candidatos tenham concluído o curso de Programação e Políticas Financeiras (PPF).

Descrição do curso: Este curso, apresentado pelo Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades, proporciona uma visão geral dos conceitos e técnicas utilizados para analisar a forma como a política orçamental pode ajudar a garantir a estabilidade macroeconómica e o crescimento sustentável a longo prazo. Este curso prático é construído em torno dos tópicos macro-orçamentais centrais necessários para analisar a política orçamental. As unidades de aprendizagem incluem resultados empíricos gerais, *workshops* baseados em Microsoft Excel, estudos de caso e tópicos selecionados de interesse regional. O curso será de interesse para funcionários que desejem compreender melhor como a política orçamental pode afetar a economia e as ferramentas de análise relacionadas.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a:

- utilizar a política orçamental para alcançar os principais objetivos governamentais: estabilidade macroeconómica, equidade e eficiência, e crescimento sustentável a longo prazo;
- utilizar as ferramentas e técnicas adquiridas para avaliar a orientação orçamental do país, os multiplicadores orçamentais e a sustentabilidade da dívida;
- avaliar os elementos-chave da política fiscal e da despesa.

Estadísticas Macroeconómicas Relevantes em Matéria de Ambiente e Alterações Climáticas (Introdução)

Não ministrado no EF23, uma vez que se trata de um novo curso.

Curso a ser ministrado no EF24:
2 a 6 de outubro de 2023

Língua:
inglês/francês/português

Público-alvo: Funcionários de institutos nacionais de estatística, ministérios das finanças, planeamento e ambiente, bancos centrais e outras agências responsáveis pela compilação de indicadores relacionados com o ambiente e/ou as alterações climáticas.

Qualificações: Os participantes devem ter uma licenciatura em Economia ou Estatística; com experiência na compilação de estatísticas sobre ambiente e alterações climáticas.

Descrição do curso: Este curso presencial, de duas semanas, realizado pelo Departamento de Estatística do FMI, familiarizará os participantes com as fontes e métodos de desenvolvimento de indicadores macroeconómicos relevantes relacionados com as alterações climáticas que possam servir de base às políticas económicas e financeiras. Os participantes adquirirão uma compreensão de: i) conceitos de contabilidade ambiental; ii) como avaliar conjuntos de dados globais/de fonte aberta que possam ser utilizados para a compilação; e iii) as diferentes abordagens e metodologias utilizadas para a estimativa dos indicadores. O curso consiste numa série de palestras, *workshops* e discussões em sessão plenária sobre as práticas dos países que descrevem os métodos de compilação de estatísticas sobre ambiente e alterações climáticas, incluindo fontes de dados. Os participantes terão a oportunidade de discutir os desafios que enfrentam em matéria de compilação e de obter informações sobre as utilizações analíticas das estatísticas sobre ambiente e alterações climáticas. As estatísticas abrangidas incluem as receitas e despesas ambientais, as contas de recursos naturais, os indicadores de risco físico e de transição, as contas das emissões aéreas e os indicadores de financiamento sustentável.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) fornecer uma visão geral dos conceitos e classificações utilizados na contabilidade ambiental; ii) fornecer uma visão geral dos dados e do tipo de indicadores que podem ser utilizados para ajudar a compreender as implicações económicas e financeiras das alterações climáticas; iii) identificar as fontes de dados e compreender os métodos de compilação das principais estatísticas macroeconómicas relevantes para as estatísticas sobre o ambiente e as alterações climáticas; e iv) identificar as formas como estes indicadores podem ser utilizados para desenvolver políticas económicas destinadas a mitigar e/ou a adaptar-se às alterações climáticas.

Política Fiscal e Administração Tributária: Teoria e Prática

Não ministrado no EF23.

Curso a ser ministrado no EF24:
27 de novembro a 1 de dezembro de 2023

Língua:
inglês/francês/português

Público-alvo: Quadros superiores dos ministérios das finanças e das administrações tributárias, cujas responsabilidades incluam a prestação de serviços de assessoria a ministros sobre questões de política fiscal ou de gestão da administração tributária. É provável que as suas funções incluam a análise e a avaliação de políticas; redação de propostas de políticas; elaboração de legislação tributária; e nas administrações tributárias, a gestão de questões organizacionais, planeamento estratégico, tecnologias da informação e outras funções operacionais importantes.

Qualificações: Os participantes envolvidos em áreas de políticas devem possuir uma licenciatura em Economia, Direito, ou domínio relacionado, e experiência na elaboração de relatórios analíticos. Os participantes envolvidos em áreas de administração tributária devem ser quadros superiores de gestão das suas respetivas agências.

Descrição do curso: Este curso, apresentado pelo Departamento de Finanças Públicas, foi concebido para aprofundar o conhecimento dos participantes sobre os principais desafios que os governos enfrentam na conceção, administração e controlo de um sistema fiscal moderno. Descreve brevemente os fundamentos teóricos da formulação de políticas fiscais e discute em pormenor a sua prática e implementação com ênfase na região para a qual o curso é dirigido. Os participantes são incentivados a partilhar as suas experiências no desenvolvimento de estratégias para melhorar os seus sistemas fiscais e a forma como estes são implementados e administrados. Através de palestras, sessões de perguntas e respostas e *workshops*, o curso: apresenta uma visão geral dos princípios de conceção de políticas e as suas implicações para a administração tributária – estabelecendo ligações entre política fiscal e administração tributária e mostrando como as funções são simbióticas; analisa questões de conceção dos principais impostos que formam os sistemas fiscais modernos (por exemplo, impostos sobre o consumo de base alargada e impostos sobre o rendimento, os impostos prediais e regimes fiscais das pequenas empresas); discute abordagens à formulação de políticas fiscais em contextos económicos e institucionais específicos, tais como países ricos em recursos naturais, países frágeis e países em blocos económicos/uniões aduaneiras, tributação internacional (por exemplo, tributação da economia digital); discute a organização e operações das administrações tributárias e a gestão do cumprimento fiscal com base em experiências dentro e fora da região; dá uma visão geral das questões emergentes e atuais da política fiscal e da administração aduaneira e das suas implicações para os sistemas fiscais em cada região.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a:

- i) resumir os principais princípios de conceção da política fiscal e as suas implicações para as administrações tributárias, tais como a forma de ligar a política fiscal e a administração tributária; como as funções são simbióticas; e como os princípios de conceção podem diferir em diferentes contextos económicos;
- ii) identificar os elementos fundamentais dos principais impostos nos sistemas fiscais modernos, tais como impostos sobre o consumo de base alargada e impostos sobre o rendimento, impostos prediais, ou regimes fiscais das pequenas empresas;
- iii) reconhecer o impacto e as consequências das políticas específicas normalmente em vigor em alguns países (taxas reduzidas, isenções, incentivos fiscais, atrasos no reembolso de créditos fiscais e restrições às deduções do imposto a montante no IVA ou despesas no IRC, etc.);
- iv) identificar os principais problemas que afetam a tributação internacional e os instrumentos para os reduzir (regulamentos sobre preços de transferência, troca de informações entre países, etc.);
- v) descrever e analisar a organização e funções centrais das administrações tributárias modernas e os principais desafios e abordagens à gestão do cumprimento fiscal;
- vi) resumir as barreiras e abordagens comuns à reforma do sistema fiscal, incluindo a formulação de uma Estratégia de Receitas a Médio Prazo (MTRS);
- vii) explicar novos instrumentos para a avaliação e análises de um sistema fiscal, incluindo a Ferramenta de Avaliação e Diagnóstico das Administrações Tributárias (TADAT); e
- viii) o Programa de Análise do Hiato da Administração das Receitas (RA-GAP), a Ferramenta de Avaliação da Despesa Fiscal, o Inquérito Internacional sobre a Administração da Receita (ISORA), etc.

Como Integrar os Riscos Climáticos no Quadro Regulamentar e de Supervisão

Não ministrado no EF23, uma vez que se trata de um novo curso.

Curso a ser ministrado no EF24:
11 a 15 de dezembro de 2023

Língua:
inglês/francês/português

Público-alvo: Quadros médios e superiores das agências de supervisão e dos bancos centrais.

Qualificações: Os participantes devem ter uma licenciatura em Economia ou domínio relacionado e experiência na supervisão de instituições financeiras.

Descrição do curso: O curso aborda os desenvolvimentos mais recentes e as práticas emergentes no domínio da supervisão dos riscos relacionados com o clima. A principal ênfase são as normas do Comitê de Basileia de Supervisão Bancária (CBSB), complementadas por exemplos de países e estudos de caso. O objetivo final é fornecer orientações sobre medidas concretas para integrar os riscos relacionados com o clima no quadro prudencial. O curso abrange igualmente os guias elaborados pela Rede para a Ecologização do Sistema Financeiro e as normas de divulgação desenvolvidas pelo Conselho Internacional de Normas de Sustentabilidade, a fim de analisar de forma exaustiva as questões sobre as quais as autoridades de supervisão devem refletir ao desenvolverem as suas expectativas em relação aos bancos e aos processos e instrumentos de supervisão. Os participantes podem ser convidados a apresentar a abordagem do risco climático que foi adotada nos respetivos países.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) compreender como as alterações climáticas afetam as instituições financeiras e os principais canais dos riscos financeiros; ii) explicar os domínios essenciais da regulamentação relativa aos riscos relacionados com o clima, incluindo governação, gestão dos riscos e os requisitos de divulgação; iii) preparar inquéritos de dados aos bancos e estabelecer quadros de reporte; iv) realizar discussões com os bancos sobre os riscos relacionados com o clima e refletir essas discussões no processo de supervisão; e v) ajustar os instrumentos e abordagens de supervisão para contemplar os riscos relacionados com o clima, incluindo os quadros para a supervisão baseada no risco.

Compilação de Estatísticas da Balança de Pagamentos

Não ministrado no EF23.

Curso a ser ministrado no EF24:
5 a 9 de fevereiro de 2024

Língua:
inglês/francês/português

Público-alvo: Funcionários cuja principal responsabilidade seja compilar os dados-fonte e produzir estatísticas da balança de pagamentos.

Qualificações: Os participantes devem ter uma licenciatura em Economia ou Estatística ou experiência equivalente.

Descrição do curso: Este curso, apresentado pelo Departamento de Estatística do FMI, presta aconselhamento prático sobre a compilação e divulgação de estatísticas da balança de pagamentos, com base no Guia de Compilação da sexta edição do Manual da Balança de Pagamentos de 2014. O objetivo do curso é discutir as especificidades da implementação do quadro conceptual da sexta edição do Manual da Balança de Pagamentos. O curso consiste numa série de discussões sobre os vários métodos de compilação para a elaboração das contas internacionais. As palestras, discussões e exercícios do *workshop* centram-se nas complexas questões metodológicas e de compilação relacionadas com componentes específicas e em questões transversais a várias contas macroeconómicas. Os participantes terão a oportunidade de discutir os problemas enfrentados no seu trabalho de compilação de estatísticas do setor externo nos seus países.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) melhorar os seus conhecimentos sobre a compilação e divulgação de dados relativos à balança de pagamentos, de acordo com as melhores práticas internacionais; ii) identificar potenciais novas fontes de dados a utilizar para melhorar a compilação; iii) aplicar técnicas estatísticas apropriadas para lidar com questões complexas de metodologia e compilação; iv) aprender as melhores práticas regionais através do intercâmbio de experiências; e v) discutir a utilização analítica das estatísticas da balança de pagamentos.

Política Cambial

Não ministrado no EF23.

Curso a ser ministrado no EF24:
18 a 29 de março de 2024

Língua:
inglês/francês/português

Público-alvo: Quadros juniores e médios que trabalham com políticas e análises cambiais.

Qualificações: Os participantes devem ter uma licenciatura em Economia ou experiência profissional equivalente e ter conhecimentos de aplicações baseadas em Microsoft Excel e Excel. Antes de frequentar este curso, recomenda-se que os candidatos façam o curso de Programação e Políticas Financeiras (PPF) ou o curso de Diagnóstico Macroeconómico (MDS). Os participantes devem também possuir conhecimentos de Word, Excel, PowerPoint e EViews.

Descrição do curso: Este curso, apresentado pelo Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades, dá uma visão abrangente da análise e política cambiais. Os temas abrangidos incluem: principais conceitos de taxa de câmbio (real, nominal, bilateral, multilateral, à vista, a prazo). Arbitragem e condições cambiais (paridade não coberta da taxa de juros, lei do preço único, paridade de poder de compra (PPC), PPC relativa). Equilíbrio da taxa de câmbio real; o papel da taxa de câmbio (real) na obtenção do equilíbrio interno e externo; ajustamento ao equilíbrio global no âmbito de regimes de taxa de câmbio com flutuação e de taxa de câmbio fixa. Ligação entre a taxa de câmbio real e o crescimento; estratégias de crescimento da taxa de câmbio (subavaliação, Consenso de Washington); o efeito Balassa-Samuelson. Regimes cambiais (taxonomia, seleção do regime; benefícios e custos da flutuação; combinação de políticas: trindade impossível; regimes cambiais num contexto histórico). Política cambial e combinação de políticas (independência da política monetária; sobreavaliação; ajustamento externo; volatilidade da taxa de câmbio e estabilidade financeira; regime cambial e integração do comércio; âncora nominal; política orçamental; controlos de capitais). Problemas práticos da política cambial nas economias de mercados em desenvolvimento e emergentes (por exemplo, preocupações quanto à volatilidade excessiva das taxas de câmbio; regimes *de jure* vs. *de facto*; competitividade, estabilidade de preços; transmissão da taxa de câmbio; dolarização e desfasamentos cambiais; economia política das taxas de câmbio; implementação de políticas cambiais; metas e instrumentos). Apresentação dos casos de países. Transição de regimes de taxas de câmbio rígidas para regimes flexíveis (motivos; rapidez da transição; elementos de apoio: mercados cambiais nacionais profundos e líquidos, definição e regulamentação dos mercados de derivados, política de intervenção coerente, escolha da âncora nominal; seqüência da transição). Intervenções cambiais (intervenções cambiais esterilizadas e não esterilizadas; impacto na política monetária; motivos de intervenção; instrumentos utilizados para a intervenção; canais e eficácia das intervenções cambiais; táticas das intervenções cambiais; política de comunicação da intervenção cambial, regras vs. discricionariedade). Crise monetária (causas, papel das políticas macroeconómicas e prudenciais). Métrica internacional de adequação de reservas (ARA). Avaliação EBA dos saldos externos. Sistema de alerta precoce.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a:

- avaliar se as reservas cambiais são adequadas, utilizando indicadores padrão e novos indicadores de adequação de reservas;
- avaliar a eficácia das intervenções no mercado cambial, utilizando estudos de caso de intervenções;
- medir o grau de desalinhamento da taxa de câmbio real, utilizando diferentes modelos e métodos, incluindo a EBA;
- construir sistemas de alerta precoce para as crises cambiais, utilizando dados sobre as taxas de câmbio nominais e reservas internacionais;
- estimar a probabilidade de se sofrer uma crise cambial, utilizando técnicas econométricas dos dados do painel;
- descrever a seleção do regime cambial e de que forma as características específicas de cada país podem influenciar a seleção;
- identificar inconsistências de políticas que possam conduzir a crises cambiais; e
- identificar medidas de políticas para as prevenir.

Projeção da Dívida Pública e Trajetórias do Ajustamento Orçamental

Não ministrado no EF23.

Curso a ser ministrado no EF24:
1 a 12 de abril de 2024

Língua:
inglês/francês/português

Público-alvo: Funcionários do BAfD

Qualificações: Recomenda-se vivamente que os participantes disponham de alguns conhecimentos de economia e competências básicas de Excel. É essencial que os participantes tenham acesso a computador com navegador Google Chrome, Excel e uma ligação fiável à Internet (idealmente com uma velocidade de transmissão de dados de, pelo menos, 5 Mbps).

Descrição do curso: O curso visa compreender como a dívida pública deverá variar ao longo do tempo e avaliar as trajetórias do ajustamento orçamental para alcançar uma meta da dívida pública.

Objetivos do curso: Depois da conclusão deste curso, os participantes devem estar aptos a: i) calcular a dinâmica da dívida pública (isto é, a evolução da dívida pública ao longo do tempo) num cenário de base e em cenários alternativos; ii) identificar os principais impulsionadores das variações da dívida pública e; iii) calcular e avaliar medidas de ajustamento orçamental necessárias para alcançar uma meta da dívida pública.